



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FACE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)

DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES

Avaliação de transparência pública em
universidades federais: estudo de múltiplos
casos sob a perspectiva da Lei de Acesso à
Informação

BRASÍLIA – DF

2016



DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES

Avaliação de transparência pública em
universidades federais: estudo de múltiplos
casos sob a perspectiva da Lei de Acesso à
Informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade da Universidade de Brasília (PPGA/FACE/UnB),
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Administração Pública.

Orientador: Professor Doutor Pedro Carlos Resende Junior

BRASÍLIA – DF

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

da da Costa Rodrigues, Domingos
Avaliação de transparência pública em
universidades federais: estudo de múltiplos casos
sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação /
Domingos da Costa Rodrigues; orientador Prof. Dr.
Pedro Carlos Resende Junior. -- Brasília, 2016.
153 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Administração) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. Transparência Pública. 2. acesso à informação. 3.
fatores de transparência . 4. assimetria da
informação. 5. Lei de acesso à informação. I. Carlos
Resende Junior, Prof. Dr. Pedro , orient. II. Título.



Nome: Domingos da Costa Rodrigues

Título: Avaliação de transparência pública em universidades federais: estudo de múltiplos casos sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (PPGA/FACE/UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Aprovada em ** de **** de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pedro Carlos Resende Junior
Universidade de Brasília Assinatura: _____

Prof. Dra. Aleksandra Pereira dos Santos
Universidade de Brasília Assinatura: _____

Prof. Dr. João Souza Neto
Universidade de Brasília Assinatura: _____

Prof. Dra. Suylan de Almeida Midlej e Silva
Universidade de Brasília Assinatura: _____

BRASÍLIA – DF

2016

Aos meus diversos professores e colaboradores das várias instituições de ensino de que tive o orgulho e a oportunidade de ser membro e que contribuíram para que eu esteja aqui neste momento: Escola Estadual Apenã de Abreu Teixeira; Colégio Joana Batista Cordeiro - JBC; Colégio Militar do Recife - CMR; Colégio Militar de Brasília CMB e Universidade de Brasília – UnB.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

A minha mãe, pela base moral sólida com que me educou, dando-me condições para trilhar o caminho com honestidade e firmeza.

Ao meu filho Pedro Luís, cuja presença em minha vida me traz tantas alegrias e experiências.

A meus avós, pelo exemplo de vida, moldada com trabalho e dedicação.

A meus irmãos, pela parceria com que me acompanharam em toda a minha jornada.

A meus colegas e amigos que contribuíram com a ajuda solidária, o incentivo ou com a compreensão por minhas ausências e falhas.

A meus colegas de trabalho, pessoas com quem posso contar, pelo apoio de sempre.

A todos os meus professores, de toda a minha jornada escolar e acadêmica, responsáveis por minha formação segura.

A meu orientador Pedro Carlos Resende Junior, pelo exemplo de competência e profissionalismo, pela atenção e paciência, pelos ensinamentos e orientações.

Aos professores Dra. Aleksandra Pereira dos Santos, Dr. João Souza Neto e Dra. Suylan de Almeida Midlej e Silva, por terem aceitado o convite para participarem da minha banca e por auxiliarem no trabalho, com a melhoria da pesquisa realizada.

A Elianice Silva Castro, por toda a dedicação e ajuda neste trabalho, principalmente nas partes que envolveram os estudos estatísticos.

Aos colegas do curso, companheiros de luta que, com muita determinação e disciplina, chegaram comigo ao final do Mestrado.

Aos servidores das muitas instituições que participaram desta pesquisa, pela presteza e inestimável cooperação com a coleta de dados.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

SUMÁRIO

RESUMO	14
ABSTRACT	15
1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Definição do Problema	18
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 Justificativa e Relevância.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 Governança	28
2.2 Governança Pública	29
2.3 Transparência pública e informação	33
2.4 Políticas públicas e as características da LAI	38
2.5 Ciclo de políticas públicas e o ciclo da LAI	41
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	48
3.1 Grupos Focais	49
3.2 Elaboração do questionário para aplicação do <i>survey</i>	50
3.3 Processo de validação do questionário por especialistas (juízes)	50
3.4 Aplicação de <i>survey</i>	52
3.5 Análise Fatorial Exploratória.....	52
4 ANÁLISE DOS DADOS	53
4.1 Análise de conteúdo dos grupos focais.....	53
4.2 Análise dos dados obtidos via aplicação de <i>survey</i>	86
4.2.1 Análise descritiva dos dados	86
4.2.2 Análise Fatorial Exploratória	89
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	111
APÊNDICE A.....	111
APÊNDICE B	114
APÊNDICE C	120
APÊNDICE D.....	129

APÊNDICE E	131
APÊNDICE F	142
APÊNDICE G.....	146
APÊNDICE H.....	152
APÊNDICE I	153

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - FONTE: POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, ESQUEMAS DE ANÁLISE E CASOS PRÁTICOS.....	43
FIGURA 2 – DESENHO DA METODOLOGIA DA PESQUISA	48

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTRUTURA DA PLANILHA DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO.....	51
QUADRO 2 – EXPLICAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTRATIFICAÇÃO DE SOLICITAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO POR TEMA.....	23
TABELA 2 - HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL.....	37
TABELA 3 – RESUMO DAS FASES DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA VISÃO DE DIVERSOS AUTORES	42
TABELA 4 – ANÁLISE DE CONTEÚDO	57
TABELA 5 – TESTE DE <i>KMO</i> E <i>BARLETT</i>	91
TABELA 6 – COMUNALIDADES DA PESQUISA	93
TABELA 7 – VARIÂNCIA TOTAL EXPLICADA	95
TABELA 8 - TABELA ROTACIONADA	97
TABELA 9 - VARIÁVEIS DO FATOR 1	99
TABELA 10 – VARIÁVEIS DO FATOR 2.....	99
TABELA 11 – VARIÁVEIS DO FATOR 3.....	99
TABELA 12 - MATRIZ DE TRANSFORMAÇÃO DE COMPONENTES	101
TABELA 13 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS COMPONENTES	101

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DE PEDIDOS PARA UNIVERSIDADES FEDERAIS PELO TOTAL DE SOLICITAÇÕES	21
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR UNIVERSIDADE FEDERAL.	22
GRÁFICO 3 – SEXO DOS RESPONDENTES	86
GRÁFICO 4 – IDADE DOS RESPONDENTES	87
GRÁFICO 5 – ESCOLARIDADE DOS RESPONDENTES	87
GRÁFICO 6 – CAPACITAÇÃO PARA A LAI	88
GRÁFICO 7 – TEMPO NA UNIVERSIDADE	88
GRÁFICO 8 - CURVA DE SEDIMENTAÇÃO.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LAI	Lei de Acesso à Informação
MEC	Ministério da Educação
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCEG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFs	Universidades Federais
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO

Desde o ano de 2011, com o estabelecimento da Lei nº 12.527, o Estado brasileiro trabalha para estabelecer, na cultura organizacional das instituições públicas, um novo marco regulatório sobre o acesso às informações públicas, ou seja, efetivar um paradigma onde o foco do Estado seja a transparência dos atos públicos. É também conhecida como Lei da Transparência ou Lei de Acesso à Informação (LAI). Essa nova obrigação das entidades governamentais cria uma mola impulsora no sentido de uma mudança paradigmática na busca da transparência pública. É nessa perspectiva que surge esta pesquisa, com o objetivo de estabelecer fatores de transparência da informação pública em universidades federais, a partir da percepção de partes interessadas, sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação. É uma pesquisa considerada mista, pois abordou técnicas consideradas qualitativas e quantitativas. Foram realizados análise documental e ainda dois grupos focais. A técnica de análise de conteúdo foi empregada para a extração das variáveis geradas a partir dos relatos dos grupos focais. Tais elementos, somados à revisão de literatura, serviram de insumo para a produção do instrumento da *survey*. Com isso chegou-se a três fatores de transparência em universidades federais: o Fator 1, Gestão de Documentos (**GD**); o Fator 2, Transparência Ativa (**TA**); e o Fator 3, Transparência Passiva (**TP**).

Palavras-chave: Transparência pública; acesso à informação; fatores de transparência; assimetria da informação; lei de acesso à informação.

ABSTRACT

Since the year 2011, with the establishment of Law No. 12,527, the Brazilian State has worked to establish a new regulatory framework on access to public information in the organizational culture of public institutions, ie to implement a paradigm where the focus of the State is the transparency of public acts. It is also known as the Transparency Law or the Access to Information Act (LAI). This new obligation of the governmental entities creates a driving force in the direction of a paradigmatic change in the search for public transparency. It is from this perspective that this research appears with the objective of Establishing factors of transparency of public information in Federal Universities, from the perception of interested parties, from the perspective of the Law of Access to Information. It is a research considered mixed, since it approached techniques considered qualitative and quantitative. Documentary analysis and two focus groups were performed. The technique of content analysis was used to extract the variables generated from the reports of the focus groups. These elements, together with the literature review, served as input for the production of the survey instrument. This led to three factors of transparency in federal universities: Factor 1, Document Management (**GD**), Factor 2, Active Transparency (**TA**) and Factor 3, Passive Transparency (**TP**).

Keywords: Public transparency; access to information; Transparency factors; Asymmetry of information; Law of access to information.

1 INTRODUÇÃO

Desde o ano 2011, com o estabelecimento da Lei nº 12.527, o Estado brasileiro trabalha para estabelecer, na cultura organizacional das instituições públicas, um novo marco regulatório sobre o acesso às informações públicas, ou seja, efetivar um paradigma onde o foco do Estado seja a transparência dos atos públicos. Essa lei regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. É também conhecida como Lei da Transparência ou Lei de Acesso à Informação (LAI).

A Constituição Brasileira de 1988 define, em seu artigo primeiro, que o Brasil é um Estado democrático de direito e que todo o poder emana do povo. Sendo assim, um dos pilares fundamentais da democracia é a transparência do Estado. Contudo, para Jardim (1999), desde a sua invenção, o Estado brasileiro, em seu sentido estrito, teve a opacidade, e não a transparência, como um dos seus nítidos atributos, sendo aqui a opacidade vista como o oposto da transparência.

Já Bobbio (2000) nos informa que um dos pressupostos da democracia que a diferencia dos outros tipos de regimes é a visibilidade ou transparência do poder. Com isso, fica evidente que a opacidade, apesar de ser um elemento natural do poder, não deve estar presente no regime democrático.

A LAI foi estabelecida justamente para criar o arcabouço jurídico legal a ser adotado pelas instituições públicas brasileiras no intuito do estabelecimento de uma cultura de

transparência pública. A LAI representa umas das primeiras iniciativas do Estado para diminuir a burocracia no acesso à informação pública e aumentar a transparência por meio da disponibilização da informação recebida e/ou produzida no decurso das atividades administrativas do Estado. Ela é uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da *Accountability* e da autogestão das ações do poder público.

A LAI, além de efetivar o direito previsto na Constituição de que todos têm a prerrogativa de receber dos órgãos públicos informações do seu interesse pessoal assim como de interesse coletivo, garante ainda a exequibilidade de políticas públicas de acesso à informação no Brasil. O acesso à informação como direito fundamental, de acordo com a Controladoria Geral da União – CGU (2011), é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como por importantes organismos da comunidade internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Nesse cenário, inicia-se um processo de cultura de acesso, onde o fluxo de informações favorece a tomada de decisões, a boa gestão de políticas públicas e a inclusão do cidadão. Essa cultura de acesso pretende substancialmente gerar uma nova perspectiva de atuação dos agentes públicos, para que estes se conscientizem para o fato de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível. Sob essa nova expectativa de atuação, os agentes passam a ter um papel fundamental para que ocorra de fato a mudança, pois são eles que lidam cotidianamente com

a informação pública, desde o momento da sua produção até o seu arquivamento, tendo por dever atender as demandas da sociedade.

Essa nova obrigação das entidades governamentais cria uma mola impulsora no sentido de uma mudança paradigmática na busca da transparência pública. Porém, levará algum tempo ainda até a transformação do estado de opacidade para um estado de livre acesso às informações públicas.

1.1 Definição do Problema

Sabe-se que as instituições públicas brasileiras levarão algum tempo para se adaptarem ao novo paradigma imposto pela Lei nº 12.527/2011, pois essa lei mexe com os pilares da gestão da informação dentro dos órgãos públicos, obrigando as instituições a fornecerem suas informações aos cidadãos, não importando o motivo da solicitação e a sua utilização posterior, excetuando-se aquelas informações que tenham sofrido uma classificação de sigilo por autoridade competente. O surgimento da lei é apenas um primeiro passo na mudança do paradigma do acesso à informação pública no Brasil, sendo necessário o constante monitoramento, pela sociedade, das ações estabelecidas pelos órgãos públicos no intuito da transparência dos atos públicos.

Contudo, transcorridos três anos de obrigação de adoção dos ditames da Lei nº 12.527, raros foram os estudos que se preocuparam em mensurar o nível de transparência em que se encontram as instituições públicas brasileiras. Cabe observar aqui que as universidades federais no Brasil são as maiores produtoras de inovação e conhecimento. Por isso, há a necessidade da mensuração do nível de transparência no qual elas se encontram, para, se

necessário, posterior estabelecimento de paralelos e pesquisas que criem *benchmark* de transparência entre as universidades no que se refere à transparência da informação pública.

É nessa perspectiva que se busca responder a seguinte questão: Que fatores qualificam a transparência em universidades federais? No intuito de responder essa questão é que surge essa pesquisa, com os objetivos descritos abaixo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Estabelecer fatores de transparência da informação pública em universidades federais, a partir da percepção de partes interessadas, sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de oferecer respostas ao problema proposto e de alcançar o objetivo geral, estipulam-se os seguintes objetivos específicos:

- i. Desenvolver instrumento de avaliação do nível de transparência em universidades federais, na perspectiva da Lei de Acesso à Informação;
- ii. Validar o instrumento de avaliação do nível de transparência em universidades federais.

1.3 Justificativa e Relevância

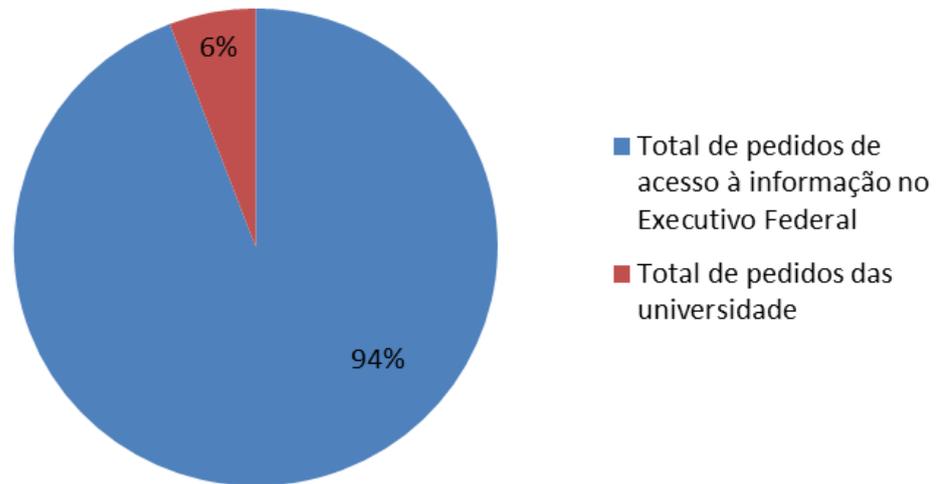
A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, em seu artigo 3º, define gestão de documentos como:

O conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Contudo, a Lei nº 12.527/2011 mexe com os pilares da gestão da informação dentro dos órgãos públicos, uma vez que obriga as instituições a fornecerem suas informações aos cidadãos, não importando o motivo da solicitação e a sua utilização posterior. Excetuam-se aquelas informações que tenham sofrido uma classificação de sigilo por autoridade competente.

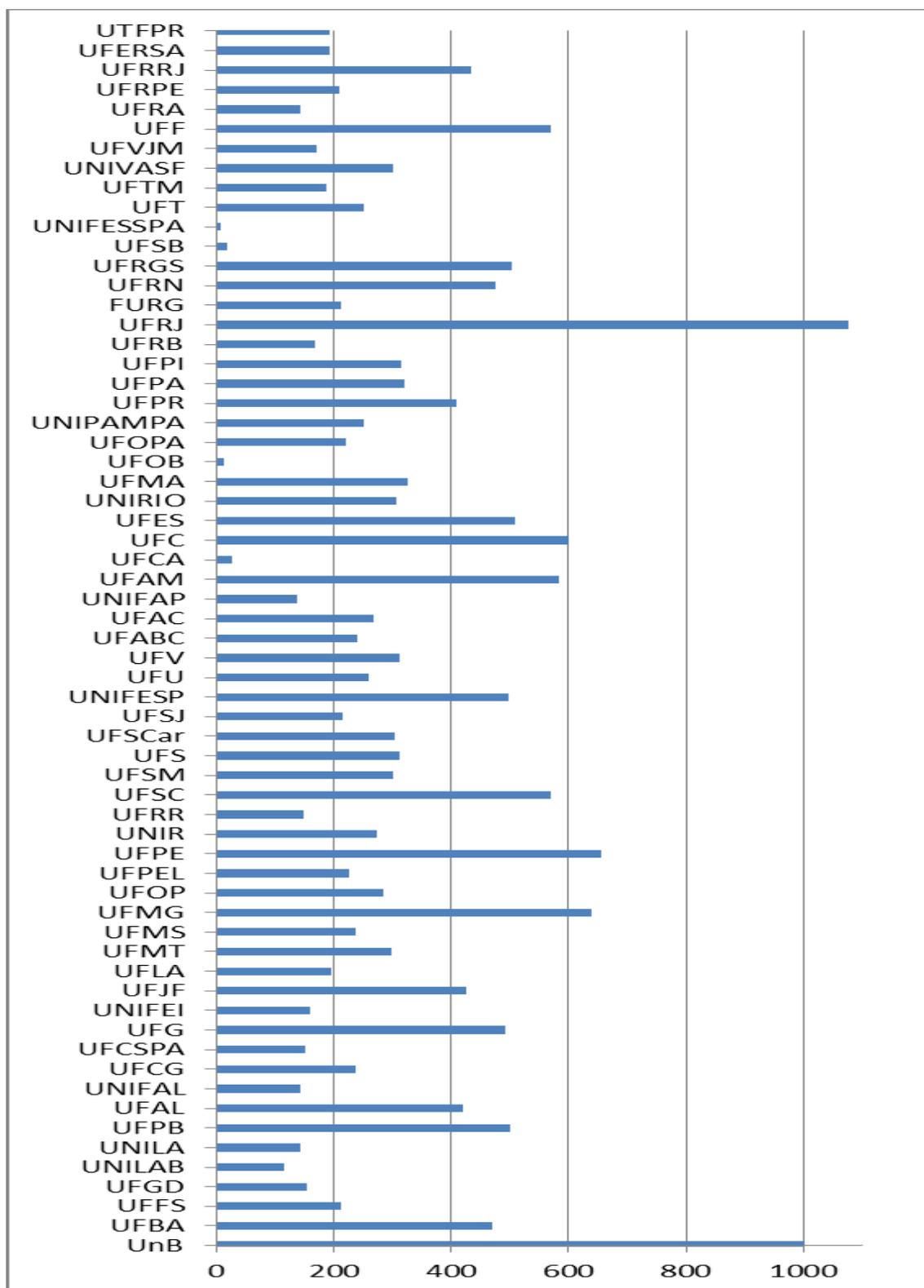
Após análise documental preliminar sobre transparência pública, observou-se que poucos artigos abordavam essa temática na perspectiva de estudos relacionados a universidades federais brasileiras. Pode-se observar, no relatório produzido pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) da Controladoria-Geral da União (CGU), que, do dia 16 de maio de 2012 – data da entrada em vigor da LAI – até o dia 20 de novembro de 2015, já foram feitas 325.340 solicitações de informações no sistema e-SIC. O gráfico a seguir demonstra o percentual desse total que foram solicitações feitas a universidades federais.

Gráfico 1 - Proporção de pedidos para universidades federais pelo total de solicitações



Fonte: Dados fornecidos pelo sistema e-SIC da CGU. Acesso em 20/11/2015. Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 – Distribuição de solicitação de informações por universidade federal



Fonte: Dados fornecidos pelo sistema e-SIC da CGU. Acesso em 20/11/2015. Elaborado pelo autor.

Desse total de 325.340 solicitações de informações, 17.345, ou seja, 5,34%, são pedidos de informações referentes à educação superior. A Tabela 1, a seguir, estratifica as solicitações por temas e dá a sua porcentagem.

Tabela 1 - Estratificação de solicitações de acesso à informação por tema.

Categoria e assunto	% de pedidos
Economia e Finanças - Finanças	12,60%
Governo e Política - Administração pública	11,22%
Pessoa, família e sociedade - Previdência social	6,45%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	6,37%
Educação - Educação superior	5,34%
Economia e Finanças - Administração financeira	3,57%
Economia e Finanças - Economia	2,87%
Pessoa, família e sociedade - Pessoa	2,78%
Ciência, Informação e Comunicação - Comunicação	2,68%
Educação - Educação básica	2,39%

Fonte: Dados fornecidos pelo sistema e-SIC da CGU. Acesso em 11/11/2015. Elaborado pelo autor.

Para revisão de literatura foi realizada uma pesquisa bibliométrica que analisou as características demográficas, metodológicas e teóricas da produção científica sobre transparência da informação pública no período de 2005 a 2015, foram feitas buscas nas bases de dados da CAPES e SPELL – *Scientific Periodicals Electronic Library*, com um grupo de palavras-chave, em português, espanhol e inglês: transparência pública, transparência e democracia, acesso à informação pública, governança, governança pública e *Accountability*. Foram selecionados inicialmente 57 artigos produzidos nos últimos 10 anos.

A pesquisa longitudinal, descritiva, qualitativa com amostra não probabilística, foi obtida por busca nas bases de dados CAPES e Spell, no período de setembro a outubro de 2015, com os seguintes critérios para seleção: 1) ter sido publicado nos últimos 10 anos (2005 a 2015); 2) abordar a transparência da informação em instituições públicas; 3) ter sido escrito em português, inglês ou espanhol.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada uma planilha eletrônica em formato Excel versão 2013. Posteriormente, os dados foram analisados através de estatística descritiva, frequência e percentual, além de estatística inferencial através do teste qui-quadrado e coeficiente de contingência modificado, para verificar e quantificar a associação entre as variáveis.

A análise dos artigos permitiu observar que há predominância (64%) dos estudos de natureza empírica e também uma prevalência (68%) nos profissionais aplicados segundo o seu escopo. No delineamento, há uma maioria de descritivo (68%). Quanto à natureza dos dados, prevalecem pesquisas qualitativas (50%) e amostras não-probabilísticas (45%), que reflete a necessidade de estudos quantitativos ou quali-quantitativos com amostras probabilísticas ou censitárias. Com isso, sugere-se que a transparência da informação pública é um tema pouco pesquisado, com lacunas teóricas e metodológicas, carente de estudos que analisem o fenômeno em universidades públicas.

A partir da leitura dos artigos e de suas referências, foram selecionados livros e periódicos que colaboraram com a compreensão dos conceitos-chaves.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo estabelecer as bases teóricas fundamentais para a compreensão e o entendimento na elaboração da pesquisa, bem como auxiliar as etapas seguintes de escolha da metodologia, das variáveis e do formato de coleta e análise de dados. Para tanto, é necessária uma breve introdução sobre a assimetria da informação e a Teoria Institucional, para melhor compreensão da Lei de Acesso à Informação no contexto das políticas públicas e da governança pública.

Para Silva e Gonçalves (1998, p. 220) a Teoria Institucional pode ser entendida como sendo:

[...] resultado da convergência de influências de corpos teóricos originários da ciência política, da sociologia e da economia, que buscam incorporar em suas proposições a ideia de instituições e de padrões, de comportamentos, de normas, de valores, de crenças e de pressupostos, nos quais encontram-se imersos indivíduos, grupos e organizações.

Já Hodgson (1998, p. 168) esclarece que o núcleo de ideias do institucionalismo refere-se a instituições, hábitos, regras e sua evolução. Com isso, o processo de transparência da informação pública, estabelecido pela LAI, pode ser estudado sob a égide da Teoria Institucional. Tendo em vista que a institucionalização explica os fenômenos organizacionais pelo entendimento de “como” e “por que”, as estruturas e processos organizacionais tornam-se legitimados (BARBOSA NETO; COLAUTO, 2010).

Para Scott (1995), as instituições buscam sua legitimação com base em três pilares institucionais: o regulativo, que se estabelece pela conformidade com as regras, ou seja, as instituições são legítimas quando são operadas a partir de requisitos legais; o normativo, que

se insere nas bases morais; e por último o cultural-cognitivo, que se estabelece sobre entendimentos pré-conscientes ou tomados como corretos.

Suchman (1995, p. 576) identifica que, sob a vertente da teoria institucional, os conceitos de legitimidade e institucionalização são basicamente sinônimos, pois, os dois se operacionalizam por meio do fenômeno de isomorfismo.

A obrigatoriedade de seguir a legislação produz o isomorfismo entre as instituições de ensino superior federal, ou seja, a similaridade de forma e estrutura das organizações com o ambiente. Para DiMaggio e Powell (1983), o isomorfismo pode se caracterizar por três formas básicas: coercitiva, quando o comportamento de uma instituição mais forte exerce influência nas demais; mimética, quando uma instituição adota procedimentos e práticas que já foram desenvolvidas e aprovadas em outras instituições; e normativa quando o comportamento geral é regido por normas comuns a todas as instituições.

A LAI determina um conjunto de normas e procedimentos a serem adotados pelas instituições públicas. Com isso, cria um ambiente que estabelece o isomorfismo coercitivo, pois, uma instituição maior, no caso o Estado, utiliza seu poder para exercer influência nas instituições sob o seu domínio. Com isso, determina padrões de comportamento a serem seguidos pelas universidades federais quanto ao constructo transparência da informação pública.

De acordo com Deephouse (1996), a legitimidade é conferida por atores sociais relevantes ao perceberem que as ações e valores da organização convergem com seus valores e expectativas. Com isso, a transparência da informação surge como um fator fundamental para a legitimação das organizações.

Contudo, uma das questões com que as instituições devem se preocupar em seu processo de legitimação é a assimetria da informação estabelecida entre as partes interessadas.

Esse fenômeno acontece quando uma das partes detém mais informações que as outras, gerando, assim, um ambiente de desconfiança. Segundo Meyer e Rowan (1977), as organizações incorporam os procedimentos e as práticas predominantes no ambiente em que se encontram e que estejam institucionalizados pela sociedade. Os autores citam três exemplos para esclarecer o processo de legitimação: (a) para um médico é melhor tratar uma pessoa doente utilizando procedimentos médicos aceitáveis, do que a eficácia do tratamento; (b) uma companhia de transporte deve cumprir as linhas de ônibus tendo ou não passageiros; (c) uma universidade deve manter determinados departamentos, independentemente das demandas por matrículas.

Assimetria, na ciência da Estatística, refere-se a um desvio ou afastamento da simetria, a qual, por sua vez, diz respeito ao equilíbrio, à correspondência de forma, tamanho ou arranjo (TOLEDO, 1995). Em outras palavras, assimetria denota desigualdade. Nesse caso, a desigualdade de informação, que gera problemas na legitimidade da instituição.

Para Mankiw (2015), o fenômeno de assimetria da informação é tão presente na vida das organizações que, devido aos seus trabalhos pioneiros nesse campo nas últimas décadas, os economistas George Akerlof, Michel Spence e Joseph Stiglitz ganharam um Prêmio Nobel no ano de 2001.

Esta pesquisa trabalha a transparência da informação pública em universidades federais, partindo dessa necessidade de se estabelecer mecanismos que minimizem o fenômeno de assimetria informacional, fortalecendo, desta forma, a legitimidade das ações das universidades federais perante os cidadãos. Para isso, esta seção de referencial teórico está dividida da seguinte forma: governança; governança pública; transparência pública e informação; políticas públicas e as características da LAI; e, por fim, o ciclo de políticas públicas e o ciclo da LAI.

2.1 Governança

De forma mais abrangente e simplificada, o termo governança foi entendido por Ibanhes et al (2007) como sendo ferramenta analítica para compreensão dos fatores que organizam a interação dos atores, a dinâmica dos processos e as regras do jogo nas instituições.

Já a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2002) traz o conceito de governança como sendo o conjunto de práticas que têm por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas. Para a CVM, a análise de prática de governança envolve, principalmente, **transparência**, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Na mesma linha, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2004) define governança como sendo o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, tendo como princípios básicos a **transparência**, a equidade, a *accountability* e a responsabilidade corporativa. Nesse contexto, há a seguinte definição para transparência:

Mais do que a obrigação de informar, é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor.

Para Edwards (2002), a governança é mais bem entendida quando compreendidos os seus elementos principais, que são: a *accountability*, a **transparência**, a participação, a administração de relacionamento e, dependendo da situação, a eficiência e/ou equidade.

Nessa perspectiva, em 1994 o Banco Mundial estabelece que a governança é

sintetizada pela formulação de políticas previsíveis, abertas e transparentes; uma burocracia imbuída de espírito profissional; um governo responsável por suas ações; e uma forte participação da sociedade civil nos negócios públicos; e todos se comportando sob o Estado de Direito.

Para Kooiman (1993), governança deve ser pensada como um processo contínuo de gestão, que melhora a capacidade institucional para orientar e coordenar. Com isso, Plumptre e Graham (1999) define governança como o modo ou modelo que traz resultados econômicos e sociais para os cidadãos e é constituída por elementos como: legitimidade constitucional, estado de direito, **transparência**, liberdade de informação, competência administrativa entre outros.

Nesse contexto, podemos observar que governança é um constructo genérico. Sendo assim, para melhor compreensão e absorção desse constructo, é necessário adjetivar o termo, por exemplo: governança corporativa, governança pública, entre outros. Contudo, um fato importante a ser observado é que a **transparência** é o principal elemento constante das diferentes definições aqui estudadas. Com isso, descreve-se, no próximo tópico, de forma mais específica e apropriada, as dimensões do constructo governança pública.

2.2 Governança Pública

O termo governança pública (*public governance*) surge no contexto da busca por racionalidade e eficiência do Estado. Esse movimento de mudança do Estado é conhecido como a Nova Administração Pública, ou *new public management* (NPM). É com isso que Kissler e Heidemann (2006) esclarecem que a responsabilidade, a **transparência** e a

legalidade do setor público são elementos estruturais da gestão dessa nova configuração de Estado.

A Nova Administração Pública surge num contexto de mudanças ocasionadas pelas dificuldades encontradas devido ao emprego do Estado de bem-estar social (*welfare state*), conjugado com um tipo weberiano de burocracia, constituída principalmente por uma administração pública caracterizada por uma estrutura de comando hierarquizada, com um corpo de profissionais bem selecionados e treinados. Nessa perspectiva, Bresser-Pereira (2008) nos informa que foram as “tentativas de tornar a organização do Estado mais flexível e, por essa razão, mais eficaz na promoção do desenvolvimento econômico”, que proporcionaram o surgimento da NPM, ou, para o autor, a “nova gestão ou nova gerência pública”.

Para Costa (2010), as principais tendências de mudança surgidas no arcabouço da NPM giram em torno da

limitação das dimensões do setor público; da privatização; da comercialização ou corporatização de órgãos públicos; descentralização para governos subnacionais; descentralização no governo central; uso de mecanismos típicos de mercado; e novas atribuições aos órgãos da administração central. (COSTA, 2010).

E, nesse contexto, os cidadãos passam a ser percebidos e tratados como clientes, as instituições públicas passam a utilizar métodos empresariais de gestão e os empregados públicos passam a ser avaliados por critérios de desempenho e perdem um pouco da estabilidade no emprego.

De acordo com Bresser-Pereira (2008), os primeiros países a utilizarem essa nova forma de gerenciamento da administração pública foram Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. No Brasil, a NPM, de acordo com Abrucio (2010), inicia com o fim do período militar. Para ele, a crise do regime autoritário e, sobretudo, a derrocada do modelo nacional-

desenvolvimentista foram os fatores fundamentais que contribuíram para a adoção de novas práticas de administração no Estado brasileiro, sendo a principal mudança nesse período a promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu, além de outras, três mudanças fundamentais: a democratização do Estado; a descentralização administrativa, política e financeira; e a reforma do serviço civil por meio da profissionalização da burocracia. É nesse contexto também que a temática da transparência pública surge no Brasil, como observado por Rodrigues (2013):

A transparência, como forma e modalidade de comunicação entre o Estado e seus cidadãos, não era um imperativo no âmbito da Administração pública brasileira até o final dos anos 1980. Com a promulgação da nova Constituição Federal (CF) em 1988, resultado da redemocratização do País após duas décadas de regime militar (1964-1985), foram estabelecidas as bases legais para um novo tipo de relação do poder público com os cidadãos. Na seção sobre direitos e garantias individuais, artigo 5º, inciso XXXIII, a CF assegura que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. (RODRIGUES, 2013).

Contudo, apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, é que de fato muitas mudanças foram implementadas no universo da administração pública brasileira. O MARE, sob o comando do ministro Bresser-Pereira, instituiu o Plano Diretor de Reforma do Estado, em 1995. O plano divide as atividades do Estado em setores: núcleo estratégico; atividades exclusivas; serviços não exclusivos; e produção de bens e serviços para o mercado. Para cada setor do Estado, o plano sugere um tipo adequado de gestão.

A NPM no Brasil foi a primeira experiência democrática de reforma do Estado, sendo que uma das dificuldades na implementação dessa reforma foi ocasionada pelo temor de parlamentares pela implantação de um modelo administrativo mais transparente e voltado ao desempenho, segundo Abrucio (2010). Foi nesse contexto de continuidade das reformas

gerenciais que, em 2011, foi promulgada a Lei nº 12.527, que pressupõe que a transparência pública é um dos pontos fundamentais para o fortalecimento da flexibilidade na gestão do Estado, responsabilização dos agentes públicos e incentivo da participação popular na gestão da coisa pública.

O escopo desse trabalho gira em torno do constructo transparência da informação pública. No entanto, para compreender onde se estabelece a transparência no contexto da administração pública temos, anteriormente, que estabelecer e explicar o constructo governança pública. Kissler e Heidemann (2006) definem que:

Não existe um conceito único de governança pública, mas antes uma série de diferentes pontos de partida para uma nova estruturação das relações entre o Estado e suas instituições nos níveis federal, estadual e municipal, por um lado, e as organizações privadas, com e sem fins lucrativos, bem como os atores da sociedade civil (coletivos e individuais) [...]. (KISSLER; HEIDMANN, 2006).

Gespública (2014) define governança pública como sendo a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos, políticos e sociais para o desenvolvimento do país. Nessa referência, os princípios da governança na administração pública são: a existência da unidade de objetivos e a ação integrada; a gestão dos principais riscos presentes na área de atuação do órgão ou entidade; a **transparência**; a participação e o controle social e, especialmente, a eficiência administrativa.

Bovaird e Löffler (2003) evidenciam 10 princípios de governança pública: 1 - engajamento dos cidadãos; 2 - **transparência**; 3 - responsabilização; 4 - inclusão social; 5 - ética; 6 - equidade; 7 - habilidade de competir em um contexto internacional; 8 - habilidade de trabalhar em parceria; 9 - sustentabilidade; e 10 - respeito à lei.

2.3 Transparência pública e informação

O conceito de informação é amplo e envolve uma pluralidade de significados. Estudo realizado por McGarry (1984) a partir da análise dos atributos proporcionados por pequena amostra de definições da palavra *informação* apresenta um resumo do termo, como segue:

A informação pode ser considerada quase sinônimo de fato. Tem por efeito transformar ou reforçar o que é conhecido ou julgado conhecido por um ser humano. A informação é utilizada como coadjuvante da decisão. A informação é a liberdade de escolha que se tem ao selecionar uma mensagem. A informação é ‘algo’ necessário quando enfrentarmos uma escolha. A quantidade requerida depende da complexidade da decisão a tomar. A informação é a matéria-prima de que deriva o conhecimento. A informação é trocada com o mundo exterior e não meramente recebida. A informação pode ser definida em termos dos seus efeitos no receptor (MCGARRY, 1984), com adaptações).

Nesse sentido, informação é um recurso referencial, noção ou ideia que se processa na mente humana e é utilizada na resolução de problemas. Na sociedade moderna, a informação é considerada um recurso valioso, passível de ser coletado, acumulado, manipulado e distribuído para atender necessidades específicas dos usuários. Essa composição seria um exemplo do fenômeno da industrialização da informação citado por Kobashi et al (2001), que, ao analisarem o campo científico da área de Ciência da Informação, consideram que:

A qualificação da informação, pela etimologia da palavra, a associa objetivamente ao coletivo. Verifica-se, por essa via, que a sua importância encontra-se relacionada ao fato de a mesma promover modos de organização sociais que vão além de noções espaciais e territoriais: a agregação dos indivíduos, assim como a segregação entre eles, faz-se pela informação, sua circulação, distribuição e consumo. (KOBASHI et al; 2000).

Nessa configuração, Choo (2006) explica que o aumento do apoio governamental aos estudos de grupos científicos e tecnológicos possibilitou o mapeamento da pesquisa sobre as necessidades e usos da informação em vários aspectos, e complementa afirmando que

a busca e o processamento da informação são fundamentais em muitos sistemas sociais e atividades humanas, e a análise das necessidades e dos usos da informação vem se tornando um componente cada vez mais importante da pesquisa em várias áreas como a psicologia cognitiva, estudos da comunicação, difusão de inovações, recuperação da informação, sistemas de informação, tomada de decisões e aprendizagem organizacional (CHOO, 2006, p. 67).

Bobbio (2000) afirma que uma das razões da superioridade da democracia diante dos estados absolutos, que defendiam com argumentos históricos e políticos a necessidade de se fazer com que as grandes decisões políticas fossem tomadas nos gabinetes secretos, longe dos olhares indiscretos do público, funda-se sobre a convicção de que o governo democrático poderia finalmente dar vida à transparência do poder, ao "poder sem máscara".

Para Jardim (1999), a transparência no Brasil é um tema que permanece praticamente ignorado do ponto de vista teórico, apesar de presente na agenda de democratização do país após a Constituição de 1988.

Segundo Chevalier (1998, apud Jardim, 1999), falar, neste sentido, de transparência administrativa significa que atrás do invólucro formal de uma instituição se perfilam relações concretas entre indivíduos e grupos percebidos pelo observador. Mas a transparência é suscetível de graus: um corpo pode ser realmente transparente ou seja, límpido, e fazer aparecer com nitidez os objetos que recobre, ou somente translúcido, se ele não permite, ainda que seja permeável à luz, distinguir nitidamente esses objetos, ou ainda diáfano, se a luz que ele deixa filtrar não permite distinguir a forma desses objetos. Por extensão, a transparência designará o que se deixa penetrar, alcançar levemente, o sentido escondido que aparece facilmente, o que pode ser visto, conhecido de todos ou ainda que permite mostrar a realidade inteira, o que exprime a verdade sem alterá-la. (JARDIM, 1999).

Nessa respectiva, Batista (2010) define que os problemas relacionados à transparência e ao acesso à informação pública estão relacionados a três dimensões: a dimensão física, que fala sobre a dificuldade em se acessar fisicamente o documento público; a dimensão intelectual, que estabelece que a transparência pressupõe compreensão, que viabiliza o acesso

intelectual com possibilidade de apropriação simbólica; e a dimensão comunicacional, que define que há dificuldade em se tomar conhecimento da informação pública devido à ineficácia do fluxo comunicacional entre o Estado e a sociedade e, também, pelo fluxo informacional, marcado pelo excesso de informação.

Segundo o Instituto Federal de Acesso à Informação Pública do México (2008), a transparência pode ser definida por três elementos: abertura da informação por parte do governo, comunicação ou conhecimento por parte dos cidadãos e prestação de contas ou justificção, aos cidadãos, das decisões adotadas pelo governo.

Já Habermas (1984) estabelece que a liberdade de informação depende da realização de um processo permanente de tradução das informações oriundas do Estado para termos legíveis ao “homem comum”. É baseado nessa informação, que Bobbio (2000; 2004a) afirma que a comunicação do Estado tem sido insuficiente à concretização do governo democrático.

O Fundo Monetário Internacional – FMI, em 2007, publicou o Manual de Transparência Fiscal, que dispõe sobre os princípios e as práticas para a disponibilidade de informação pública na área fiscal, de forma a facilitar a análise das políticas e promover a prestação de contas. De acordo com esse manual, a transparência fiscal beneficia: a) os cidadãos, ao fornecer-lhes as informações de que necessitam para responsabilizar o governo por suas decisões de políticas; b) os governos, que terão acesso facilitado aos mercados internacionais de capitais; c) a sociedade civil, que poderá exercer uma vigilância mais intensa sobre o Estado; d) os mercados internacionais, ao incentivar os governos à adoção de políticas econômicas corretas e consolidar a estabilidade financeira.

Contudo, a LAI é precedida de um conjunto de normas com o objetivo de fortalecer o Estado no controle, na autogestão e no combate à corrupção. Porém, a temática de leis de

acesso à informação não é um caso isolado do Brasil e também não é algo recente, como relatado por Rodrigues (2013):

Leis de acesso às informações públicas apresentam-se, então, como um corolário da vontade política de transparência dos atos governamentais. Portanto, os anos 1970 podem ser considerados um marco no debate e na implementação de leis de acesso às informações públicas. Destaquemos, porém, que os Estados Unidos inauguraram, em 1966, no campo legislativo, uma das leis mais interessantes do século XX, o *Freedom of Information Act*, mais conhecido como FOIA. De fato, uma das características inovadoras do FOIA foi a de estabelecer o direito de acesso às informações públicas, definindo as exceções (salvaguarda de interesses públicos, segurança do estado, respeito à vida privada, etc.) na própria lei, algo inteiramente novo. Atualmente, a noção de “transparência” já está incorporada – embora não inteiramente praticada pelos governos e instituições – como uma premissa para o bom funcionamento da Administração pública. (RODRIGUES, 2013).

Ao mesmo tempo em que os Estados foram elaborando as suas leis de preservação do direito à transparência, as instituições públicas e privadas em vários países foram, também, incluídas, em modelos de excelência na administração, práticas e requisitos de gestão da informação. No Brasil, o Modelo de Excelência em Gestão Pública nos traz, em seu item 5.1.5, que a Dimensão Informação e Conhecimento.

[...] representa a capacidade de gestão das informações e do conhecimento, especialmente a implementação de processos gerenciais que contribuam diretamente para a seleção, coleta, armazenamento, utilização, atualização e disponibilização sistemática de informações atualizadas, precisas e seguras aos usuários internos e externos, com o apoio da tecnologia da informação.

Rodrigues (2013, p. 424) argumenta que, na atualidade, “[...] a noção de transparência já está incorporada – embora não inteiramente praticada pelos governos e instituições – como uma premissa para o bom funcionamento da Administração Pública”. A Tabela 2 apresentará o histórico da legislação brasileira sobre acesso à informação pública.

Tabela 2 - Histórico da legislação sobre acesso à informação no Brasil

Ano	Legislação	Assunto
1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946	Carta Magna do País - primeiro relato sobre acesso a informação na legislação brasileira.
1949	Decreto nº 27.583	Aprova o regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à Segurança Nacional.
1967	Decreto nº 60.417	Aprova o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Alterado pelo decreto 69.534 de 1971. Revoga o decreto 27.583 de 1949.
1977	Decreto nº 79.099	Revoga o decreto 60.417. Permite que as instituições públicas estabeleça o acesso á informação Por meio das comissões de acesso á informa de cada órgão.
1997	Decreto nº 2.134	Dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles.
1988	Constituição Federal do Brasil	Constituição da República Federativa do Brasil.
1991	Lei nº 8.159	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
2000	Decreto S/N, de 3 de abril.	Estabelece o governo eletrônico.
2000	LC nº 101	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
2002	Decreto nº 4.553	Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal.
2003	Lei nº 10.683	Criação da Controladoria Geral da União
2005	Lei nº 11.111	Regulamenta a exceção ao livre acesso às informações governamentais, estabelecido pelo inciso XXXIII do Artigo 5º da Constituição Federal.
2005	Decreto nº 5.482	Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores.
2009	LC nº 131	Altera a LRF no tocante à transparência da gestão.
2010	Decreto nº 7.185	Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema

Ano	Legislação	Assunto
		integrado de administração financeira e controle.
2011	Lei nº 12.527	Conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI que embasa o estudo dessa pesquisa.
2012	Decreto nº 7.724	Regulamenta a LAI no Executivo Federal.
2013	Portaria CGU nº 277	Cria o Brasil Transparente
2014	Lei nº 12.965	Conhecida com o Marco civil da Internet.
2016	Lei nº 13.341	Cria o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para melhor compreensão da problemática do acesso à informação no Brasil, será apresentada a LAI e seus respectivos pressupostos quando de sua caracterização como uma política pública de Estado.

2.4 Políticas públicas e as características da LAI

Não há a possibilidade de abordar as questões de transparência pública no Brasil sem esclarecer que a Lei de Acesso à Informação é uma política pública adotada pelo Estado no sentido de estabelecer um marco regulatório que propulsione as instituições públicas no sentido da transparência da informação pública.

Compreender essa discussão é necessário para definirmos os conceitos, facilitar a compreensão do modo como são feitas e analisadas as políticas públicas e contribuir para o entendimento das percepções de mundo e de sociedade. Para Saraiva (2006), o formato das políticas públicas dependerá de cada sociedade.

O estágio de maturidade de cada uma delas contribuirá, ou não, para estabilidade e eficácia das políticas, para o grau de participação dos grupos interessados, para a limpidez dos procedimentos de decisão. (SARAIVA, 2006).

A palavra política apresenta diferentes sentidos e significados no contexto de políticas públicas. Secchi (2012) estabelece o termo “política” (*policy*) como sendo a relação com a orientação para decisão e ação das organizações. Desta maneira, para ele, o termo “políticas públicas” (*public policy*) trata do conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.

É importante esclarecer que não há consenso na literatura especializada quanto à definição do que seja uma política pública. Dias e Matos (2012) definem políticas públicas como sendo as ações empreendidas, ou não, pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo como objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana.

Para Secchi (2012), política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Para esse autor, a literatura especializada possui duas abordagens para definir o protagonismo no estabelecimento de políticas públicas: 1) a visão estatista, que considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais; e 2) a multicêntrica, que estabelece que atores não estatais também promovem políticas públicas.

Lindblom e Woodhouse (1993) estabelecem que uma política pública é originada da articulação de uma rede de atores que se organizam para atuar numa área política específica para tratar dos interesses coletivos e de interesse público. Nessa corrente, as políticas públicas são entendidas como sendo o resultado da interação desses atores. O planejamento e/ou a implementação, no entanto, é monopólio da figura do Estado. Essa visão alinha-se como sendo uma abordagem estatista (*state-centered policy-making*), esclarecida por Secchi (2012).

Na abordagem estatista, os principais formadores de políticas (*policymakers*) são os políticos e os legisladores. Porém, além dos atores governamentais que têm um compromisso, vínculo com o Estado, também existem os atores não governamentais, que atuam em áreas de interesse específicos. Nessa vertente, Höfling (2001) observa que nesse processo o Estado e o Governo representam funções distintas:

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período, que cria políticas para diminuir conflitos sociais e conseguir equiparação social (em forma de bem estar coletivo). (HÖFLING, 2001).

Já na abordagem multicêntrica, diferentemente da estatista, estabelece-se que a distinção entre esfera estatal e esfera não estatal não é tão relevante quanto a distinção entre esfera pública e esfera privada. Nessa abordagem, a intenção de enfrentar um problema público aflora em uma pluralidade de atores que protagonizam o enfrentamento dos problemas públicos.

O papel do Estado varia em cada país, muda constantemente dentro de um mesmo país. [...] Não há dúvidas, no entanto, de que o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas. A centralidade atual do estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência de alguns fatores: 1) a elaboração de políticas é uma das razões centrais da existência do Estado moderno; 2) o Estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá uma superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) o Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente (SECCHI, 2012).

Nesse sentido, adotando uma abordagem multicêntrica, entende-se que a Lei de Acesso à Informação possui dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública e o fato de ser uma resposta concreta para consolidar o marco regulatório sobre acesso à informação

pública no Brasil, por preconizar que o acesso à informação sob a guarda do Estado é a regra, e o sigilo, a exceção.

Conforme os tipos de políticas públicas, na dimensão do conteúdo, esclarecida por Secchi (2012), a LAI pode ser caracterizada pela tipologia de Lowi, por estabelecer padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados, sendo, assim, uma Política Regulatória. Dias e Matos (2012) estabelecem que uma política regulatória envolve discriminação no atendimento das demandas de grupos distinguindo beneficiados e prejudicados por essas políticas, estabelecendo controle, regulamento e padrões de comportamentos de certas atividades políticas.

Ademais, evidencia que não existe um consenso sobre a definição de políticas públicas. Portanto, faz-se necessário compreender como é constituído o processo de elaboração, ou melhor, o ciclo de vida das políticas públicas e a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 2011.

2.5 Ciclo de políticas públicas e o ciclo da LAI

Dias e Matos (2012) nos esclarecem que há consenso entre os diversos autores em que cada política pública passa por diversos estágios ou etapas com finalidades específicas. Porém, assim como na definição, não existe um denominador teórico comum sobre o ciclo de vida das políticas públicas. Na Tabela 3, a seguir, temos o quadro resumo das fases do ciclo de políticas públicas na visão de diversos autores:

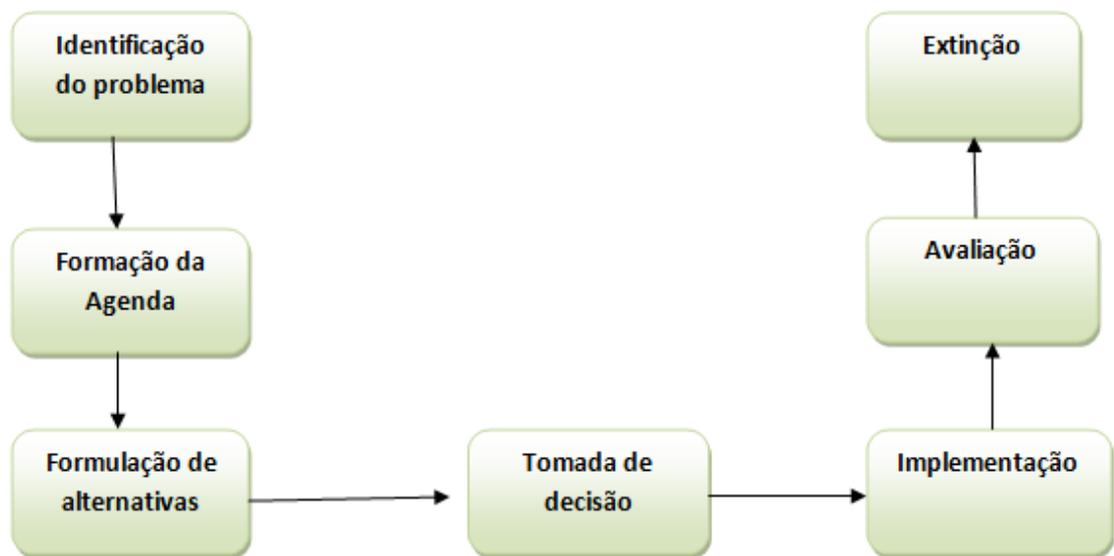
Tabela 3 – Resumo das fases do Ciclo de Políticas Públicas na visão de diversos autores

AUTORES	Nº DE FASES	FASES DO PROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Anderson (2003)	4	Agenda, formulação, implementação e avaliar.
Fernández	5	Problema, formulação, decisão, aplicação e avaliar.
Frey (2000)	5	Problema, agenda, decisão, implementar e avaliar.
Heidemann (2010)	4	Decisão, implementar, verificar e avaliar.
Kingdon (2003, apud Capella, 2007)	4	Agenda, alternativa, escolha e implementar.
Pasquino (2010)	6	Problema, agenda, alternativa, escolha, executar e avaliar.
Rodrigues (2010)	6	Preparação, agenda, formulação, implementar, monitorar e avaliar.
Saraiva (2006)	7	Agenda, elaboração, formação, implementar, executar, acompanhar e avaliar.
Sebrae MG (2008)	5	Agenda, formulação e decisão, implementar e avaliar.
Secchi (2010)	7	Problema, agenda, alternativa, decisão, implementar, avaliar e extinção.
Souza (2006)	6	Agenda, alternativa, opções, avaliar opções, implementar e avaliar.
Subirats et al	5	Problema, agenda, formulação, implementar e avaliar.
Vallés (2008)	5	Iniciação, elaboração, implantar, avaliar e sucessão.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na tabela de Dias e Matos (2012).

A concepção adotada neste trabalho é o ciclo de políticas públicas, estabelecido por Secchi (2012), como pode ser visualizado na Figura 1, constituído de sete etapas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas - Fonte: Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos.



Fonte: Secchi (2012)

Para Secchi (2012) e Saraiva (2006), essa organização em formato de ciclos na vida das políticas públicas seria mais uma esquematização teórica, que pode variar de acordo com a perspectiva de cada autor, do que realmente uma representação de como ocorre o processo na prática. Eles afirmam que, habitualmente, as políticas públicas ocorrem de modo desordenado e improvisado. No Brasil, observa-se que essas etapas ocorrem simultaneamente e não respeitam uma ordem entre os estágios, como prevê a ordem hierárquica da literatura.

O ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos (SECCHI, 2012).

A identificação do problema é a primeira fase do ciclo de vida das políticas públicas, sendo que, para Secchi (2012), problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Para ele, um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se

gostaria que fosse a realidade pública. Já para Subirats (2006), os problemas, basicamente, são situações que não nos satisfazem.

No caso da Lei de Acesso à Informação, política pública utilizada como estudo de caso neste trabalho, o problema público identificado pelo Estado foi a necessidade de se democratizar o acesso à informação, já previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, e a evidente necessidade de desarticulação da cultura de segredo à informação instalada na burocracia brasileira. A Controladoria Geral da União (2011) define que, na cultura de segredo, a informação é retida e, muitas vezes, perdida. A gestão pública perde em eficiência, o cidadão não exerce um direito e o Estado não cumpre seu dever, enquanto que, em uma cultura de acesso, os agentes públicos e as instituições públicas possuem consciência de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível e atender eficazmente às demandas da sociedade.

A segunda fase é a formação da agenda, que é a lista de assuntos ou problemas entendidos como relevantes pela sociedade política. De acordo com Saraiva (2006), a agenda é a inclusão de determinado pleito ou necessidade social na lista de prioridades do poder público. Para Wu, Ramesh, Howlett e Fritzen (2014), a agenda é uma lista de questões ou problemas aos quais os agentes governamentais e outros membros da comunidade de política pública estão atentos em certo momento.

Para Dias e Matos (2012) a agenda determina o que será ou não incluído, determinando também as arenas decisórias e os agentes que estarão em conflito no poder político. Com isso, entende-se que vários fatores afetam e contribuem para a formação da agenda, pois as questões que exigem soluções devem ser identificadas, ou apontadas como problemas públicos. Assim, Subirats (2006) afirma que os problemas não possuem vida

própria, são os indivíduos e os grupos que os definem. Nesse contexto das políticas públicas são os atores organizados que devem sinalizar a sua relevância pública. Os problemas pressionam o sistema, e as políticas públicas seriam as soluções para aqueles.

Nessa perspectiva, a LAI seria a solução encontrada pelo Estado para o incentivo à liberação e disponibilização das informações produzidas e/ou recebidas pelas instituições públicas, fortalecendo a transparência e legitimidade dos atos da administração pública brasileira. Compõe, portanto, o quadro das tentativas de instituir no Estado a transparência ativa da informação governamental.

A terceira fase é a formulação de alternativas, que passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias e o estudo das potenciais consequências de cada alternativa de solução a partir da introdução do problema na agenda. Wu, Ramesh, Howlett e Fritzen (2014) denominam essa fase de formulação de políticas públicas, a qual, para eles se refere ao processo de gerar um conjunto de escolhas de políticas plausíveis para resolver problemas. Já Secchi (2012) afirma que essa etapa de construção de alternativa é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos.

De acordo com Secchi (2012), os *policymaker* possuem quatro mecanismos para indução de comportamento em uma política pública: premiação, coerção, conscientização e soluções técnicas. A LAI, por ser uma política pública regulatória, apresenta em seu desenho apenas três desses quatro mecanismos: 1) a coerção, por estabelecer em seus artigos punições para os servidores públicos que não cumprirem os ditames estabelecidos pela lei; 2) a conscientização, pois estabelece procedimentos claros aos servidores que possuem obrigatoriedade de saber as leis; e 3) a solução técnica, pois estabelece o uso prioritário dos recursos de informática para o fornecimento das informações públicas.

A quarta fase é a tomada de decisão que para Secchi (2012), representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as interações (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitados. Essa fase é definida por Wu, Ramesh, Howlett e Fritzen (2014) como sendo a fase em que se decide tomar um curso de ação (ou não ação) para tratar de um problema de políticas.

Nesse processo de tomada de decisão, fica evidente que a Lei de Acesso à Informação é uma resposta concreta à mudança paradigmática de cultura de segredo para cultura de acesso, pois ao mesmo tempo em que define comportamentos ela também deixa claro em seu texto quem deve se subordinar ao prescrito pela norma:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.” (Lei nº 12.527, de 2011).

A implementação, quinta fase do ciclo de política pública, é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações. Alguns autores a consideram como sendo a etapa onde de fato ocorre a transformação dos planos em prática, porém, entende-se que isso não é um processo automático, pois problemas de natureza variada acabam por afetar a implementação.

A sexta fase, de avaliação, de acordo com Dias e Matos (2012), pode ser descrita como uma área de pesquisa que tem por objetivo medir a utilidade e benefícios da intervenção pública através de um conjunto de técnicas utilizadas em diferentes campos das ciências sociais. Wu, Ramesh, Howlett e Fritzen (2014) estabelecem que a avaliação de políticas

públicas refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. Essa fase é fundamental para as políticas públicas, porém muitos gestores públicos acabam por não incentivarem essas ações por não se sentirem confortáveis em serem avaliados conjuntamente com a política, como implementadores dela.

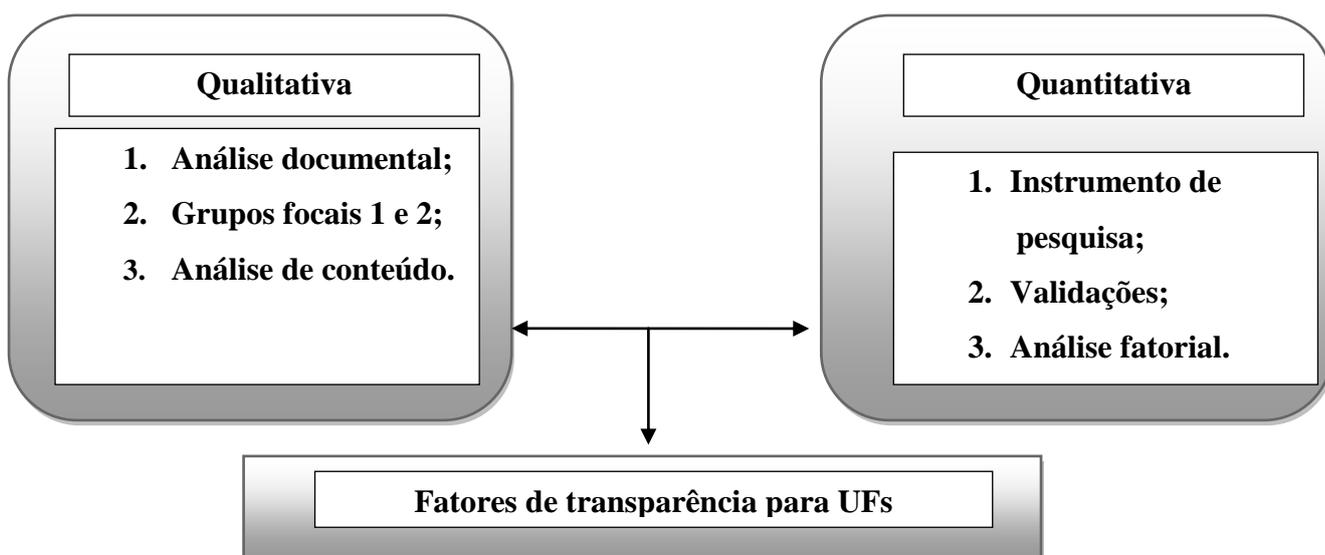
Por fim, a última fase é a de extinção das políticas públicas, pois, de acordo com Secchi (2012), quando uma política pública não se mostra eficaz para responder a determinado problema, ela pode ser extinta ou substituída por outra. Dias e Matos (2012) nos informam que essa etapa é a da decisão a ser tomada após a avaliação, pois para eles há três alternativas possíveis após o processo avaliativo de uma política pública: a continuidade, a reestruturação e a extinção.

Observe-se que as fases do ciclo de políticas públicas não são estanques e lineares; na maioria das vezes, elas ocorrem de maneiras simultâneas e desordenadas. As políticas públicas surgem da organização de atores que identificam um problema e se utilizam de uma janela de oportunidade para pressionarem o governo para que este entre para a agenda de políticas públicas e conclua o ciclo. Ao concluir o ciclo, pretende-se que a realidade social tenha sido transformada e o problema tenha sido solucionado. Portanto, para uma realidade social ser alterada, é fundamental observarmos com rigor a implementação ou execução da política pública.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos de coleta e análise dos dados. É uma pesquisa considerada mista, pois abordou técnicas consideradas qualitativa e quantitativa. Foram realizados análise documental e ainda dois grupos focais. A técnica de análise de conteúdo foi empregada para a extração das variáveis geradas a partir dos relatos dos grupos focais. Tais elementos, somados à revisão de literatura, serviram de insumo para a produção do instrumento da *survey*. O instrumento passou por validação utilizando o método de Cálculo de Validação de Conteúdo – CVC, conforme preconizado por Hernandez-Nieto (2002). Posteriormente, foram escolhidas como amostra da pesquisa 10 universidades federais, por conveniência. Para análise do material coletado, foi realizada uma análise fatorial exploratória. A figura 2 a seguir representa o desenho da pesquisa de forma ilustrativa.

Figura 2 – Desenho da metodologia da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

3.1 Grupos Focais

Como um dos métodos de coleta de dados para a elaboração do questionário desta pesquisa, foram realizados dois grupos focais, técnica caracterizada por diferentes formas de trabalho em grupo (GATTI, 2012). Tratando-se de uma entrevista em grupo, o grupo focal representa uma interação que promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico para se obter os dados necessários à pesquisa (BACKES et al, 2011), que se desenvolve a partir de uma perspectiva dialética, crítica e criativa (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002).

Justifica-se a realização de dois grupos focais para que se abarquem participantes que compreendam as duas formas básicas de transparência do Estado: Passiva e Ativa.

O Grupo 1 objetiva extrair observações que elucidem a transparência passiva das informações públicas. Esse grupo foi composto por sete participantes – professores de universidade, alunos, servidores de universidades e servidores da Controladoria Geral da União –, todos conhecedores e especialistas das questões de transparência. O grupo realizou-se no dia 19 de abril de 2016.

O Grupo 2 objetiva extrair observações que servirão para analisar a transparência ativa da informação pública. Esse grupo foi composto por nove membros – pertencentes a grupos que conheçam os mecanismos, meios e formatos com que o Estado disponibiliza as suas informações sem a necessidade de que haja um solicitante da informação. O grupo realizou-se no dia 20 de abril de 2016. Os roteiros dos grupos focais encontram-se no Apêndice A.

Após a transcrição do material gerado a partir dos grupos focais, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para a extração de significados dos relatos dos participantes, conforme

recomendado por Bardin (2002). Com esses significados, foram elaborados itens que compuseram o questionário ou instrumento quantitativo desta pesquisa.

3.2 Elaboração do questionário para aplicação do *survey*

O questionário de pesquisa foi elaborado a partir da extração de dados na análise de conteúdo, realizada nas transcrições dos grupos focais, e nas análises documentais, realizadas na LAI, na escala Brasil Transparente da CGU e no Ranking Nacional de Transparência do MPF 1ª avaliação. Com isso, foram criadas 43 questões que tratam de transparência da informação em universidades federais e mais sete itens sociodemográficos, totalizando 50 itens.

O questionário foi submetido a 12 juízes, com comprovada experiência em questões relacionadas ao acesso à informação pública e à Lei de Acesso à Informação. Das 12 submissões, apenas sete retornaram com a avaliação. Assim, o questionário da pesquisa foi avaliado por sete juízes, utilizando a metodologia de cálculo de validação de conteúdo (CVC).

3.3 Processo de validação do questionário por especialistas (juízes)

Posteriormente à elaboração dos itens do questionário com base nas análises de conteúdo e na análise documental, foi realizada a avaliação do questionário. O Apêndice B demonstra o questionário antes da validação. O método de avaliação seguiu o cálculo de

3.4 Aplicação de *survey*

O questionário foi aplicado de maneira eletrônica, utilizando-se a ferramenta de formulários do Google, no link <https://drive.google.com/drive/folders/0B7E9LuRW-d7oZEVGGeHBOLU82WW8>, o qual foi encaminhado por e-mail com explicações quanto ao seu preenchimento.

A pesquisa foi realizada no período de setembro a outubro de 2016. Por ser uma amostra por conveniência, foram selecionadas 10 universidades federais para a *survey*: UnB, UFT, UFG, UFS, UFMA, FURG, UFRN, UFGD, UFMT e UFBA. Foram obtidos 149 questionários válidos, que foram utilizados na análise dos dados.

3.5 Análise Fatorial Exploratória

Após o estabelecimento de um banco de dados com 149 casos, por meio do *software* SPSS 20, foi realizada uma análise fatorial exploratória com o objetivo de extrair fatores de transparência em universidades federais.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise de conteúdo dos grupos focais

Para realizar a análise de conteúdo dos grupos focais, foram utilizadas as práticas descritas por Bardin (2011), que resume, de modo geral, essa técnica como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48).

Inicialmente, para facilitar a compreensão e absorção do conteúdo dos grupos focais, foram realizadas as transcrições das gravações. Em seguida, foi realizada, como primeira fase da análise, uma *leitura flutuante*, o que, para Bardin (2011), encaixa-se no polo da pré-análise, momento em que podem surgir intuições que convêm ser transformadas em hipóteses. Assim, nessa fase de pré-análise além do período de intuições, ocorre também o processo de operacionalização e sistematização das ideias iniciais. Deve-se, nesse aspecto, estabelecer um programa que, embora flexível/aberto no decorrer da análise, deve ser claro, objetivo e assertivo.

Geralmente, essa primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Esses três fatores não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objetivos, ou, inversamente, o

objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. A pré-análise tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, “abertas”, por oposição à exploração sistemática dos documentos. (BARDIN, 2011, p. 125-126).

Ao fim da pré-análise foi elaborada uma *análise categorial*, onde foram definidas cinco categorias que descrevem, de maneira objetiva, o constructo base deste estudo: a transparência da informação pública em universidades federais. Busca-se, com tal análise, assim como descreve Bardin (2011, p. 42), a satisfação daqueles que se preocupam em “introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente”.

Este tipo de análise, o mais generalizado e transmitido, foi cronologicamente o primeiro, podendo ser denominado *análise categorial*. Esta pretende tomar em consideração a totalidade de um “texto”, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando, por meio de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem (BARDIN, 2011, p. 42).

As categorias estabelecidas visam agrupar e facilitar o entendimento sobre as percepções dos membros dos grupos focais. As cinco categorias estabelecidas são:

- **1ª - Sites** – verifica a percepção dos grupos sobre o ambiente onde as informações são apresentadas e sobre os portais de internet;
- **2ª - SIC** – verifica a percepção dos grupos sobre os termos acerca do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);
- **3ª - Acessibilidade** – avalia a percepção do grupo a respeito dos temas que envolvem o formato de disponibilização da informação;

- **4ª - Gestão de Documentos** – avalia em que grau a gestão da documentação interfere na transparência da informação das universidades;
- **5ª - Solicitação da informação** – avalia em que grau as formas e formatos dos pedidos de informação interferem no nível de transparência das universidades.

Bardin (2011, p. 20) observa que “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.”, sendo que, para ela, “a atitude interpretativa continua em parte a existir na análise de conteúdo, mas é sustentada por processos técnicos de validação”.

A análise “às cegas” – aplicando de maneira quase aleatória (pelo método de tentativa e erro) procedimentos de inventário e de classificação, por exemplo, (primeiro os mais fáceis de manejar) – pode fazer surgir hipóteses que, servindo então de guias, conduzirão o analista a elaborar as técnicas mais adequadas à sua verificação. Enquanto que, por outro lado, os analistas já orientados à partida para uma problemática teórica poderão, no decorrer da investigação, “inventar” novos instrumentos suscetíveis, por sua vez, de favorecer novas interpretações. Isso explica que, aquando destes procedimentos de “leituras sistemáticas” – mas não ainda sistematizadas -, há muitas vezes uma passagem incessante do corpo teórico (hipóteses, resultados), que se enriquece ou se transforma progressivamente, para as técnicas que se aperfeiçoam pouco a pouco (lista de categorias, quadros, matrizes, modelos). Esse vaivém contínuo possibilita facilmente a compreensão da frequente impressão de dificuldade no começo de uma análise, pois nunca se sabe exatamente “por qual ponta começar” (BARDIN, 2011, p. 36).

Para facilitar a análise, como sugerido por Bardin (2011), foi elaborado o Quadro 2.

Quadro 2 – Explicação sobre a estrutura da análise de conteúdo.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS
Estabelecer categorias:	
1ª - Sites	Fazer a correlação entre o que está sendo analisado e a Lei de Acesso à Informação (LAI).
2ª - SIC	
3ª - Acessibilidade	
4ª - Gestão de Documentos	
5ª - Solicitação da informação	

PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO
Informar a pergunta que gera a observação analisada.	Ressaltar as respostas dos participantes dos grupos acerca do conteúdo analisado.

ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS

Descrever, após a análise do conteúdo, o aspecto que colabora com o constructo e que deve compor os itens do instrumento de avaliação de transparência pública em universidades.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O conteúdo analisado é fruto de dois grupos focais, sendo um grupo composto por sete membros especialistas em transparência passiva e o outro formado por nove conhecedores de transparência ativa. Na análise, para a não identificação dos participantes dos grupos focais, foi adotada a denominação de P1 a P16 para individualizar as respostas dos trechos evidenciados. A seguir temos a tabela com a análise de conteúdo realizada.

Tabela 4 – Análise de conteúdo

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
1ª - Sites		Vocês acreditam que o SIC ficar junto da ouvidoria é um quesito que influencia a questão da transparência?	<p>✓ P3 - A Lei traz um rol de informações mínimas; a gente que tem que tentar responder. A Lei trata especificamente dessa demanda de informação por meio do cidadão.</p> <p>✓ P4 - Transparência ativa ela traz; é um termo inaugurado na questão jurídica brasileira; a ativa ela traz. A passiva, ela diz que o pedido pode ser demandado pelo cidadão; não fala “passiva”, a palavra “passiva”, porque vai falar lá no decreto.</p>	
1ª - Sites	<ul style="list-style-type: none"> • Art. 8º, §1º, VI 	Vocês consideram que atender a Lei é suficiente para uma instituição ser considerada transparente?	<p>✓ P2 – Colocar em transparência ativa o que tiver, em perguntas frequentes. Eu acho que isso também seja útil. Isso tá na Lei, mas isso as pessoas não cumprem, elas acham que são aquelas perguntas frequentes; não são realmente as perguntas frequentes ali de cada cidadão; as pessoas não estão medindo isso, pra depois ver se vai fazer sentido. Então eu acho que até, não há esse atendimento total da Lei.</p>	<p>➤ O fato de se cumprir a obrigação legal de colocar em transparência ativa as perguntas mais frequentes.</p>
1ª - Sites	<ul style="list-style-type: none"> • Art. 8º, §1º, VI 	Como vocês definiriam transparência ativa da informação pública?	<p>✓ P11 - O espírito da Lei tá dizendo o seguinte: olha, gestor público, sintá aí as informações que você tem respondido de</p>	<p>➤ Transformação das solicitações frequentes em</p>

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<p>forma recorrente; pare de deslocar um funcionário para fazer isso e põe de forma ativa.</p> <p>✓ P15 - É a mudança da perspectiva. Sai daquela cultura de segredo para a cultura de acesso.</p> <p>✓ P10 - Eu penso o seguinte: a tecnologia é fundamental, porém, sem você ter os insumos, é impossível você oferecer essa possibilidade da transparência ativa. Porque a Lei trouxe uma delimitação dentro daquilo que ela achou e entendeu objetivamente; esses e esses tópicos devem estar disponíveis. Porém, outras informações que deveriam ou seriam de interesse público têm o caráter de subjetividade. Então, você tem, na transparência ativa, dois grupos de informações: aquelas cadastrais, que, obviamente, deveriam ser atualizadas na hora em que mudou, mas que não são; e as informações de caráter subjetivo de interesse público, que vai acontecendo com a demanda.</p>	<p>informação de caráter ativo.</p>
1ª - Sites	<ul style="list-style-type: none"> • Art. 8º, §1º, VI 	Como vocês percebem a transparência ativa nas universidades	<p>✓ P9 - Quando se trata de transparência ativa em universidades, eu, como pesquisadora, tive muitas dificuldades em encontrar as</p>	<p>➤ Dificuldades de encontrar as informações</p>

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
		federais?	<p>informações que eu necessitava. Mesmo trabalhando com isso, eu tive gigantescas dificuldades por não conseguir localizar informações que sabemos que é obrigatória a sua divulgação nos sites das universidades, informações sobre execuções orçamentárias das universidades.</p> <p>✓ P10 - Olhando o site da UnB, por exemplo, é bem complexo, tendo em vista que a estrutura é muito horizontalizada; e que as universidades são, sem dúvidas, um universo à parte.</p> <p>✓ P14 - Voltando nas dificuldades dos cidadãos, de quantos cliques. Mesmo que a gente tenha acesso à informação, de repente a informação não tá lá. Aí a pessoa vai direto para a área responsável. Então, isso é importante; o Estado fazer uma arquitetura de informação que seja a mais rápida possível e mais intuitiva possível para o cidadão.</p>	existentes nos sites.
1ª - Sites	• Art. 8º, §1º, VI	O que podemos fazer para evidenciar as questões de atualização dos dados?	<p>✓ P11 - Escolheria quais os tipos de informações que você quer avaliar; até porque você consegue fazer uma avaliação da política de atualização do site pegando algumas coisinhas; não tudo, é</p>	➤ Os relatos revelam que, além da existência da informação no site, existe uma outra

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			simplesmente você ressaltar alguns pontos.	questão que é a atualização das informações fornecidas.
1ª - Sites	<ul style="list-style-type: none"> Art. 8º, §1º, VI 	O que vocês consideram sobre a existência de um local específico nos sites para a disponibilização da informação?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P8 – Eu acho bastante interessante essa questão e é bem importante que exista esse espaço. ✓ P16 - Quando você encara o que é transparência ativa, existem informações de transparência ativa que devem estar no ícone da transparência, e outras que devem estar na primeira página do site, sem necessidade de dar um monte de cliques. ✓ P14 - Eu acho excelente, mas temos que observar a hierarquia dessas informações nos sites, porque temos muitas informações que deveriam estar em primeira mão e, contudo, não estão, e isso gera diversas dificuldades de acesso à informação. ✓ P10 - Acho essencial esse local específico para o acesso à informação. Porém, temos que tomar cuidado para não cair na outra falácia que gera falta de transparência, que é o excesso de informações, que acaba confundindo o cidadão. Esse excesso pode ser muito bom ou muito ruim, pois pode ser 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Todos afirmam a necessidade de um espaço específico, nos sites, para acesso às informações das instituições; ➤ Alertam para os cuidados com esse espaço, principalmente no que diz respeito ao excesso de informações.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
1ª - Sites	<ul style="list-style-type: none"> • Art. 8º, §1º, VI 	Se é interessante que esse espaço exista, que características básicas ele deve ter?	<p>muito ruim a partir do momento em que a pessoa não localiza a informação, e a partir do momento que ela não consegue encontrar aquilo no mundo de informações existentes naquele local, não funciona mais.</p> <p>✓ P13 – No caso das universidades federais acho que é essencial que elas sigam um padrão do governo nesses espaços. Elas se tornam bem mais transparentes se elas estão seguindo.</p> <p>✓ P8 - Padrão é uma coisa muito importante.</p> <p>✓ P10 - Eu gosto assim, eu pessoalmente, gosto de sites em que você não precise baixar muito a seta pra você achar a informação, que quando você abre assim ele já tem aquele menu inicial ali que fala o institucional, o contato; alguma coisa assim que você consiga visualizar o que ele é, os objetivos dele, a que ele tá se reportando, e alguma coisa assim que quando você entrar em contato com alguém, alguma forma assim... Eu, pelo menos, visualmente, pra mim, precisa ser um site mais limpo.</p> <p>✓ P9 - Eu acho interessante também quando desce aquela caixinha, porque você não precisa clicar, porque só de você passar o</p>	➤ A utilização de um padrão para a aba de acesso à informação.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<p>mouse você já vê tudo que tem ali.</p> <p>✓ P8 - A facilidade da interação. Eu acho muito importante também o campo busca na intranet.</p>	
2ª - SIC	<ul style="list-style-type: none"> ● Art. 9º, I; ● Art. 40 	Qual é o conceito de transparência passiva?	<p>✓ P3 - A gente tem que ter alguns cuidados, porque muita gente utiliza desse pra demandar informação pra fazer um elogio, uma denúncia. Eu acho que é importante deixar a população muita clara quanto a isso: o que é informação, o que é denúncia, o que é elogio.</p> <p>✓ P6 - São as lacunas. Então, eu acho que é com o tempo que a gente vai desenvolver algum conhecimento, algum entendimento, e isso vai ficar mais claro.</p> <p>✓ P4 - Eu vejo assim: há uma confusão grande em torno disso; os próprios órgãos, eles têm colocado a responsabilidade pra ouvidoria como SIC e vice-versa. As justificativas utilizadas são recursos humanos, recursos materiais, contenção de despesa. Então, como que um setor que tem algumas experiências que deram sucesso, vai agregar de um lado o SIC, que é Solicitação de Informação pelo Cidadão, e de outro lado a ouvidoria, que são reclamações, sugestões?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Confusão entre SIC e Ouvidoria; ➤ Divulgação da LAI e do SIC; ➤ Definição da autoridade do artigo 40; ➤ Confusão física entre SIC e ouvidoria.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
-----------	--------------------------	-------------------------	-------------------	----------------------------------

Então, a confusão se dá também pela própria estruturação desses dois serviços em um.

- ✓ P4 - Eu vejo que um dos grandes problemas da Lei de Acesso à Informação e da confusão do que seja ouvidoria, do que seja SIC, do que seja transparência ativa, da implementação propriamente dita dessa Lei, da dificuldade de que se tem.
- ✓ P1 - Eu acho que há principalmente por parte do cidadão. Acho que os órgãos têm mais claro o que é um pedido, o que é uma denúncia.
- ✓ P5 - Eu achei um absurdo terem colocado quase que automaticamente que o SIC é melhor figurado junto à ouvidoria, que trata um de informação pública e outro sigiloso, etc.; a figura do art. 40, a ouvidora ser essa figura. Existe choque às vezes.
- ✓ P1 - Eu achei um absurdo na época quando eu liguei, era uma autoridade do art. 40, ser ouvidora, aí se acontecesse alguma coisa em nome do e-sic, vai reclamar pra quem?! Pra autoridade do art. 40.
- ✓ P2 - O que ela tá querendo dizer é que muitos e-SIC estão sob a autoridade da

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
-----------	--------------------------	-------------------------	-------------------	----------------------------------

ouvidoria do órgão.

- ✓ P5 - Quando eu estive na UFRJ, me assustei ao saber que a ouvidoria estava quase se extinguindo lá. Tinha duas pessoas como ouvidoras, e ela veio com a Lei de Acesso e falou assim: que bom que veio a Lei de Acesso, porque a ouvidoria ia acabar; nós não iríamos ter mais a figura da ouvidoria.
- ✓ P5 - Eles fizeram uma confusão muito grande. Já é complicado pra quem é nova, pra quem atende, como é o caso. A gente tenta de todas as maneiras desvincular, falar que são coisas diferentes; mas eu tô dentro da mesma estrutura. Quando chega na minha frente, vim fazer uma reclamação, como aqui é o serviço de informação, então assim, eu acho terrível vocês colocarem o e-SIC com e-Ouv.
- ✓ P2 - Tem SICs que ficam perto da área de arquivologia, entendeu? Tem a ver com questão documental; tem SIC que decide ouvidoria porque acha que já tem um contato com o cidadão.
- ✓ P2 - E no poder executivo federal, eu acho que 40, 45% dos SICs estão juntos com a ouvidoria.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			✓ P1 - A Lei deixa bem claro o que é uma solicitação, o que é um pedido; existe isso, mas ela não traz o nome.	
2ª - SIC	• Art. 9º, I	Vocês acreditam que o SIC ficar junto da ouvidoria é um quesito que influencia a questão da transparência?	<p>✓ P2 - Na minha opinião, cabe a cada órgão entender como funcionam as suas estruturas, que, se de repente, for uma ouvidoria que tem bem claro o que vem a ser a informação, isso pode ser muito positivo. Eu acho que o órgão precisa entender como ele funciona, fazendo com que isso seja melhor. Não acho que uma orientação geral nesse caso iria solucionar; eu acho que a gente estaria pensando de uma forma igual pra órgãos que têm realidades diferentes.</p> <p>✓ P5 - Mas a ouvidoria, ela trata, independente de qual órgão, ela trata especificamente denúncia, e o SIC, informação pública, independente do tipo de trânsito de informação que se tenha. Quem procura ouvidoria procura por motivos muito diversos de quem procura o SIC. Mas ainda acho muito negativa a associação.</p> <p>✓ P6 - Tem totalmente, porque os objetivos que a gente vai procurar são distintos. Então, se a gente for fazer a reclamação, uma denúncia, a gente não vai procurar no</p>	➤ Para a maioria dos participantes, a diferenciação entre SIC e ouvidoria é importante para a transparência.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
-----------	--------------------------	-------------------------	-------------------	----------------------------------

sistema de informação, só se for pra perguntar onde é que a gente denuncia.

- ✓ P3 - Até que a população esteja ciente do que ela quer, talvez tenha que ser separado. A partir do momento “eu sei o que eu quero, eu quero fazer uma denúncia”, “eu quero uma informação sigilosa”, no momento que eu cidadão comum tenho essa consciência, aí poderia ser específico.
- ✓ P7 - A Lei de acesso é lei de acesso, a ouvidoria, cada um tem um regimento interno diferente, a lei é geral, independente que lá na frente todo mundo já saiba exatamente o que seja uma coisa ou outra, um procura, a lei a gente tem que seguir, os 20 dias e tal, as ouvidorias tem eventualmente regimentos próprios e muitos diversos.
- ✓ P5 - Muitas vezes o nome “ouvidoria” causa afastamento pra algumas pessoas. Você me ver entrando numa ouvidora, quando ela ficava dentro do gabinete e ninguém queria ir fazer reclamação! E o reitor também reclamava. Então olha só, já causa um afastamento... Então, fica incoerente também.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
2ª - SIC	Art. 9º, I	Para vocês, as universidades estão atendendo bem a LAI?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P6 - Não totalmente. Tem muitas demandas que eu vivo fazendo pesquisas que eu não encontro no site institucional; então, tem que pedir via e-SIC, porque elas deveriam estar e não estão; e eu procuro antes de pedir. ✓ P6 - Ah não, nessas respostas, nem sempre também, muitas vezes eu recorro. Teve um caso que aconteceu que foi na Universidade de Santa Catarina, que eu olhei o site, vi que não tinha do jeito que eu queria, não tava lá fácil assim; aí eles falaram “tá no site”; aí eu entrei com o recurso “não está e não foi isso que eu pedi, eu pedi isso e isso, dessa forma”; porque eles mandaram o link do site lá específico, só que não tinha a informação que eu queria; era uma informação sobre o curso. ✓ P2 - Na verdade, um dos maiores problemas que a gente tem nas universidades federais, e daí nem chega ser a transparência passiva, é a não transparência passiva. Nesse caso, são as opções, sabe? Quando você for fazer sua pesquisa, você vai ver. A gente tem hoje, no Poder Executivo Federal, 1% de omissão como total de não resposta; 	➤ Não resposta às solicitações feitas.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<p>nenhuma resposta, não é negativa; e desse 1%, se a gente for pegar 1% do Poder Executivo Federal, 50% são das universidades. 50% das omissões é de responsabilidade das universidades.</p> <p>✓ P1 - Tem um caso fantástico que é da Universidade Federal do Pará, que criou o SIC há menos de 6 meses, e tinha 100% de nenhuma resposta.</p> <p>✓ P5 - Pedi pra várias universidades, pra eu ver como estavam funcionando; eu não tenho resposta até hoje de várias. Eles não implantaram ainda; mas as que não implantaram de forma alguma, é claro que vai ser zero.</p>	
2ª - SIC	Art. 9º, I	A existência de um local como o SIC, preparado para atender a informação, apropriado para solicitar informação, é importante para as instituições serem consideradas transparentes? Por quê?	<p>✓ P7 - Se tiver um espaço assim, você tem impressão de que aquele órgão é transparente. Chega num lugar e “nossa, centro de informações!”, o que são, não sei, mas ali tem informações. Eu acho que o acolhimento, a adesão é outra; aqui eles disponibilizam informações.</p> <p>✓ P1 - É importante a existência do local sim porque ali vão ter um dedicado de pessoas exclusivamente àquilo e a existência dessa estrutura dedicada.</p>	<p>➤ Relatam a necessidade de observância da existência do local apropriado para o SIC.</p> <p>➤ A generalização do nome do setor – Serviço de Informação ao Cidadão – leva as</p>

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<ul style="list-style-type: none"> ✓ P5 - Lei de Acesso à Informação. Eu tenho SIC, a pessoa lê lá: Serviço de Informação ao Cidadão. Esse nome é muito engraçado, porque pessoas que nem conhecem a Lei me ligam lá como se eu fosse realmente atendente da UnB sobre informações que você quer. ✓ P5 - Ó, ligue pra secretaria acadêmica", mas eu, SIC, estou sendo acionado independente da Lei de Acesso, só pelo fato de ser um local referente... Serviço de Informação ao Cidadão! Se a Lei estivesse falando em nomenclatura, talvez fosse Lei de Acesso à Informação, talvez fosse "não, ali se trabalha com uma lei específica, que lei é essa?". Mas não, como é Serviço de Informação ao Cidadão, eu tô dando informação independente de lei. ✓ P3 - É por isso que aí a transparência é muito maior que isso. Você dando informação ao cidadão que chega pedindo informação. ✓ P5 - Exato, exato! Até pra saber, "ah essa informação você consegue no SIC". ✓ P7 - Quando eu conheci o SIC físico, acho que foi muito importante. Primeiro porque 	<p>peças a fazerem todos os tipos de solicitação. Para os entrevistados, isso contribui para a transparência.</p> <p>➤ A forma como é solicitada a identificação pode gerar dificuldade no pedido.</p>

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<p>eu poderia tirar todas as minhas dúvidas sobre o que eu poderia solicitar ao invés de eu ter que mandar, fazer todo aquele formalismo... No SIC físico mesmo, no local que você... na UnB. Então, isso eu acho muito importante, porque às vezes é mais fácil você conversar com a pessoa em vistas; o que eu posso pedir, como eu peço, será que eu posso pedir pra você mesmo e tal, como que eu devo escrever.</p> <p>✓ P6 - Eu entendo, mas como a Lei prevê que a pessoa tem que se identificar, ela já sabe que não interessa quem vai responder. Se fosse um SIC próprio, eu já ia saber quem era; então, eu acho incoerente pegar e tratar de forma sigilosa depois que sai da minha mão.</p>	
2ª - SIC	Art. 9º, I	Se temos um local chamado SIC, no ponto de vista de vocês, que características básicas ele deve apresentar para desempenhar de fato esse papel?	<p>✓ P6 - As que a Lei põe eu já acho bom: espaço, localizar placa, bem sinalizado.</p> <p>✓ P1 - De preferência, servidor específico, inclusive que entenda da Lei.</p> <p>✓ P3 - O que tem na Lei é o suficiente.</p> <p>✓ P4 - Eu sugiro, na verdade, a divulgação. Porque, por mais que se diga que tem que ficar com fácil acesso, identificado, pessoas treinadas, se não tiver divulgação, de nada</p>	

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			vai valer o serviço, porque vai torná-lo conhecido. Então eu concordo plenamente com o que a Lei coloca, seca, de como deve ser o SIC, mas eu acrescentaria a questão da divulgação.	
2ª - SIC	Art. 9º, I	Para vocês, a facilidade no momento de se fazer o pedido da informação é uma característica a ser observada em instituições transparentes?	<p>✓ P6 - Com certeza, 100%!</p> <p>✓ P3 - Uma instituição totalmente transparente faz isso!</p> <p>✓ P5 - Elas se sentem muito afastadas por um formulário... Chega um formulário na frente da pessoa! "Ó, você tem que colocar isso", a pessoa já fala "Ah então vou levar pra casa...". Não volta! Não volta, tem dificuldade! Não sei se analfabeto lá, acho que não, muitas vezes falam "a senhora gostaria de escrever" e tal, esquece. Então a facilidade é importantíssima. E eu não sei a que grau essa facilidade tem que chegar, porque pra mim tá suficiente; pra mim. Mas eu já vi gente levar formulário e dizer "ai, não, depois eu volto...". Aquelas pessoas que têm dificuldade, aí eu não sei até onde, como sanaria. Verbal? Telefone? Seria suficiente? Como é que eu vou saber como ela pediu? Então assim... Para efeito disso, como poderia (ininteligível).</p>	➤ Diversidade e praticidade na forma do pedido contribuem para a transparência.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
-----------	--------------------------	-------------------------	-------------------	----------------------------------

- ✓ P1 - Pode oferecer qualquer canal, qualquer meio de recebimento, de acesso. O pedido sempre tem que estar registrado no sistema, mas isso é papel do SIC. Se ele pegou o telefone, anotou os dados da pessoa, fez tudo certinho, ele fez o pedido e só vai cadastrar no sistema. Mas aí pode resolver por e-mail, telefone, pessoalmente.
- ✓ P4 - Só o recebimento; a questão é o pedido... Que eu concordo com ela. Porque querendo ou não, por mais que a Lei traga um SIC físico, a LAI é uma massa digital. Ela coloca como principal questão ali o SIC eletrônico, e se formos discutir as dificuldades, o Brasil é um país analfabeto, uma exclusão digital tamanha... Quem é que faz pedido, usa a transparência passiva? Vamos ver quem são os usuários... Então eu concordo quando ela coloca a questão de outros mecanismos, de outras possibilidades, de facilidades, para que o cidadão faça esse pedido, porque uma coisa é a forma como esse pedido vai ser resolvido, ela pode mandar por telefone, falar pessoalmente, mas até ele chegar...
- ✓ P2 - Mas olha aqui, a parte eletrônica, gente,

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<p>é importante pra todas as etapas, mas isso é o órgão, não é o cidadão que necessariamente tem que fazer. Pro cidadão, existem várias vantagens de fazer de forma eletrônica, mas o órgão, ele pode oferecer isso ao cidadão, fazer de forma eletrônica; mas ele recebe o pedido de qualquer forma e deve colocar no sistema.</p>	
3ª - Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Art. 3º, I 	<p>Vocês acreditam que a linguagem adequada para que o solicitante compreenda a informação é importante ou basta entregar o documento da forma que ele foi produzido?</p>	<p>✓ P4 – Muito. A própria Lei determina que a linguagem deve ser de fácil acesso. Sim, com certeza.</p> <p>✓ P1 - O nosso problema, durante a avaliação, que a gente se preocupou muito, é porque o que é claro pra mim pode não ser claro pra aquele solicitante, e é muito difícil uma avaliação do jeito que a gente estava fazendo pegar isso. A gente até criou uma pergunta assim “a linguagem estava adequada com o texto do solicitante?”.</p> <p>✓ P3 - Você recebe uma solicitação do relatório de auditoria da CGU, “solicito o relatório de auditoria do município de Timon, no Maranhão”. É uma peça eminentemente técnica; não tem como você fazer com que aquele relatório não crie problema.</p>	<p>➤ Utilização de linguagem acessível.</p>

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<ul style="list-style-type: none"> ✓ P2 - Se a pessoa pediu um relatório de auditoria, você entrega o relatório de auditoria. Ela já sabe a linguagem. ✓ P4 - Importante, mas não a informação em si. Isso que tem que deixar claro. ✓ P1 - Eu acho que, na verdade, os órgãos têm sim que ter a preocupação de produzir informações de interesse público, se preocupando também com a linguagem, não pela Lei de Acesso, mas por uma preocupação em geral do órgão. ✓ P3 - A partir de agora, eu acho que há uma sensibilização dos órgãos, mas eu acho que não é você pegar uma informação que você tem e tratar agora. Já nasceu na origem. ✓ P5 - Então assim, é complicado, porque a forma como a pessoa quer, seja pra ela... e não me interessa o motivo... Eu acho interessante vocês colocarem que se na saída a gente hoje souber que qualquer informação pode ser requerida, na saída já trazer de tal forma a facilitar o acesso depois, isso não é verdade hoje, a Lei é nova a gente vai apagando incêndio 	
3ª - Acessibilidade	• Art. 3º, I	Vocês consideram que atender a Lei é	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P3 - Não, não é suficiente não. ✓ P5 - Não, mas contribui. 	➤ Atender a LAI é um bom passo para ser

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
		suficiente para uma instituição ser considerada transparente?	<p>✓ P3 - A Lei, ela foi feita para o cidadão, não foi feita pensando no órgão, pro órgão se tornar mais transparente, não. Foi pra garantir informação ao cidadão. Então, não é que atendendo a Lei, vai se tornar transparente, não.</p> <p>✓ P3 - Vamos fazer um exemplo: a universidade, ela atende todos os itens da Lei de Acesso à Informação, mas não atende o item da Lei 131. Ela não é transparente.</p>	<p>transparente, porem não é suficiente para a garantia de transparência.</p> <p>➤ A observância de outras leis, além da LAI, é fundamental para a garantia de uma instituição transparente.</p>
3ª - Acessibilidade	• Art. 3º, I	Vocês acreditam que ter uma forma de acompanhar qual o andamento desse pedido? Seria interessante?	<p>✓ P5 - Na verdade é engraçado, porque não tem como ele saber que eu registrei um “bodocó” de número tal se ele não ligar pra mim e perguntar “como tá o andamento?”; e eu sei exatamente o que tá acontecendo porque o meu fica.</p> <p>✓ P5 - Assim, a maioria das pessoas não quer saber. Tem muita gente que, tipo assim, “Deixa agora; se atrasar eu vou atrás”.</p> <p>✓ P7 - Na minha opinião, assim, eu não acho tão importante, porque, assim, eu penso assim: são 20 dias. Eu tô com pressa? Tô. Mas, assim, eu posso esperar os 20 dias; então, se passar dos 20 dias, aí sim eu poderia: “Pô, o que tá acontecendo? Onde tá a informação? Já começou? já fez alguma</p>	<p>➤ Para a maioria dos participantes o ato de passar informação do tramite do pedido para o solicitante não gera maior transparência.</p>

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
-----------	--------------------------	-------------------------	-------------------	----------------------------------

coisa?”

- ✓ P3 - Eu não acho tão importante esse ponto de acompanhamento interno porque realmente de fato as pessoas querem ter informação, mas nem todas querem ter o trabalho de fazer o acompanhamento, tipo, “Deixa eu ver como está lá”. Eu acho interessante ter como rastrear, mas não num ponto do processo que não seja o início. As pessoas não são nem aí.
- ✓ P3 - E gera uma ansiedade também descomunal. Ansiedade em relação à informação que tu tá produzindo; você nem sabe se será produzida, você fez o pedido. Você nem sabe se existe, ou sei lá como é. Eu acho que nesse caso é excesso.
- ✓ P2 - Eu acho que a gente geraria um grande problema se a gente fizesse isso assim, porque sei lá... eu quero saber por que que a banana... um estudo da banana. Daí no momento que eu sei que ali demorou 15 dias, sei lá, 20, e ali prorrogou, eu vou fazer depois um pedido que não tem nada a ver com a informação original; então, talvez crie um monte de pedidos “por que que demorou tanto?”, e aí vou criar pedidos posteriores.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			Talvez, eu não sei até que ponto isso é importante ou seria transparência demais, fica fugindo do foco, eu acho.	
3ª - Acessibilidade	• Art. 3º, I	Como vocês definiriam transparência ativa da informação pública?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P13 - Complementando o que eu já falei em relação ao site. Ele tem que, por exemplo, ser acessível ao cidadão que possui alguma deficiência. ✓ P16 - Na verdade, ter acessibilidade é obrigatório, pois as pessoas com deficiência também são cidadãos e têm que ter os seus direitos garantidos. ✓ P12 - Eu acho que quando você está fazendo uma avaliação de transparência ativa, você tem que pensar: essas informações estão no site, elas estão fáceis e acessíveis, ela tem acessibilidade, possui o formato de dados abertos, aquela informação tá em PDF ou tá bruta? A pessoa pode fazer um cruzamento. Todos são itens importantes a se verificar na transparência ativa. ✓ P9 – Então, ela deixa bem claro os pontos que devem ser observados. Ela fala em dados abertos, fáceis e acessíveis. 	➤ Verificar as questões de acessibilidade; se estão em dados abertos nos sites.
3ª - Acessibilidade	• Art. 3º, I	Se é interessante que esse espaço exista, que características básicas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P15 - O desafio é você ter uma linguagem mais clara. Às vezes você tem lá o campo, mas daí o que que o cidadão entende por 	➤ A adequação da linguagem das informações

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
		ele deve ter?	<p>transparência ou relatório disso e relatório daquilo? Empenho! É... Ele quer saber disso, mas não sabe o que é empenho, ele quer saber quanto gastou com isso.</p> <p>✓ P14 - A linguagem popular.</p> <p>✓ P11 - Linguagem popular. A outra coisa é o engajamento também, porque não adianta tudo isso que a gente tá falando aqui e aí, por exemplo, o que eu ia sugerir, a transversalidade da informação vinda de vários órgãos, por exemplo, você quer saber aquela questão lá do empenho, mas isso depende de informação de três, quatro, cinco órgãos, então se os órgãos não tiverem o compromisso de atualizar a informação, a gente não pode crer que aquela informação possa estar correta. Então, o sistema já precisa sinalizar isso pro cara, que tá faltando atualizar.</p>	disponibilizadas.
4ª - Gestão de Documentos	<ul style="list-style-type: none"> ● Ponto correlato à LAI – Lei nº 8.159, de 1991 	As universidades estão atendendo a LAI?	<p>✓ P6 - Aí mandei um e-mail solicitando. Tinha uma professora lá que ela tinha tudo, todos os documentos, as cópias, tudo, tudo. Ela se sentia dona, ela não queria liberar isso, ela não queria liberar os documentos; só que ela tinha, por causa da função dela, por causa da função pública que ela exercia,</p>	➤ Documentos públicos tratados como privados nas universidades.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
4ª - Gestão de Documentos	<ul style="list-style-type: none"> ● Ponto correlato à LAI – Lei nº 8.159, de 1991 	Vocês acreditam que a linguagem adequada para que o solicitante compreenda a informação é importante ou basta entregar o documento da forma que ele foi produzido?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P3 - Você recebe uma solicitação do relatório de auditoria da CGU, “solicito o relatório de auditoria do município de Timon, no Maranhão”. É uma peça eminentemente técnica, não tem como você fazer com que aquele relatório não crie problema. ✓ P1 - Eu fiz um pedido pro Ministério do Trabalho. Queria saber que órgãos utilizam o recurso do FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é muito dinheiro, e aí, eles falaram “tá na internet, tem o relatório tal”. Aí, eu fui olhar o relatório, mas, eu, Camila, não entendo o que tá ali; não entendi, era um relatório de contabilidade, eu não consegui entender. ✓ P3 - Há uma preocupação - que eu acho que a partir de agora isso deve permear pela administração disso - que as informações sejam produzidas, já sejam uma linguagem mais informal. ✓ P1 – Então, achei interessante, porque ele já, da necessidade dele, da administração produzir de tal forma, pra ele é importante ter e por acaso de uma forma que sanaria o anseio daquele cidadão. eu acho que talvez 	➤ A linguagem na produção do documento pode impactar na não transparência.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			Disponibilização cruzada, os órgãos hoje em dia não produzem, só que inclusive tá na Lei, eles têm que começar a produzir e estabelecer rotinas pra começar a produzir esses dados. Assim como eles têm que produzir documentos com linguagem do cidadão. Eu acho que é bem isso, é uma mudança de cultura que vai demorar um tempo.	
4ª - Gestão de Documentos	<ul style="list-style-type: none"> ● Ponto correlato à LAI – Lei nº 8.159, de 1991 	Vocês acreditam que, se a instituição possui gestão de documentos, isso colabora com a transparência da informação?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P2 - Sem dúvida! O grande problema de implementação da LAI é a ausência da gestão da informação. Porque qual uma das questões que nós discutimos, quem me garante que a negação de uma informação foi por aquele fato mesmo ou se na verdade é porque ele não sabe onde está a informação, não sabe se existe uma informação? Então, é uma crítica com relação à negativa que se dá. ✓ P1 - E às vezes a gente tem uma dificuldade: “Ai, a gente não documentou isso”. E agora tá começando a se preocupar mais com isso, pensando que isso pode acontecer. Pedem isso direto pra gente. ✓ P2 - Na verdade, elemento fundamental para a transparência, não pra gente, mas é um 	➤ Apesar de não estar escrito na LAI, o tema Gestão de Documentos é citado por todos os participantes como sendo algo de suma importância para a transparência.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<p>elemento fundamental pra que se tenha.</p> <p>✓ P7 - Eu acho que é o elemento mais importante, eu acho.</p> <p>✓ P1 - É hoje o ponto mais fraco de todos os órgãos.</p> <p>✓ P3 - Ela não é garantia porque você não sabe. Eu tenho um órgão que tem a informação toda organizada, mas nega. Então não é a garantia, mas é importante.</p>	
4ª - Gestão de Documentos	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto correlato à LAI – Lei nº 8.159, de 1991 	Como vocês definiriam transparência ativa da informação pública?	<p>✓ P8 - Mas acredito que a maioria dos órgãos não possuíam ainda uma regulamentação sobre o que é o sigilo. E assim, teve alguns órgãos que decidem na hora o que pode ou não pode ser liberado, sem uma regulamentação prévia.</p> <p>✓ P13 – Mas a Lei deixa bem claro sobre esses aspectos de sigilo. Mas isso também é decorrência da falta de gestão de documentos; que aí fica difícil saber quais documentos são sigilosos ou não.</p> <p>✓ P11 - Aí caímos nas questões de Gestão de Documentos, e, sobretudo na de informação. O que acontece não pode acontecer. Assim... é um retrabalho enorme. Tem um portal de transparência e nós temos que alimentar o portal. Isso acontece no GDF;</p>	➤ A falta de regulamentação interna sobre a documentação sigilosa.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
			<p>vem uma informação, às vezes no formato Excel, e você fica assim... isso é esdrúxulo, porque já existe solução tecnológica para isso. Aí você se depara com as questões da administração pública. É impressionante, mas ela é extremamente amadora na gestão da informação. Aí você fica fazendo um monte de papelzinho.</p> <p>✓ P15 – Assim, as pessoas se tornam donas da informação não os gestores da informação. Ninguém mais sabe ou tem domínio sobre aquelas informações que são públicas.</p>	
4ª - Gestão de Documentos	<ul style="list-style-type: none"> ● Ponto correlato à LAI – Lei nº 8.159, de 1991 	<p>A questão da Gestão de Documentos contribui pra transparência ativa. Por quê?</p>	<p>✓ P8 - Fundamental, pela agilidade, pela velocidade do processo.</p> <p>✓ P14 - E o controle, e o controle, economicidade, deixar de imprimir documentos.</p> <p>✓ P15 - Eu acho que isso tem que ser principalmente gestão da informação em si. Pegar esses sistemas - a gente hoje tem muito, pelo menos no Poder Executivo Federal, a gente tem vários sistemas -, mas eles não conversam entre si... Fica muito difícil fazer os cruzamentos, trabalhar esse dado.</p>	<p>➤ Afirmam que a gestão de documentos é fundamental para a transparência da informação.</p>
5ª - Solicitação da	<ul style="list-style-type: none"> ● Art. 10 	<p>As universidades estão</p>	<p>✓ P2 - Provavelmente está o reflexo do</p>	<p>➤ A presença da</p>

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
informação		atendendo a LAI?	<p>cidadão, era entregar informações de pesquisadores da universidade, professores que mexem bancos de dados, eles muitas vezes se sentem detentor, eles se sentem os donos daquelas informações, então parte de cultura na universidade do pesquisador também é muito grande, eles não entendem que eles estão lá com o dinheiro público, que aquela pesquisa ou resultado, é de direito público.</p> <p>✓ P2 - A gente tá falando nela, quando ela já tá pronta. Existe sim, é claro, não faz sentido você entregar em andamento, porque senão, você acaba com sua pesquisa. Isso faz uma diferença na publicação, no caso, mas quando ela já tá pronta, muitas universidades falaram pra gente, que existia uma dificuldade com a cultura interna, dos pesquisadores em relação a essas disposições.</p> <p>✓ P1 - É... a universidade é um mundo. Eu acho que a universidade é muito mais complexa que um ministério, muito mais difícil atender aos pedidos de informação; tantos departamentos. Então, realmente é um local de difícil administração e isso se</p>	<p>cultura de segredo;</p> <p>➤ Desconhecimento da LAI dentro das instituições.</p>

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
-----------	--------------------------	-------------------------	-------------------	----------------------------------

reflete, eu acho, no atendimento à Lei de acesso à informação, porque tem uma dificuldade de comunicação mesmo. Às vezes é... até fica no local diferente, prédio diferente. Por exemplo, vai ter aula, a sala que não tinha computador; esse é um problema de administração, talvez até de vontade política, as duas coisas juntas, que prejudicam o atendimento da LAI nas universidades.

- ✓ P5 - É uma coisa também, que eles às vezes eles usam a LAI quase que como uma instância recursal à Lei; por quê?! Ela já foi lá, pediu, era lícito a pessoa ter entregue, aí a pessoa negou, e vem uma pessoa de dentro da UnB e fala “eu pedi no meu setor”; é o meu setor que produz, eles negaram pra mim; aí quando chega a Lei de Acesso, passa, aí libera. Você tem que informar pra qualquer pessoa que peça.
- ✓ P2 - Aí é onde ela sabe que vai ter uma lei, vai ser julgada, ela sabe que vai ter uma garantia.
- ✓ P5 - Não, mas contribuiu. Mas também é bem abrangente a cultura que a gente tem da negação da informação.

CATEGORIA	PONTOS DA LAI ANALISADOS	PERGUNTA DO GRUPO FOCAL	RESPOSTA DO GRUPO	ASPECTO A SER ABORDADO NOS ITENS
5ª - Solicitação da informação	• Art. 10	Como vocês definiriam transparência passiva da informação pública?	✓ P7 - Eu não sabia como pedir, então assim, acho que a maneira como eu pedi na mesma hora eu mandei de noite, na mesma hora eu já recebi um não, foi um não muito seco.	➤ Dificuldade em entender o que é sigiloso ou não. Isso gera problemas tanto no pedido como no atendimento.
5ª - Solicitação da informação	• Art. 10	Então, a linguagem não seria um ponto tão importante?	✓ P5 - Eu tenho um exemplo: tenho um rapaz que descobriu o SIC e ele quer fazer o mestrado dele através do SIC, pesquisa acadêmica. Ele quer que a gente trate a informação; ele fez 17 pedidos, já tem 4 dele com vocês. O interessante nisso é: toda informação que ele pediu, o instituto tinha tudo nos links; eu entrei em cada link, cada link que me disponibilizam eu entro. Só que realmente é trabalhossíssimo, e o instituto não tem realmente isso consolidado; ele teria que pegar um servidor e fazer a mesma coisa que ele pode fazer.	➤ A disposição da informação na instituição e no site pode impactar na solicitação.

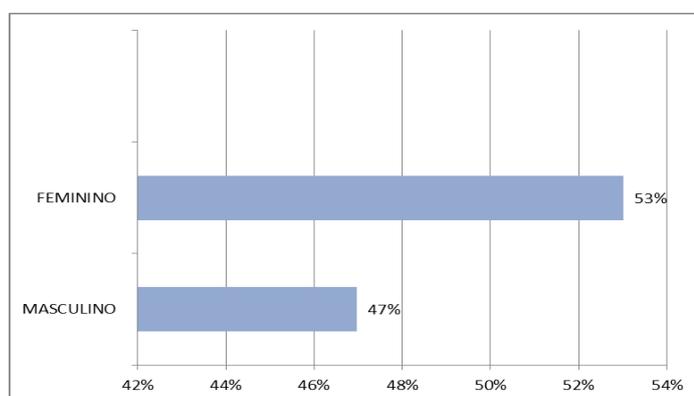
4.2 Análise dos dados obtidos via aplicação de *survey*

4.2.1 Análise descritiva dos dados

A *survey* foi aplicada em dez universidades, sendo elas UnB, UFT, UFG, UFS, UFMA, FURG, UFRN, UFGD, UFMT e UFBA. A amostra de conveniência contou com 149 respondentes válidos, composta por servidores das universidades citadas. Para melhor compreensão da amostra, segue descrição dos respondentes.

A distribuição da amostra quanto ao sexo do respondente demonstra que há uma maioria do sexo feminino, como pode ser observado no Gráfico 3.

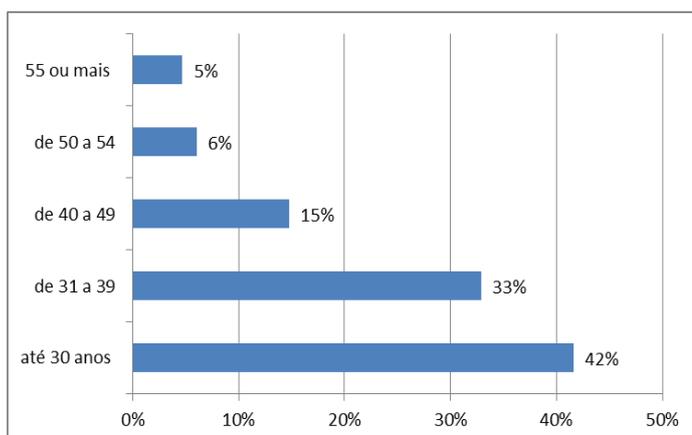
Gráfico 3 – Sexo dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à idade, pode-se observar que há uma predominância de jovens até 30 anos de idade. O Gráfico 4 ilustra essa questão.

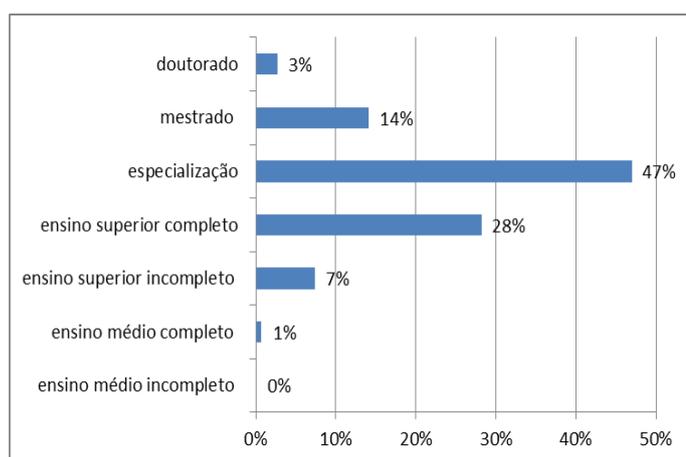
Gráfico 4 – Idade dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do nível de escolaridade demonstrou que há prevalência de respondentes com curso de especialização, bem como um número razoável de mestres. Além disso, observa-se que não houve respondente que não possua no mínimo o ensino médio completo, fato que pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Escolaridade dos respondentes

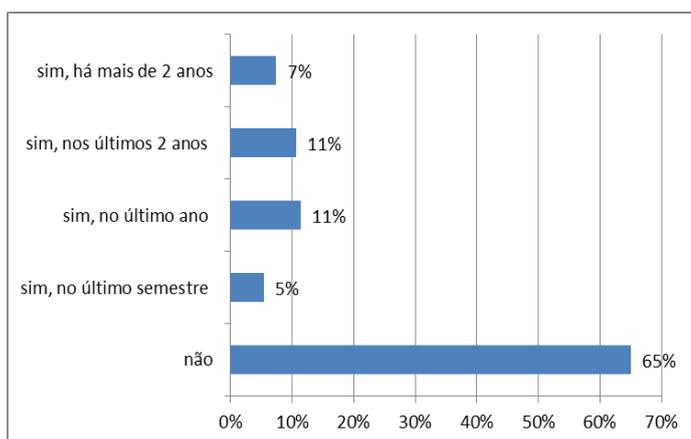


Fonte: Dados da pesquisa.

Um dado interessante observado na amostra é que há prevalência de participantes que não realizaram nenhum tipo de treinamento para aplicação ou adequação da LAI em suas

universidades. O Gráfico 6 evidencia esse fenômeno, revelado quando da pergunta acerca da participação do respondente em curso de capacitação e/ou formação sobre a LAI.

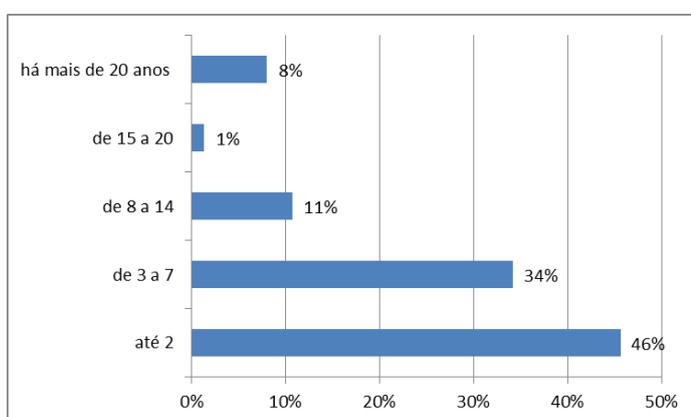
Gráfico 6 – Capacitação para a LAI



Fonte: Dados da pesquisa.

Foi observado também que a maioria dos respondentes são servidores considerados novos nas universidades, pois possuem menos de dois anos de trabalho na instituição, estando ainda em estágio probatório. O Gráfico 7 representa as respostas à pergunta sobre há quanto tempo o servidor exerce funções na universidade.

Gráfico 7 – Tempo na universidade



Fonte: Dados da pesquisa.

Após a análise do perfil dos respondentes, será realizada a análise fatorial exploratória dos dados para a extração dos fatores de transparência em universidades federais.

4.2.2 Análise Fatorial Exploratória

A técnica de análise fatorial (AF) é considerada de interdependência, ou seja, de modo geral, ela fornece as ferramentas para analisar as estruturas de correlações de um conjunto de variáveis fortemente inter-relacionadas, denominadas de Fatores. Para a utilização da AF, é necessária a verificação da sua viabilidade. Para isso, foram realizados os testes:

1. Matriz de correlação

Assim como definido por Fávero et al (2009), a análise fatorial é uma técnica onde as variáveis são agrupadas conforme as suas correlações. Com isso, temos que as variáveis que pertencem a um determinado fator devem ser bastante correlacionadas entre si. Nessa mesma perspectiva, as correlações entre os fatores devem ser baixas ou até mesmo não existirem. Visto isso, temos que, primeiramente, analisar se as variáveis do estudo são correlacionadas entre si, pois se não houver valores significativos ($>0,30$) de correlação, não se justifica a realização da análise fatorial. Conforme balizado por Hair et al (2009, p. 109), “se a inspeção visual não revela um número substancial de correlações maiores que 0,30, então a análise fatorial provavelmente é inapropriada”. A tabela do Apêndice H demonstra a matriz de correlação do estudo.

Pode-se observar nessa tabela que há um número significativo de correlações acima de 0,30. Contudo, de acordo com Hair et al (2009, p. 109), se as correlações parciais são altas,

indicando ausência de fatores inerentes, então a análise fatorial é inadequada. Valores acima de 0,9 indicam variáveis altamente correlacionadas. Podemos observar que não há correlações $>0,9$. Com isso, conclui-se que a análise fatorial pode ser realizada.

2. Teste do índice de adequação proposto por Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e teste de esfericidade de Barlett

O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é utilizado para verificar quão adequada é a análise fatorial (MALHOTRA, 2001). Os valores do teste variam entre 0 e 1, sendo que valores maiores que 0,5 indicam que a análise fatorial é adequada (MALHOTRA, 2001; FIELD, 2005). Portanto, quanto mais próximos de 1 forem os valores, mais adequada é a utilização da técnica (FÁVERO et al, 2009, p. 242). O resultado de KMO encontrado para o conjunto de variáveis do estudo foi de 0,900 (Tabela 5), que indica que se pode proceder à análise fatorial.

Após a análise do KMO, verificou-se o resultado do teste de esfericidade de Bartlett, que é aplicado para testar a hipótese nula de que a matriz de correlação da população é uma matriz identidade em que cada variável se correlaciona perfeitamente com ela própria e não se correlaciona com as demais (MALHOTRA, 2001). Ou seja, se a hipótese nula - H_0 não for rejeitada, isso significa que as variáveis não estão correlacionadas, sendo inadequada a utilização da técnica de análise fatorial. Para que o uso da análise fatorial seja adequado, é necessário que o valor de significância do teste de *Bartlett* seja $<0,05$; se for menor, a hipótese alternativa - H_1 é aceita e rejeita-se a hipótese nula - H_0 . Ou seja, ao aceitar a hipótese H_1 , há correlação significativa entre as variáveis e, com isso, pode ser realizada a análise fatorial (FIELD, 2009). Abaixo, na tabela 5, vê-se o teste de KMO e *Bartlett* da pesquisa:

Tabela 5 – Teste de KMO e *Bartlett*

Teste de KMO e <i>Bartlett</i>		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.	,900	
Teste de esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aprox.	5491,591
	df	903
	Sig.	,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Como observado na Tabela 5, o valor do teste KMO foi de 0,9. O teste de *Bartlett* rejeita a hipótese nula com o valor de 5491,591 para o qui-quadrado (X^2), o que possibilita proceder com a análise fatorial para os dados.

3. Teste Matriz anti-imagem de correlação

A matriz Anti-Imagem apresenta os valores da covariância e os valores de correlação. Os resultados da diagonal dessa matriz anti-imagem de correlação apresentam os valores de KMO para as variáveis individuais, que se referem à Medida de Adequação da Amostra (MSA). Hair et al (2009, p. 110) definem que o MSA é uma terceira medida para definir o grau de intercorrelação entre as variáveis e a sua adequação quanto ao uso da técnica de análise fatorial. Com isso, eles definem os valores de referência para o MSA da seguinte forma: valores iguais ou maiores que 0,8 são considerados admiráveis; 0,7 ou acima, medianos; 0,6 ou acima, medíocres; 0,5 ou acima são ruins; e abaixo de 0,5 são considerados inaceitáveis. A tabela do Apêndice I demonstra, com base nos resultados da diagonal da matriz anti-imagem de correlação, que os valores dos dados da pesquisa são superiores a 0,5. Com isso, conclui-se que a análise fatorial pode prosseguir.

Após verificar a possibilidade de fatorabilidade dos dados, é necessária a definição do método de extração para realizar a análise fatorial. Hair et al (2009, P. 110) definem que o pesquisador pode escolher a partir de dois métodos para a extração de fatores que representem

a estrutura das variáveis na análise, ou seja, a análise de fatores comuns e a análise de componentes principais.

Uma vez que a separação de fatores é o principal interesse da análise, o método de extração utilizado foi a análise do componente principal (ACP). Para Hair et al (2009, p. 112), o método ACP é o mais adequado quando a redução de dados é a preocupação prioritária da pesquisa. Contudo, em geral, um dos problemas do pesquisador é entender os fatores extraídos inicialmente, ou seja, saber quais variáveis estão correlacionadas com um determinado fator. Assim, após definido o método de extração – o ACP –, foi necessário definir qual o método de rotação a ser utilizado no estudo, pois com a matriz rotacionada, os valores são extremados e os coeficientes são retidos numa estrutura simplificada, tornando a análise mais fácil (FÁVERO et al, 2009).

De acordo com Fávero et al (2009), os métodos de rotações dividem-se em dois grupos: os ortogonais e os oblíquos. Como método de rotação ortogonal, temos o Varimax, Quatimax e Equamax, sendo que o mais popular e utilizado é o Varimax, método que se concentra na simplificação das colunas em uma matriz fatorial. Com isso, Hair et al (2009, p. 119) afirmam que o método Varimax tem sido muito bem sucedido como uma abordagem analítica de uma rotação ortogonal de fatores. Já no método de rotação oblíqua, “preserva-se a comunalidade, mas os fatores são correlacionados” (FÁVERO et al, 2009, p. 244-245), ou seja, os métodos oblíquos permitem fatores correlacionados em vez de manterem independência entre os fatores rotacionados (Hair et al, 2009).

O método escolhido para rotação dessa análise foi o método ortogonal Varimax com normalização Kaiser, ambos padrão no *software* SPSS 20, por minimizar o número de variáveis com altas cargas sobre um fator reforçando a interpretabilidade dos dados (MALHOTRA, 2001).

Feito isto, realizaram-se alguns testes por meio da análise fatorial exploratória, no intuito de se obter os fatores que melhor representassem a realidade na área de estudo, pois,

conforme apontam Hair et al (2009, p. 116), “o pesquisador não deve se surpreender se executar diversas interações até que uma solução final seja obtida”.

Com base nas suposições apresentadas por Hair et al (2009), para utilizar os dados da análise fatorial (AF) na elaboração do índice de transparência pública para universidades federais, é necessário observar os seguintes resultados a fim de se confirmar a possibilidade de uso de suas informações na criação dos fatores que representarão transparência pública nessas instituições.

1. Comunalidade

A comunalidade apresenta a contribuição de cada variável para a análise fatorial, ou seja, é a “estimativa de sua variância compartilhada, ou em comum, entre as variáveis como representadas pelos fatores obtidos” (Hair et al, 2009, p. 112). Fávero et al (2009) explicam que geralmente é o pesquisador quem decide quais cargas fatoriais serão consideradas no estudo. No entanto, Hair et al (2009) quase sempre consideram cargas fatoriais com valores maiores ou iguais a 0,3 como tendo o nível mínimo; cargas maiores ou iguais 0,4 são consideradas importantes; e cargas maiores ou iguais a 0,5 são estatisticamente significativas. A Tabela 6 demonstra o cálculo da comunalidade da pesquisa.

Tabela 6 – Comunalidades da pesquisa

Comunalidades	Extração
Formulário para pedido de acesso à informação	,546
Ferramenta de pesquisa/conteúdo	,531
Relatórios em formato eletrônico e aberto para download	,546
Mapa de estruturação da informação do site	,448
Meio de comunicação com a universidade	,533
Autenticidade da informação	,442
Integridade da informação	,466
Atualidade da informação	,415
Acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência	,363
Atendimento	,644
Orientação sobre os serviços prestados pelo SIC	,588
Recebimento do pedido de informação	,640
Registro de pedidos em sistema eletrônico	,623
Entrega de protocolo do pedido	,604

Comunalidades	Extração
Fornecimento de informações sobre o andamento do pedido	,587
Resposta do pedido	,641
Instalações físicas	,590
Acessibilidade	,598
Horário de atendimento ao público	,593
Carta de serviços	,540
Divulgação dos serviços oferecidos pelo SIC	,538
Linguagem acessível	,551
Formato dos arquivos	,483
Possibilidade de manipulação dos arquivos	,490
Divulgação	,549
Padronização da produção do documento	,545
Recebimento de documentos na instituição	,577
Linguagem acessível na produção do documento	,656
Formato dos arquivos	,660
Definição dos fluxos documentais	,531
Protocolo de controle	,668
Controle da tramitação	,623
Controle da expedição	,571
Aplicação dos planos de classificação	,509
Utilização da tabela de temporalidade	,508
Infraestrutura/Instalações físicas do arquivo	,473
Guarda/Eliminação de documentos	,600
Adequação ao previsto na LAI	,545
Adoção de políticas arquivísticas	,520
Atribuição de responsabilidades aos servidores	,450
Qualificação de servidores para LAI	,427
Meio eletrônico	,652
Presencial	,541

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos resultados de comunalidade (Tabela 6), a coluna “Extração” demonstra que as variáveis têm relação com os fatores retidos, pois todas apresentam valores acima de 0,3.

2. Determinação do número de fatores que representarão transparência pública em universidades federais

Para Hair et al (2009), o pesquisador pode se utilizar de cinco maneiras diferentes para determinar o número de fatores a serem extraídos na análise fatorial exploratória: a raiz latente, a priori, percentagem de variância, gráfico *scree-plot* e heterogeneidade dos respondentes.

Das cinco formas, a mais utilizada é a raiz latente, principalmente quando para extração dos fatores se utiliza o método de componentes principais. No uso da raiz latente, cada variável contribui com um valor do autovalor, de modo que apenas os fatores com

autovalores acima de 1 são considerados significantes, enquanto os autovalores menores que 1 são descartados da análise (HAIR et al, 2009).

“O teste *scree* é utilizado para identificar o número ótimo de fatores que podem ser extraídos antes que a quantia da variância única comece a dominar a estrutura de variância comum” (HAIR et al, 2009, p. 114). Contudo, Hair et al (2009) afirmam que o pesquisador pode escolher mais de um critério para definir o número de fatores, pois, enquanto o primeiro serve como orientação, o segundo critério serve para validar a quantidade de fatores. Partindo dessa proposta, neste trabalho foram feitos os testes da raiz latente e o de *scree* para melhor definição dos fatores de transparência em universidades federais. A Tabela 7 e o Gráfico 8 (curva de sedimentação) demonstram os testes realizados.

Tabela 7 – Variância total explicada

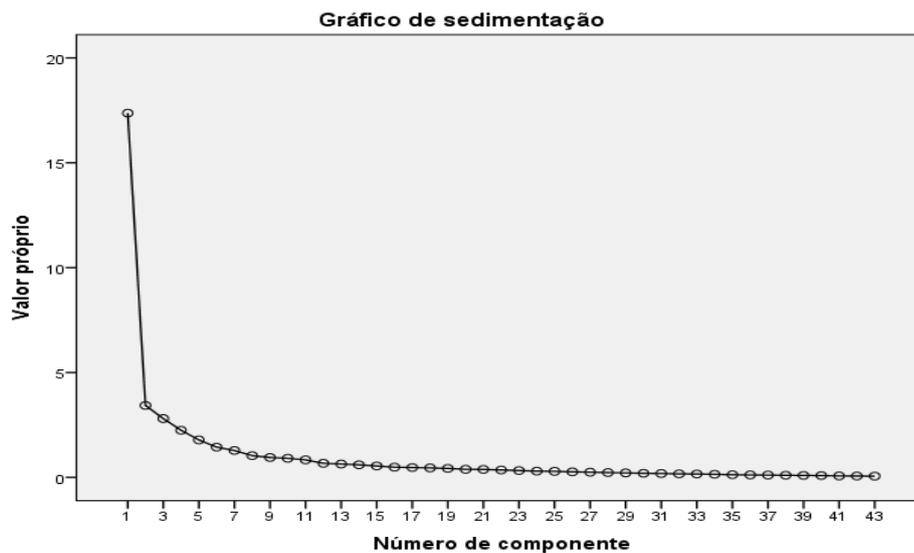
Componente	Variância total explicada					
	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	17,369	40,393	40,393	17,369	40,393	40,393
2	3,430	7,976	48,369	3,430	7,976	48,369
3	2,804	6,520	54,889	2,804	6,520	54,889
4	2,245	5,222	60,111	2,245	5,222	60,111
5	1,784	4,149	64,260	1,784	4,149	64,260
6	1,441	3,350	67,610	1,441	3,350	67,610
7	1,280	2,977	70,588	1,280	2,977	70,588
8	1,036	2,408	72,996	1,036	2,408	72,996
9	,947	2,203	75,200			
10	,909	2,113	77,312			
11	,833	1,938	79,250			
12	,670	1,559	80,809			
13	,637	1,480	82,289			
14	,598	1,391	83,680			
15	,544	1,265	84,945			
16	,485	1,128	86,073			
17	,470	1,092	87,166			
18	,451	1,049	88,215			
19	,426	,992	89,207			
20	,382	,889	90,095			
21	,379	,881	90,977			
22	,351	,816	91,792			
23	,326	,759	92,551			
24	,297	,691	93,242			

Variância total explicada

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
25	,287	,667	93,909			
26	,262	,609	94,518			
27	,247	,575	95,092			
28	,227	,529	95,622			
29	,212	,494	96,115			
30	,193	,449	96,565			
31	,184	,429	96,993			
32	,167	,387	97,381			
33	,161	,376	97,756			
34	,146	,339	98,095			
35	,124	,289	98,384			
36	,115	,268	98,652			
37	,110	,255	98,907			
38	,099	,231	99,138			
39	,094	,218	99,356			
40	,086	,200	99,555			
41	,068	,159	99,714			
42	,063	,146	99,860			
43	,060	,140	100,000			

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 8 - Curva de sedimentação



Fonte: Dados da pesquisa.

Podemos verificar, com o teste da raiz latente (Tabela 7), que há a possibilidade de se obterem até 8 fatores com autovalores acima de 1. Observe-se que o oitavo fator representa 72,996% de variância acumulada, comprovando a determinação correta dos 8 fatores para a análise fatorial. Contudo, esse número elevado não se confirmou com a análise de *scree-plot*, que sugeriu 3 fatores como a distribuição mais representativa para os dados, ou seja, a análise do gráfico de sedimentação sugeriu uma ancoragem de até 3 fatores.

3. Matriz de componentes rotacionada (carga fatorial)

Para facilitar a separação das variáveis que compõem cada fator, recorre-se à tabela com os valores rotacionados (Tabela 8), pois, assim como esclarece Field (2009), dessa forma rotacionada, a interpretação dos valores que compõem cada fator é facilitada. Utilizando o método Varimax, como salientamos anteriormente, para separar as variáveis que compõem cada fator, é necessário avaliar a carga fatorial de cada uma delas, conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 - Tabela rotacionada

	Matriz de componente rotativa ^a		
	Componente		
	1	2	3
Formulário para pedido de acesso à informação	-,148	,669	,277
Ferramenta de pesquisa/conteúdo	-,030	,678	,264
Relatórios em formato eletrônico e aberto para download	,060	,671	,303
Mapa de estruturação da informação do site	,010	,637	,206
Meio de comunicação com a universidade	,085	,701	,185
Autenticidade da informação	,245	,601	,145
Integridade da informação	,236	,626	,136
Atualidade da informação	,222	,602	,058
Acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência	,133	,526	,263
Atendimento	,399	,321	,618
Orientação sobre os serviços prestados pelo SIC	,411	,336	,553
Recebimento do pedido de informação	,301	,379	,637

Matriz de componente rotativa^a

	Componente		
	1	2	3
Registro de pedidos em sistema eletrônico	,362	,349	,609
Entrega de protocolo do pedido	,334	,364	,600
Fornecimento de informações sobre o andamento do pedido	,325	,325	,613
Resposta do pedido	,302	,301	,678
Instalações físicas	,132	,092	,751
Acessibilidade	,105	,079	,762
Horário de atendimento ao público	,112	,312	,695
Carta de serviços	,026	,160	,717
Divulgação dos serviços oferecidos pelo SIC	,061	,206	,701
Linguagem acessível	,341	,610	,249
Formato dos arquivos	,325	,567	,235
Possibilidade de manipulação dos arquivos	,423	,508	,230
Divulgação	,365	,604	,225
Padronização da produção do documento	,620	,400	,006
Recebimento de documentos na instituição	,579	,488	,066
Linguagem acessível na produção do documento	,609	,500	,186
Formato dos arquivos	,564	,528	,250
Definição dos fluxos documentais	,584	,437	-,014
Protocolo de controle	,652	,415	,266
Controle da tramitação	,640	,415	,203
Controle da expedição	,621	,379	,202
Aplicação dos planos de classificação	,700	,014	,135
Utilização da tabela de temporalidade	,705	-,026	,104
Infraestrutura/Instalações físicas do arquivo	,671	,084	,125
Guarda/Eliminação de documentos	,765	,067	,100
Adequação ao previsto na LAI	,639	,124	,349
Adoção de políticas arquivísticas	,661	,017	,288
Atribuição de responsabilidades aos servidores	,550	,143	,356
Qualificação de servidores para LAI	,576	,060	,302
Meio eletrônico	,510	,282	,559
Presencial	,436	,197	,559

Fonte: Dados da pesquisa.

Tomemos como exemplo a variável “Formulário para pedido de acesso à informação”: após verificadas suas cargas fatoriais em cada fator, observa-se que o maior valor está no fator 2 (0,601); logo, essa variável pertence ao fator 2. Tal análise é feita para todas as variáveis, no intuito de separá-las por fator. Os valores em cinza demonstram as variáveis pertencentes a cada fator.

Com as variáveis definidas em cada fator, a partir da matriz rotacionada, foram obtidos os 3 fatores, conforme descrito nas Tabelas 9, 10 e 11.

Tabela 9 - Variáveis do fator 1

Fator 1 – Variáveis referentes da gestão de documentos
Padronização da produção do documento
Recebimento de documentos na instituição
Linguagem acessível na produção do documento
Formato dos arquivos
Definição dos fluxos documentais
Protocolo de controle
Controle da tramitação
Controle da expedição
Aplicação dos planos de classificação
Utilização da tabela de temporalidade
Infraestrutura/Instalações físicas do arquivo
Guarda/Eliminação de documentos
Adequação ao previsto na LAI
Adoção de políticas arquivísticas
Atribuição de responsabilidades aos servidores
Qualificação de servidores para LAI

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 10 – Variáveis do fator 2

Fator 2 – Variáveis referentes à transparência ativa
Formulário para pedido de acesso à informação
Ferramenta de pesquisa/conteúdo
Relatórios em formato eletrônico e aberto para download
Mapa de estruturação da informação do site
Meio de comunicação com a universidade
Autenticidade da informação
Integridade da informação
Atualidade da informação
Acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência
Linguagem acessível
Formato dos arquivos
Possibilidade de manipulação dos arquivos
Divulgação

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 11 – Variáveis do fator 3

Fator 3 – Variáveis referentes à transparência passiva
Atendimento
Orientação sobre os serviços prestados pelo SIC
Recebimento do pedido de informação
Registro de pedidos em sistema eletrônico
Entrega de protocolo do pedido
Fornecimento de informações sobre o andamento do pedido
Resposta do pedido pelo SIC

Fator 3 – Variáveis referentes à transparência passiva
Instalações físicas do SIC
Acessibilidade do SIC
Horário de atendimento ao público do SIC
Carta de serviços
Divulgação dos serviços oferecidos pelo SIC
Pedido por meio eletrônico
Pedido por meio presencial

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma vez separados os fatores (Tabelas 9, 10 e 11), é necessário nomeá-los, associando-lhes um sentido que represente o conjunto de classes de cada fator. Hair et al (2009, p. 136) sugerem que o nome seja atribuído com base nas “cargas fatoriais significativas” (Tabela 9), ou seja, as variáveis com cargas fatoriais maiores influenciarão mais na definição do nome do fator ao qual pertencem, enquanto que as variáveis com cargas fatoriais menores terão pouca ou nenhuma influência para a definição do nome do fator.

Com isso, o Fator 1, foi então denominado de Gestão de Documentos (**GD**), o Fator 2 de Transparência Ativa (**TA**) e o Fator 3 de Transparência Passiva (**TP**). Na síntese de extração dos três fatores, e trazendo-os para a realidade deste estudo, pode-se definir que há aderência e correlação dos fatores obtidos com o referencial teórico, principalmente quando se trata de estabelecer elementos para a diminuição da assimetria da informação e do estabelecimento de valores, princípios, propósitos e regras que definem a governança pública.

4 Matriz de transformação dos componentes

A matriz de transformação dos componentes (Tabela 12) “representa o ângulo no qual os eixos foram girados, ou o grau em que os fatores foram rotacionados”. Nela, analisa-se cada componente em relação a ele mesmo (FIELD, 2009, p. 589). Os valores ortogonais dessa matriz podem ser utilizados para equalizar os valores dos dados.

Tabela 12 - Matriz de transformação de componentes

Matriz de transformação de componente

Componente	1	2	3
1	,608	,576	,547
2	-,792	,392	,467
3	-,055	,717	-,695

Fonte: Dados da pesquisa.

5 Matriz de correlação de Pearson entre os fatores

A matriz de correlação de Pearson (Tabela 13) “apresenta os valores da correlação não padronizada, mostrando-nos o relacionamento entre os escores dos fatores” (FIELD, 2009, p. 592). Como utilizamos o método de rotação ortogonal Varimax, os fatores resultantes dessa rotação serão independentes entre si, conforme apresentado na Tabela 13.

Tabela 13 – Matriz de correlação dos componentes

**Matriz de covariância de pontuação de
componente**

Componente	1	2	3
1	1,000	,000	,000
2	,000	1,000	,000
3	,000	,000	1,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Comprovando a eficácia do método de rotação utilizado, observa-se na Tabela 13 que os elementos da diagonal são 1, ao passo que os demais elementos são 0, ou seja, os fatores não estão correlacionados.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do presente estudo foi estabelecer fatores de transparência da informação pública em universidades federais, a partir da percepção de partes interessadas, sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação. Para isso, apoiou-se na teoria institucional que trata da legitimidade das instituições, bem como, na necessidade de estabelecer mecanismos que minimizem o fenômeno de assimetria informacional, fortalecendo, desta forma, a legitimidade das ações das universidades federais perante aos cidadãos. Essa desigualdade informacional pode gerar conflitos e atrapalhar as condições de boas práticas de governança pública.

A justificativa da realização deste estudo apoia-se na necessidade do estabelecimento de uma administração pública mais transparente e aberta à participação popular, onde prevaleça a cultura do acesso à informação em detrimento da cultura de opacidade do Estado. Porém, estudos bibliométricos evidenciaram que a transparência da informação pública é um tema pouco pesquisado, com lacunas teóricas e metodológicas, e com uma prevalência de estudos descritivos, com amostras não probabilísticas e qualitativas. Com isso, há uma carência de estudos que analisem o fenômeno da transparência em universidades públicas, bem como, de estudos quantitativos ou quali-quantitativos nessa área. Com isso, estabeleceu nesse estudo o uso de uma metodologia quali-quantitativa.

No intuito de atingir o objetivo geral, foram elaborados dois objetivos específicos, sendo o primeiro desenvolver instrumento de avaliação do nível de transparência em universidades federais, na perspectiva da Lei de Acesso à Informação, pois não foi encontrado instrumento adequado para a realização dessa coleta. Atendeu-se a esse objetivo com a elaboração do questionário de coleta de dados da pesquisa (Apêndice G). Para elaboração

deste instrumento, foram realizados grupos focais e análise documental. Os dados obtidos nos grupos focais foram extraídos pela técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2002).

Após a sistematização do questionário, estabelece-se o segundo objetivo específico, ou seja, validar o instrumento de avaliação do nível de transparência em universidades federais. Para atender a esse objetivo, foi utilizado o método do cálculo de validação de conteúdo (CVC) apresentado no (Apêndice D).

A técnica de análise fatorial mostrou-se adequada para os objetivos da pesquisa, pois por meio dela foram extraídos os três fatores de transparência em universidades federais, que é o objetivo central do estudo, ou seja, estabelecer fatores de transparência da informação pública em Universidades Federais, a partir da percepção de partes interessadas, sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação. Com isso, temos também a resposta da questão que deu origem a pesquisa, que fatores qualificam a transparência em universidades federais?, a resposta são os três fatores estabelecidos e suas respectivas variáveis:

- i. **Fator 1** – por observação da análise dos dados, esse fator foi denominado de **Gestão de Documentos – GD**, e é composto por 16 variáveis: Padronização da produção do documento; Recebimento de documentos na instituição; Linguagem acessível na produção do documento; Formato dos arquivos; Definição dos fluxos documentais; Protocolo de controle; Controle da tramitação; Controle da expedição; Aplicação dos planos de classificação; Utilização da tabela de temporalidade; Infraestrutura/Instalações físicas do arquivo; Guarda/Eliminação de documentos; Adequação ao previsto na LAI; Adoção de políticas arquivísticas; Atribuição de responsabilidades aos servidores e Qualificação de servidores para LAI.
- ii. **Fator 2** – por observação da análise dos dados, esse fator foi denominado de **Transparência Ativa – TA**, e é composto por 13 variáveis: Formulário para pedido

de acesso à informação; Ferramenta de pesquisa/conteúdo; Relatórios em formato eletrônico e aberto para *download*; Mapa de estruturação da informação do site; Meio de comunicação com a universidade; Autenticidade da informação; Integridade da informação; Atualidade da informação; Acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência; Linguagem acessível; Formato dos arquivos; Possibilidade de manipulação dos arquivos e Divulgação.

- iii. **Fator 3** – por observação da análise dos dados, esse fator foi denominado de **Transparência Passiva – TP**, e é composto por 15 variáveis: Atendimento; Orientação sobre os serviços prestados pelo SIC; Recebimento do pedido de informação; Registro de pedidos em sistema eletrônico; Entrega de protocolo do pedido; Fornecimento de informações sobre o andamento do pedido; Resposta do pedido; Instalações físicas; Acessibilidade; Horário de atendimento ao público; Carta de serviços; Divulgação dos serviços oferecidos pelo SIC; Qualificação de servidores para LAI; Meio eletrônico e Presencial.

Como pode ser observado pela extração da análise fatorial, os três fatores – GD, TA e TP – coincidem com as divisões já existentes na literatura e na LAI e é evidenciada no estudo por meio da análise de conteúdo realizada nos dados obtidos por meio da utilização da técnica dos grupos focais. Essa coincidência demonstra a aderência do instrumento de coleta de dados validado na pesquisa com o objetivo de determinar e medir a transparência da informação pública em universidades federais.

A pesquisa apresenta alguns pontos limitantes que devem ser observados ao analisá-la. O primeiro é que há poucos estudos sobre transparência da informação pública, baseados na LAI, com o objetivo de elaborar instrumento estatisticamente validado para a mensuração do nível de transparência. Com isso, há dificuldades de se estabelecer comparativos e paralelos

com o instrumento aqui produzido. Como segundo ponto, tem-se que o banco de dados utilizado foi constituído por uma amostra de conveniência e contou com apenas 10 universidades federais, de um total de 64 existentes atualmente no país. Também o número de respondentes (149 questionários válidos) constitui uma amostra pequena frente à realidade do universo da pesquisa. Um terceiro ponto a ser considerado é que foi realizada apenas uma análise fatorial exploratória para a extração dos fatores de transparência em universidades federais; com isso, há a necessidade de estudos confirmatórios para os fatores.

Com base na pesquisa realizada, é possível sugerir agenda futura de pesquisa. Trabalhos subsequentes podem utilizar o questionário validado para aprimorar e estudar transparência pública em universidades públicas, bem como, transpor para outras instituições que estão sob o manto da LAI.

Outra linha de pesquisa seria, partindo-se dos três fatores (GD, TA e TP), estabelecer estudos de natureza confirmatória, bem como, elaborar o índice de transparência em universidades federais, fomentando assim estudos comparativos e possivelmente estruturando ranking de transparência entre as diversas universidades públicas.

Por fim, outra sugestão de pesquisa pode se concentrar em realizar testes subsequentes com a utilização de estatísticas inferenciais, bem como, após a elaboração do índice de transparência, correlacioná-lo com outros índices da administração pública para verificação dos impactos da transparência na governança pública.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Desafios contemporâneos para reforma da administração pública brasileira. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (Orgs.). **Administração Pública**: Coletânea. Título Original: The handbook of public administration. Tradutor: Sônia Midori Yamamoto e Miriam Oliveira. São Paulo: UNESP/ENAP, 2010.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 2002.

BATISTA, C. **As dimensões da informação pública**: transparência, acesso e comunicação. Campinas: Tansinformação, 22(3):225-231, set./dez., 2010.

BOBBIO, N. O futuro da democracia. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BARBOSA NETO, João Estevão; COLAUTO, Romualdo Douglas. Teoria institucional: **estudo bibliométrico em anais de congressos e periódicos científicos**. **Contexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 63-74, 2º semestre, 2010.

BRASIL. Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública**; Instrumento para Avaliação da Gestão Pública – 2014; Brasília; MP, SEGES, 2013.

Comissão de Valores Mobiliários (2002). **Recomendações da CVM sobre governança corporativa**. Recuperado em 11 de novembro de 2015 em <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/investidor-em-acao/files/2011/04/cartilha-CVM-Governan%C3%A7a-Corporativa.pdf>

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Acesso à Informação Pública**: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

COSTA, F. L. **Reforma do Estado e Contexto Brasileiro**: crítica do paradigma gerencialista. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CHOO, C. W. A. **Organização do Conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Tradução: Eliana Rocha. 2. ed. São Paulo: Senac, 2006.

DEEPHOUSE, D. L. **Does Isomorphism Legitimate?** *Academy of Management Journal*, v. 39, n. 4, p. 10-24-1039.

DIAS, R. e MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The Iron Cage Revisited Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields**. *American Sociological Review*, v. 48, n.2, p. 147 - 160, 1983.

EDWARDS, M. (2002). **Public sector governance – future issues for Australia**. *Journal of Public Administration*, v. 61, n. 2.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, 646 p.

FIELD, Andy. **Descobrimdo a estatística usando SPSS**. Tradução de Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 688 p

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Manual de transparência fiscal**. FMI,2007. Disponível em:<<https://www.imf.org/external/np/fad/trans/por/manualp.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAIR JR., J. F., BLACK, W. C., BABIN, B. J., ANDERSON, R. E. **Multivariate Data Analysis**. 7 ed., Prentice Hall, 2009.

HERNANDEZ-NIETO, R. **Contributions to statistical analysis**. Mérida, España: Los Andes University Press, 2002.

HODGSON, Geoffrey M. Institutional economics: surveying the old and the new. *Metroeconomica*, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

HÖFLING, E. de M.. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedesa, ano XXI, 2001. Disponível em Internet: <http://scielo.unam.mx/pdf/polcul/n30/n30a5.pdf>

IBANHES, L. C. et al. **Governança e regulação na saúde**: desafios para a gestão na região metropolitana de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 575-584, 2007.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2004). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo. Recuperado em 11 de novembro de 2015 em http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: UFF, 1999a.

JARDIM, J. M. **O acesso à informação arquivística no Brasil**: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, Rio de Janeiro, 1999b. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso__informao_arquivistica_no_brasil.pdf. Acesso em: 11 dez. 2009.

JARDIM, J. M. **A construção do e-gov no Brasil**: configurações político institucionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/josemariajardim.html. Acesso em: 15 dez. 2009.

JARDIM, J. M. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público**, v.59,n.1, p.81-92, 2008.

KISSELER, L. ; HEIDEMANN, F. G.. **Governança Pública**: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, Mercado e Sociedade?. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro/RJ, v. 40, n. 3/2006, p. 479-499, 2006

KOBASHI, N. Y. et al. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 2001.

KOOIMAN, Jan. **Gobernar en Governanza**. In: *La Gobernanza hoy: 10 textos de referencia*. 57

LINDBLOM, C. E. e WOODHOUSE, E. J. **The Policymaking Process**. Englewood: Prentice-Hall, 1993.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, 2008. 42(2): 391-410, Mar./abr. 2008.

MEYER, John; ROWAN, Brian. **Institutionalized organizations; formal structure as myth and ceremony**. American Journal of Sociology. v. 83, p. 340-63, 1977.

McGARRY, K. J. **Da documentação à informação: um contexto em evolução**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

PEREIRA, L. C. B. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, 2008. 42(2): 391-410, Mar./abr. 2008.

SARAIVA, E. **Introdução à Teoria da Política Pública**. In: Políticas Públicas; Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006

SECCHI L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cenagage Learning, 2012.

SECLAENDER, A. C. L. O direito de ser informado: base do paradigma moderno do direito de informação. **Revista de Direito Público**, v.25, n.99, p.147-159, 1991.

SCOTT, W. Richard. **Unpacking Institutional Arguments**. In **POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 199.

SILVA, Clóvis L Machado da; GONÇALVES, Sandro A. Nota técnica: a teoria institucional In: GLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (org); CALDAS, Miguel, FACHIN, Robert o; FISCHER, Tânia (org). Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998, p. 220-226.

SUBIRATS, J. **Definición del Problema.** Relevancia Pública y Formación de la Agenda de Actuación de los Poderes Públicos. In: Políticas Públicas; Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571-670, 1995.

WU et al. **Guia de Políticas Públicas:** gerenciando processos. ENAP, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE APLICAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS

Objetivo dos Grupos Focais: Avaliar a percepção de interessados em transparência passiva das informações governamentais em universidades federais brasileiras.

Público-alvo: Servidores, alunos, pesquisadores e gestores de universidades federais, gestores e analistas que monitoram, analisam e/ ou participam da gestão de indicadores e dados referentes à transparência passiva da informação governamental no Executivo Federal.

Objetivos específicos:

- **Identificar variáveis que compõem as questões relacionadas à transparência passiva da informação pública;**
- **Levantar sugestões sobre indicadores que identificam a condição de transparência de Universidades Federais;**
- **Identificar características presentes em instituições que as definam como transparente.**

Agradecimento:

Você foi convidado a participar de uma pesquisa qualitativa, estruturada sob a forma de grupo focal, como subsídio para a dissertação de mestrado da Universidade de Brasília intitulada *Avaliação de Transparência Pública em Universidades Federais: Estudo de Múltiplos Casos Sob a Perspectiva da Lei de Acesso à Informação*. Desde já, agradecemos a sua participação.

Introdução:

A transparência passiva é a disponibilização das informações governamentais mediante solicitação do cidadão. Para isso, é necessário que as instituições públicas criem meios para facilitar a interlocução entre governo e sociedade, de modo que o pedido de informação seja recebido, compreendido, processado e respondido de maneira aceitável pelo demandante da informação.

Roteiro:

Rapport (3 minutos)

- ✓ Apresentação do moderador
- ✓ Agradecer a presença
- ✓ Explicar a função do gravador
- ✓ Aquecimento: Apresentação do grupo
- ✓ Falar sobre a pesquisa Focus Group
- ✓ Não há certo ou errado

(1`30 cada – total 10 minutos)

- ✓ Nome
- ✓ Trabalho experiência com transparência passiva

Introdução tema: solicitar que falem sobre as experiências de utilização e/ou aplicação da LAI.

Desenvolvimento:

- 1) Como vocês definiriam transparência passiva da informação pública?
- 2) Para vocês, a LAI deixa clara a definição de transparência passiva?
- 3) Como vocês percebem a transparência passiva nas universidades federais brasileiras?
- 4) Focando em universidades federais, vocês estão satisfeitos com a forma como essas instituições disponibilizam as informações solicitadas? Atende a Lei?
- 5) Vocês consideram que atender a Lei é o suficiente para uma instituição ser considerada transparente? Por quê?
- 6) Voltando para transparência passiva, vocês consideram que a existência de um local, como o SIC, apropriado para solicitar informações é importante para a instituição ser mais transparente? Por quê?
- 7) Se deve existir esse local, quais são as características básicas a serem observadas para que ele efetivamente seja um canal de transparência da instituição?
- 8) Para vocês, ter facilidade no momento de fazer o pedido de informação é uma característica a ser observada em uma instituição transparente? Por quê?
- 9) E ter facilidade em acompanhar o trâmite do pedido?
- 10) Agora, focando na qualidade da informação prestada, vocês acreditam que, se a instituição possui gestão de documentos, isso colabora com a transparência da informação? Por quê?

11) Para vocês, na perspectiva da transparência passiva, a divulgação da estrutura, cargos, funções e contatos da instituição são importantes para a transparência? Por quê?

Encerramento

Vocês gostariam de adicionar mais alguma coisa antes de finalizarmos?

Encerrar agradecendo a presença mais uma vez e o tempo dispensado.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO SOBRE A TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Prezado(a) Servidor(a),

Este questionário é parte da pesquisa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade de Brasília e tem por objetivo conhecer o nível de transparência da informação pública nas Universidades Federais, bem como a percepção sobre como a transparência pode auxiliar na gestão de documentos.

Sua colaboração é de extrema importância, pois você é um dos principais responsáveis pela aplicação da LAI na sua universidade. Agradeço a sua participação.

INSTRUÇÕES

O questionário a seguir contém perguntas de múltipla escolha e perguntas cujas respostas consideram sua percepção em relação a um fato. Este último tipo de pergunta é composto de uma lista de afirmações que devem ser avaliadas com base na escala apresentada no item, a partir da qual você deverá selecionar a opção que representa mais fielmente sua atuação como servidor(a) federal. Caso nenhuma das opções se adeque à sua realidade, você deverá marcar a opção “Não se aplica” (NA).

A. Nesta seção, as questões verificam a sua percepção sobre o ambiente onde as informações da LAI são apresentadas nos **portais de internet**.

1. Indique a frequência com que a sua instituição disponibiliza os seguintes mecanismos de acesso à informação, nos sítios da internet.	0 (Nunca)	1	2	3	4	5 (Sempre)	NA (Não se aplica)
1.1 Formulário para pedido de acesso à informação							
1.2 Ferramenta de pesquisa de conteúdo							

1.3 Relatórios em formato eletrônico para <i>download</i>							
1.4 Mapa de estruturação da informação do site							
1.5 Meio de comunicação com a universidade							

2. Indique a frequência com que a sua instituição, garante os seguintes aspectos relacionados às informações disponibilizadas em seus sítios na internet.	0 (Nunca)	1	2	3	4	5 (Sempre)	NA (Não se aplica)
2.1 Autenticidade da informação							
2.2 Integridade da informação							
2.3 Atualidade da informação							
2.4 Acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência							

B. Nesta seção, as questões verificam a sua percepção sobre os termos acerca do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

3. Indique o quanto você considera eficientes os seguintes processos relacionados ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, oferecidos ao público pela sua universidade.	0 (Ineficiente)	1	2	3	4	5 (Muito Eficiente)	NA (Não se aplica)
2.1 Atendimento							
2.2 Orientação sobre os serviços prestados							
2.4 Recebimento de documentos							
2.5 Registro de pedidos em sistema eletrônico							
2.7 Entrega de protocolo do pedido							
2.3 Fornecimento de informações sobre a tramitação do pedido							
2.8 Resposta do pedido							

4. Indique a qualidade dos seguintes aspectos relacionados ao SIC.	0 (Péssima)	1	2	3	4	5 (Ótima)	NA (Não se aplica)
4.1 Instalações físicas							
4.2 Acessibilidade							
4.3 Horário de atendimento ao público							
4.4 Carta de serviços							
4.5 Divulgação dos serviços							

C. Nesta seção, as questões avaliam a sua percepção a respeito dos temas que envolvem a acessibilidade da informação.

5. Indique a qualidade das informações disponibilizadas pela sua universidade.	0 (Péssima)	1	2	3	4	5 (Ótima)	NA (Não se aplica)
3.1 Linguagem acessível							
3.2 Formato dos arquivos							
3.3 Manipulação dos arquivos							
3.4 Divulgação							

D. Nesta seção, as questões avaliam se a gestão da documentação interfere na transparência informação das universidades.

6. Indique a qualidade das seguintes situações referentes à produção de documentos.	0 (Nunca)	1	2	3	4	5 (Sempre)	NA (Não se aplica)
6.1 Padronização da produção do documento							
6.2 Recebimento de documentos na instituição							
6.3 Linguagem acessível na produção do documento							

6.4 Formato dos arquivos							
6.5 Definição dos fluxos documentais							
4.3 Protocolo de controle							
4.4 Controle da tramitação							
4.5 Controle da expedição							

7. Indique a qualidade dos elementos sobre o arquivamento de documentos em sua universidade.	0 (Irrelevante)	1	2	3	4	5 (Muito importante)	NA (Não se aplica)
7.1 Aplicação dos planos de classificação							
7.2 Utilização da tabela de temporalidade							
7.3 Infraestrutura/Instalações físicas do arquivo							
7.4 Eliminação de documentos							

8. Indique o seu grau de concordância sobre a atuação das unidades responsáveis na gestão dos documentos para o cumprimento da LAI, em relação aos seguintes aspectos:	0 (Discordo totalmente)	1	2	3	4	5 (Concordo totalmente)	NA (Não se aplica)
8.1 Adequação							
8.2 Adoção de políticas arquivistas							
8.3 Atribuição de responsabilidades aos servidores							
8.4 Qualificação de servidores							

E. Nesta seção, as questões avaliam em que grau as formas e formatos dos **pedidos de informação** interferem no nível de transparência das universidades.

9. Avalie a eficiência dos meios de solicitação e das exigências de identificação para disponibilização das informações pelo SIC.	0 (Ineficiente)	1	2	3	4	5 (Muito eficiente)

9.1 Formato eletrônico						
9.2 Presencial						
9.3 Apresentação de documentos pessoais						

F. Nesta última seção, as questões dizem respeito ao **seu perfil e ao perfil da universidade** que você está vinculado. Responda algumas questões sobre suas características, levando em consideração sua realidade.

10. Qual o seu sexo?

- Masculino.
 Feminino.

11 Qual é a sua faixa etária?

- Até 30 anos.
 De 31 a 39 anos.
 De 40 a 49 anos.
 De 50 a 54 anos.
 55 anos ou mais.

12 Das opções a seguir, assinale a que melhor descreve o seu nível máximo de escolaridade.

- Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau)
 Ensino Médio completo – Magistério (antigo 2º grau)
 Ensino Médio completo – outros (antigo 2º grau)
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo – Licenciatura, Pedagogia ou áreas afins
 Ensino Superior completo – outros
 Especialização (mínimo de 360 horas)
 Mestrado
 Doutorado

- a. Se possui pós-graduação, indique a seguir qual a área de conhecimento.
(Caso possua mais de uma área de formação, selecionar a mais atual.)

- Educação, Pedagogia, licenciaturas ou áreas afins
- Administração, Gestão Escolar ou áreas afins
- Tecnologia da Informação, Informática ou áreas afins
- Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas
- Ciências Biológicas ou da Saúde
- Outra

13. Há quantos anos você obteve o nível de escolaridade assinalado na questão 12?

- Há 2 anos ou menos.
- De 3 a 7 anos.
- De 8 a 14 anos.
- De 15 a 20 anos.
- Há mais de 20 anos.

14 Já participou de algum curso de capacitação e/ou formação sobre a LAI? (Caso responda afirmativamente, indique a seguir há quanto tempo participou do último curso realizado.)

- Não.
- Sim, no último semestre.
- Sim, no último ano.
- Sim, nos últimos 2 anos.
- Sim, há mais de 10 anos.

15 Considerando toda a sua experiência profissional, há quantos anos você exerce funções na universidade?

- Até 2 anos.
- De 3 a 7 anos e 11 meses.
- De 8 a 14 anos e 11 meses.
- De 15 a 20 anos.
- Há mais de 20 anos

APÊNDICE C

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO EM PESQUISA CIENTÍFICA ACADÊMICA

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa do mestrado de campo cujo tema é: ***AVALIAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA EM UNIVERSIDADES FEDERAIS: ESTUDO DE MÚLTIPLOS CASOS SOB A PERSPECTIVA DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO***, que será realizada com servidores de diversas Universidades Federais.

Solicito sua análise no sentido de verificar se há 1) Clareza da linguagem: o (a) senhor (a) acredita que a linguagem de cada item é suficientemente clara e adequada? 2) Pertinência prática: o (a) senhor (a) acredita que os itens propostos são pertinentes para o contexto pesquisado? e 3) Relevância Teórica: o (a) senhor (a) acredita que o conteúdo deste item é pertinente ao estudo realizado? As questões devem ser avaliadas quanto ao nível de adequação com base na escala de 1 a 5 pontos, onde 5 representa maior intensidade da dimensão avaliada (clareza, pertinência e relevância teórica). Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso a coluna observações. Antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

B. Nesta seção, as questões verificam a sua percepção sobre o ambiente onde as informações da LAI são apresentadas nos portais de internet.

1. Indique a frequência com que a sua instituição, disponibiliza os seguintes mecanismos de acesso à informação, nos sítios da Internet.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
1.1 Formulário para pedido de acesso à informação	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	
1.2 Ferramenta de pesquisa de conteúdo	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	
1.3 Relatórios em formato eletrônico para <i>download</i>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	
1.4 Mapa de estruturação da informação do site	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
1.5 Meio de comunicação com a universidade	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	

2. Indique a frequência com que a sua instituição, garante os seguintes aspectos relacionados às informações disponibilizadas em seus sítios na Internet.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
2.1 Autenticidade da informação	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	
2.2 Integridade da informação	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	
2.3 Atualidade da informação	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	
2.4 Acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	

B. Nesta seção, as questões verificam a sua percepção sobre os termos a cerca do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

3. Indique o quanto você considera eficiente os seguintes processos relacionados ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, oferecidos ao público pela sua universidade.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
3.1 Atendimento	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	
3.2 Orientação sobre os serviços prestados	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	

3.3 Recebimento de documentos	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
3.4 Registro de pedidos em sistema eletrônico	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
3.5 Entrega de protocolo do pedido	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
3.6 Fornecimento de informações sobre a tramitação do pedido	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
3.7 Resposta do pedido	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	

4. Indique a qualidade dos seguintes aspectos relacionados ao SIC.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
4.1 Instalações físicas	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
4.2 Acessibilidade	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
4.3 Horário de atendimento ao público	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
4.4 Carta de serviços	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
4.5 Divulgação dos serviços	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	

C. Nesta seção, as questões avaliam a sua percepção a respeito dos temas que envolvem a acessibilidade da informação.

5. Indique a qualidade das informações disponibilizadas pela sua universidade.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
5.1 Linguagem acessível	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
5.2 Formato dos arquivos	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
5.3 Manipulação dos arquivos	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
5.4 Divulgação	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	

D. Nesta seção, as questões avaliam se a gestão da documentação que interfere na transparência informação das universidades.

6. Indique a qualidade das seguintes situações referentes à produção de documentos.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
6.1 Padronização da produção do documento	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
6.2 Recebimento de documentos na instituição	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
6.3 Linguagem acessível na produção do documento	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
6.4 Formato dos arquivos	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
6.5 Definição dos fluxos documentais	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
6.6 Protocolo de controle	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
6.7 Controle da tramitação	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
6.8 Controle da expedição	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	

7. Indique a qualidade dos elementos sobre o arquivamento de documentos em sua universidade.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
7.1 Aplicação dos planos de classificação	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
7.2 Utilização da tabela de temporalidade	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
7.3 Infraestrutura/Instalações físicas do arquivo	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
7.4 Eliminação de documentos	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	

8. Indique o seu grau de concordância sobre a atuação das unidades responsáveis na gestão dos documentos para o cumprimento da LAI, em relação aos seguintes aspectos:

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
8.1 Adequação	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
8.2 Adoção de políticas arquivista	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
8.3 Atribuição de responsabilidades aos servidores	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	
8.4 Qualificação de servidores	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	<input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5	

E. Nesta seção, as questões avaliam em que grau as formas e formatos dos pedidos de informação interferem no nível de transparência das universidades.

9. Avalie a eficiência dos meios de solicitação e das exigências de identificação para disponibilização das informações pelo SIC.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
9.1 Formato eletrônico.	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	
9.2 Presencial	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	
9.3 Apresentação de documentos pessoais	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	

F. Nesta última seção, as questões dizem respeito ao seu perfil e ao perfil da universidade que você está vinculado. Responda algumas questões sobre suas características, levando em consideração sua realidade.

QUESTÃO	1) Clareza da Linguagem	2) Pertinência dos Itens	3) Relevância Teórica	Observações
10. Qual o seu sexo? <input type="checkbox"/> Masculino. <input type="checkbox"/> Feminino.	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	
11. Qual é a sua faixa etária? <input type="checkbox"/> Até 30 anos. <input type="checkbox"/> De 31 a 39 anos. <input type="checkbox"/> De 40 a 49 anos. De 50 a 54 anos.	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	()1 ()2 ()3 ()4 ()5	

<input type="checkbox"/> 56 anos ou mais.				
<p>12. Das opções a seguir, assinale a que melhor descreve o seu nível máximo de escolaridade.</p> <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo – Magistério (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo – outros (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo <input type="checkbox"/> Especialização (mínimo de 360 horas) <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	
<p>13. Há quantos anos você obteve o nível de escolaridade assinalado na questão 12?</p> <input type="checkbox"/> Há 2 anos ou menos. <input type="checkbox"/>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	

-
-
-

<p>De 3 a 7 anos.</p> <p>De 8 a 14 anos.</p> <p>De 15 a 20 anos.</p> <p>Há mais de 20 anos.</p>				
<p>14. Já participou de algum curso de capacitação e/ou formação sobre a LAI? (Caso responda afirmativamente, indique a seguir há quanto tempo participou do último curso realizado.)</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, no último semestre.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, no último ano.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, nos últimos 2 anos.</p> <p>Sim, há mais de 10 anos.</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	

<p>15. Considerando toda a sua experiência profissional, há quantos anos você exerce funções na universidade?</p> <p><input type="checkbox"/> Até 2 anos.</p> <p><input type="checkbox"/> De 3 a 7 anos e 11 meses.</p> <p><input type="checkbox"/> De 8 a 14 anos e 11 meses.</p> <p>De 15 a 20 anos.</p> <p><input type="checkbox"/> Há mais de 20 anos.</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	<p>()1 ()2 ()3 ()4 ()5</p>	
---	---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------	--

Domingos da Costa Rodrigues

costa.erd@gmail.com

APÊNDICE D

Método de Cálculo do Coeficiente de Validação de Conteúdo

O método de cálculo do coeficiente de validação de conteúdo (CVC) é feito a partir da descrição de Hernández-Nieto (2002), estruturado nas seguintes etapas:

1. A partir da nota dos juízes, calcula-se a média das notas de cada item (IJ):

$$Mx = \frac{\sum_{i=1}^{10} X_{ij}}{j}$$

onde $i = 1$ representa a soma das notas dos juízes e j o número de juízes.

2. A partir da média, obtém-se o CVC inicial (CVCi) de cada item:

$$CVCi = \frac{Mx}{Vmax}$$

3. O erro é o mesmo para cada item, sendo calculado da seguinte forma:

$$Pei = \left(\frac{1}{j}\right)^j$$

4. Em seguida, é obtido o CVC final de cada item (CVCc):

$$CVCc = CVCi - Pei$$

5. Calcula-se, por fim, o CVC total do questionário (CVCt) em cada um dos critérios de avaliação (clareza da linguagem, pertinência prática e relevância teórica):

$$CVCc = M_{CVci} - M_{Pei}$$

Onde, M_{CVci} significa a média dos coeficientes de validade de conteúdo dos itens e M_{Pei} , a média de erros dos itens do questionário. Após o cálculo, recomenda-se que só sejam aceitáveis itens com $CVCc > 0,8$.

A aplicação do método exige o desenvolvimento de escala de avaliação da configuração organizacional conforme estrutura apresentada na Tabela X, aplicada a pelo menos dez juízes. Cada uma das características da estrutura organizacional deve ser avaliada conforme três critérios: (a) clareza da linguagem; (b) pertinência dos itens; e (c) relevância teórica. Os critérios de avaliação serão apresentados aos juízes nos questionários e descritos da seguinte forma:

- i. Clareza da linguagem: O (a) senhor (a) acredita que a linguagem de cada item é suficientemente clara e adequada?
- ii. Pertinência prática: O (a) senhor (a) acredita que os itens propostos são pertinentes para o contexto pesquisado?
- iii. Relevância Teórica: O (a) senhor (a) acredita que o conteúdo deste item é pertinente ao estudo realizado?

Juízes>>>>>>>>>>	1	2	3	4	5	6	7	Média	CVCi	Erro	CVCc
Clareza de linguagem	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143
Pertinência prática	5	5	4	5	5	4	5	4,714	0,94286	1,21427E-06	0,94286
Relevância Teórica	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143

4.5 Divulgação dos serviços?

Juízes>>>>>>>>>>	1	2	3	4	5	6	7	Média	CVCi	Erro	CVCc
Clareza de linguagem	5	5	4	5	5	4	5	4,714	0,94286	1,21427E-06	0,94286
Pertinência prática	5	5	4	5	5	4	5	4,714	0,94286	1,21427E-06	0,94286
Relevância Teórica	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143

5.1 Linguagem acessível?

Juízes>>>>>>>>>>	1	2	3	4	5	6	7	Média	CVCi	Erro	CVCc
Clareza de linguagem	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143
Pertinência prática	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143
Relevância Teórica	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143

5.2 Formato dos arquivos?

Juízes>>>>>>>>>>	1	2	3	4	5	6	7	Média	CVCi	Erro	CVCc
Clareza de linguagem	5	5	5	5	4	4	5	4,714	0,94286	1,21427E-06	0,94286
Pertinência prática	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143
Relevância Teórica	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143

5.3 Manipulação dos arquivos?

Juízes>>>>>>>>>>	1	2	3	4	5	6	7	Média	CVCi	Erro	CVCc
Clareza de linguagem	5	4	5	2	4	4	5	4,143	0,82857	1,21427E-06	0,82857
Pertinência prática	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143
Relevância Teórica	5	5	5	5	5	4	5	4,857	0,97143	1,21427E-06	0,97143

5.4 Divulgação?

Juízes>>>>>>>>>>	1	2	3	4	5	6	7	Média	CVCi	Erro	CVCc
------------------	---	---	---	---	---	---	---	-------	------	------	------

APÊNDICE F

QUADRO DE SUGESTÕES DOS AVALIADORES

QUESTÃO	SUGESTÃO	AVALIADOR
Enunciado 1	a frequência (sugiro alterar o texto para: indique sua percepção sobre a forma como)	A1
Enunciado 1	Será que todos os itens são relacionados a frequência?	A8
1.1	Como todos os órgãos utilizam o e-SIC (que é o formulário para pedido de acesso), o ideal é que os sites apresentem link para o e-SIC, explicando que os solicitantes devem fazer os pedidos pelo sistema. Portanto, não é tão relevante que as universidades apresentem formulários de pedidos, apesar de o Decreto prever isso. O único formulário que é importante divulgação é o de pedido de desclassificação, pois hoje o e-SIC não abarca esse tipo de pedido.	A6
1.1	Acredito que pode ter outras formas de solicitação de acesso a informação, por isso sugiro que não se especifique “Formulário”	A7
1.1	Apesar de ser importante o melhor seria que houvesse um Sistema Eletrônico para solicitação do pedido de acesso. Até porque o Decreto 7724/2012 estabelece que o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterà a data de apresentação do pedido. Por esse motivo é muito relevante verificar se o site traz um link para o e-SIC	A8
1.2	Ferramenta de pesquisa/busca de conteúdo.	A2
1.3	Nesse caso é importante destacar a questão do formato. Em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;	A6

QUESTÃO	SUGESTÃO	AVALIADOR
1.3	É importante que os relatórios estejam em formato aberto	A8
Enunciado 2	a frequencia (sugiro alterar o texto para: indique sua percepção sobre como)	A1
3.2	Se for orientação sobre serviços prestados pelo órgão, não necessariamente o SIC é responsável por isso	A6
3.3	Não entendi o que você quis dizer com “recebimento de documentos”. O SIC não tem a função de receber documentos, apenas solicitações de informação.	A8
3.6	a depender do público, o termo para “tramitação” devesse ser substituído por “andamento”, por ser um termo mais popular.	A5
3.7	Acrescentaria algo referente a prestação de informação sobre procedimentos para interposição de recurso, prazo e autoridade julgadora.	A8
4.5	Em relação à carta de serviços e divulgação dos serviços, o SIC não necessariamente é responsável por fazer a carta de serviços ou dar orientações sobre eles. A carta de serviços é um item obrigatório no site do órgão (seção de Acesso à Informação), mas pode ser responsabilidade de outras áreas.	A6
5.2	Acho que é preciso especificar o que seria um formato bom, pois muitos gestores consideram PDF um bom formato	A6
5.3	Acesso aos arquivos.	A2

QUESTÃO	SUGESTÃO	AVALIADOR
5.3	Possibilidade de manipulação dos arquivos Acho que esse ponto já é contemplado em “Formato dos sarquivos”	A6
5.3	Sugiro substituir manipulação, para que não conote corrupção. Acredito que você queira dizer algo como maleabilidade, usabilidade, <u>utilização prática dos arquivos</u> . Talvez “Praticidade para lidar com os arquivos”.	A4
7.4	Pode ser que seu objeto seja mais específico, mas, lendo, penso que incluir “Guarda e elim[...]” contribuiria melhor ao entendimento geral do processo. Ou um novo item: 7.5 Guarda de documentos – para entender se 7.3 influenciaria em 7.5, por exemplo.	A4
8.1	Adequação a que?	A7
8.2	arquivista[s]	A4
8.4	Sugiro 8.5 – Capacitação de servidores	A4
9.1	Não seria por meio eletrônico ao invés de formato eletrônico?	A1
9.3	Não entendi direito o que estaria sendo questionado ao gestor. Acho que é necessário deixá-la mais claro.	A6
9.3	Não entendi do que se trata o item	A8
11	nível máximo completo de escolaridade” ou colocar “Especialização incompleta, Especialização completa, Mestrado incompleto, Mestrado completo, Doutorado incompleto, Doutorado completo”.	A2
11	Não entendi o porque dessas faixas etárias, até 30 anos é bem abrangente e de 50 a 54 anos é um período	A5

QUESTÃO	SUGESTÃO	AVALIADOR
	bem curto.	
15	Sugiro alterar a redação da questão para: há quanto tempo você lotado nesta instituição?	A1
15	Sugiro colocar só em anos fechados mesmo: até 2 anos, de 3 a 7 anos, de 8 a 14 anos, de 15 a 20 anos, há mais de 20 anos.	A2

APÊNDICE G

QUESTIONÁRIO SOBRE A TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Prezado(a) Servidor(a),

Este questionário é parte da pesquisa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade de Brasília e tem por objetivo conhecer o nível de transparência da informação pública nas Universidades Federais. Sua colaboração é de extrema importância, pois você é um dos principais responsáveis pela aplicação da Lei de Acesso à Informação - LAI na sua universidade.

INSTRUÇÕES

O questionário a seguir contém perguntas de múltipla escolha e perguntas cujas respostas consideram sua percepção em relação a um fato. Este último tipo de pergunta é composto de uma lista de afirmações que devem ser avaliadas com base na escala apresentada no item, a partir da qual você deverá selecionar a opção que representa mais fielmente sua atuação como servidor(a) de universidade federal. Caso nenhuma das opções se adeque a sua realidade, você deverá marcar a opção “Não se aplica” (NA).

C. Nesta seção, as questões verificam a sua percepção sobre o ambiente onde as informações da LAI são apresentadas nos **portais de internet**.

1. Indique a sua percepção sobre a forma com que a sua instituição disponibiliza os seguintes mecanismos de acesso à informação, nos sítios da Internet.	0 (Ineficiente)	1	2	3	4	5 (Muito eficiente)	NA (Não se aplica)
1.1 Formulário para pedido de acesso à informação							

1.2 Ferramenta de pesquisa/conteúdo							
1.3 Relatórios em formato eletrônico para <i>download</i>							
1.4 Mapa de estruturação da informação do site							
1.5 Meio de comunicação com a universidade							

2. Indique a sua percepção sobre como a sua instituição garante os seguintes aspectos relacionados às informações disponibilizadas em seus sítios na internet.	0 (Ineficiente)	1	2	3	4	5 (Muito eficiente)	NA (Não se aplica)
2.1 Autenticidade da informação							
2.2 Integridade da informação							
2.3 Atualidade da informação							
2.4 Acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência							

B. Nesta seção, as questões verificam a sua percepção a cerca do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

3. Indique o quanto você considera eficientes os seguintes processos relacionados ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC oferecidos ao público pela sua universidade.	0 (Ineficiente)	1	2	3	4	5 (Muito Eficiente)	NA (Não se aplica)
3.1 Atendimento							
3.2 Orientação sobre os serviços prestados pelo SIC							
3.3 Recebimento do pedido de informação							
3.4 Registro de pedidos em sistema eletrônico							
3.5 Entrega de protocolo do pedido							
3.6 Fornecimento de informações sobre o andamento do pedido							
3.7 Resposta do pedido							

4. Indique a qualidade dos seguintes aspectos relacionados ao SIC.	0 (Péssima)	1	2	3	4	5 (Ótima)	NA (Não se aplica)
4.1 Instalações físicas							
4.2 Acessibilidade							
4.3 Horário de atendimento ao público							
4.4 Carta de serviços							
4.5 Divulgação dos serviços oferecidos pelo SIC							

C. Nesta seção, as questões avaliam a sua percepção a respeito dos temas que envolvem a acessibilidade da informação.

5. Indique a qualidade dos seguintes itens com relação às informações disponibilizadas pela sua universidade.	0 (Péssima)	1	2	3	4	5 (Ótima)	NA (Não se aplica)
5.1 Linguagem acessível							
5.2 Formato dos arquivos							
5.3 Possibilidade de manipulação dos arquivos							
5.4 Divulgação							

D. Nesta seção, as questões avaliam se a gestão da documentação interfere na transparência da informação nas universidades.

6. Indique a qualidade das seguintes situações referentes à produção de documentos.	0 (Nunca)	1	2	3	4	5 (Sempre)	NA (Não se aplica)
6.1 Padronização da produção do documento							
6.2 Recebimento de documentos na instituição							

6.3 Linguagem acessível na produção do documento							
6.4 Formato dos arquivos							
6.5 Definição dos fluxos documentais							
6.3 Protocolo de controle							
6.4 Controle da tramitação							
6.5 Controle da expedição							

7. Indique a qualidade dos elementos sobre o arquivamento de documentos em sua universidade.	0 (Irrelevante)	1	2	3	4	5 (Muito importante)	NA (Não se aplica)
7.1 Aplicação dos planos de classificação							
7.2 Utilização da tabela de temporalidade							
7.3 Infraestrutura/Instalações físicas do arquivo							
7.4 Guarda/Eliminação de documentos							

8. Indique o seu grau de concordância sobre a atuação das unidades responsáveis na gestão dos documentos para o cumprimento da LAI, em relação aos seguintes aspectos:	0 (Inadequado)	1	2	3	4	5 (Muito adequado)	NA (Não se aplica)
8.1 Adequação ao previsto na LAI							
8.2 Adoção de políticas arquivistas							
8.3 Atribuição de responsabilidades aos servidores							
8.4 Qualificação de servidores para LAI							

E. Nesta seção, as questões avaliam em que grau as formas e formatos dos **pedidos de informação** interferem no nível de transparência das universidades.

9. Avalie a eficiência dos meios de solicitação e das exigências de identificação para disponibilização das informações pelo SIC.	0 (Ineficiente)	1	2	3	4	5 (Muito eficiente)
9.1 Formato eletrônico						
9.2 Presencial						
9.3 Solicitação de apresentação de documentos ou informações na abertura do pedido						

F. Nesta última seção, as questões dizem respeito ao seu perfil e ao perfil da universidade a que você está vinculado.

10. Qual o seu sexo?

- Masculino.
 Feminino.

13 Qual é a sua faixa etária?

- Até 30 anos.
 De 31 a 39 anos.
 De 40 a 49 anos.
 De 50 a 54 anos.
 57 anos ou mais.

14 Das opções a seguir, assinale a que melhor descreve o seu nível máximo de escolaridade.

- Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau)
 Ensino Médio completo (antigo 2º grau)
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo
 Especialização (mínimo de 360 horas)
 Mestrado
 Doutorado

13. Há quantos anos você obteve o nível de escolaridade assinalado na questão 12?

- Há 2 anos ou menos.
- De 3 a 7 anos.
- De 8 a 14 anos.
- De 15 a 20 anos.
- Há mais de 20 anos.

16 Já participou de algum curso de capacitação e/ou formação sobre a LAI? (Caso responda afirmativamente, indique a seguir há quanto tempo participou do último curso realizado.)

- Não.
- Sim, no último semestre.
- Sim, no último ano.
- Sim, nos últimos 2 anos.
- Sim, há mais de 2 anos.

15 Em qual universidade você trabalha?

17 Há quantos anos você exerce funções na universidade?

- Até 2 anos.
- De 3 a 7 anos e 11 meses.
- De 8 a 14 anos e 11 meses.
- De 15 a 20 anos.
- Há mais de 20 anos.

APÊNDICE H

Matriz de correlação do estudo

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13	V14	V15	V16	V17	V18	V19	V20	V21	V22	V23	V24	V25	V26	V27	V28	V29	V30	V31	V32	V33	V34	V35	V36	V37	V38	V39	V40	V41	V42	V43		
V1	1,000	,628	,633	,529	,492	,312	,325	,217	,440	,329	,354	,367	,402	,341	,320	,323	,133	,154	,316	,324	,302	,315	,294	,366	,417	,083	,222	,264	,270	,193	,230	,217	,199	,038	,093	,032	,012	,103	,102	,164	,063	,292	,220		
V2	,628	1,000	,623	,618	,608	,427	,422	,427	,407	,299	,337	,308	,374	,331	,373	,285	,253	,237	,320	,289	,398	,428	,418	,284	,342	,196	,273	,284	,331	,198	,227	,229	,124	,187	,113	,200	,152	,286	,235	,310	,261	,321	,226		
V3	,633	,623	1,000	,528	,506	,404	,399	,349	,507	,413	,447	,467	,481	,458	,472	,423	,202	,205	,372	,237	,315	,417	,433	,402	,427	,248	,296	,369	,396	,263	,327	,329	,290	,224	,180	,127	,172	,286	,233	,314	,264	,401	,311		
V4	,529	,618	,528	1,000	,546	,268	,346	,375	,315	,292	,303	,252	,299	,254	,291	,269	,216	,194	,382	,226	,341	,417	,321	,348	,400	,264	,269	,313	,375	,257	,314	,176	,214	,133	,053	,156	,109	,257	,218	,310	,269	,345	,228		
V5	,492	,608	,506	,546	1,000	,438	,494	,501	,392	,358	,344	,348	,356	,319	,336	,372	,230	,272	,349	,202	,321	,461	,343	,286	,402	,404	,350	,390	,372	,332	,380	,356	,282	,164	,088	,137	,205	,314	,221	,283	,201	,357	,294		
V6	,312	,427	,404	,268	,438	1,000	,811	,593	,398	,397	,423	,414	,403	,431	,369	,422	,225	,177	,323	,164	,179	,438	,335	,411	,415	,311	,420	,386	,375	,251	,314	,324	,282	,279	,277	,381	,314	,262	,149	,261	,275	,405	,288		
V7	,325	,422	,399	,346	,494	,811	1,000	,632	,379	,400	,408	,372	,371	,436	,390	,373	,223	,191	,381	,131	,214	,404	,283	,399	,409	,340	,416	,410	,421	,260	,337	,342	,333	,284	,240	,308	,288	,273	,172	,307	,258	,374	,327		
V8	,217	,427	,349	,375	,501	,593	,632	1,000	,345	,298	,346	,315	,292	,322	,293	,280	,204	,161	,257	,132	,235	,468	,384	,277	,347	,326	,401	,323	,351	,317	,333	,325	,304	,240	,151	,233	,236	,334	,240	,256	,328	,312	,156		
V9	,440	,407	,507	,315	,392	,398	,379	,345	1,000	,352	,332	,386	,364	,358	,396	,331	,296	,347	,291	,272	,215	,358	,396	,467	,377	,226	,282	,346	,368	,230	,382	,312	,329	,242	,206	,205	,238	,241	,220	,241	,170	,279	,330		
V10	,329	,299	,413	,292	,358	,397	,400	,298	,352	1,000	,790	,725	,656	,646	,595	,655	,510	,509	,544	,418	,439	,457	,417	,434	,475	,437	,462	,538	,507	,364	,531	,549	,465	,385	,355	,417	,382	,398	,365	,316	,307	,676	,571		
V11	,354	,337	,447	,303	,344	,423	,408	,346	,332	,790	1,000	,745	,629	,614	,608	,589	,431	,429	,517	,372	,434	,381	,292	,357	,519	,404	,400	,523	,484	,395	,555	,575	,542	,414	,364	,408	,414	,360	,367	,327	,389	,584	,469		
V12	,367	,308	,467	,252	,348	,414	,372	,315	,386	,725	,745	1,000	,702	,713	,620	,727	,447	,445	,561	,471	,494	,461	,483	,391	,449	,365	,421	,507	,538	,382	,546	,533	,505	,255	,210	,315	,357	,377	,324	,300	,252	,563	,513		
V13	,402	,374	,481	,299	,356	,403	,371	,292	,364	,656	,629	,702	1,000	,824	,726	,708	,368	,380	,440	,381	,425	,440	,432	,421	,415	,324	,377	,492	,486	,298	,556	,530	,525	,336	,342	,321	,380	,380	,342	,420	,392	,704	,581		
V14	,341	,331	,458	,254	,319	,431	,436	,322	,358	,646	,614	,713	,824	1,000	,741	,713	,417	,384	,446	,373	,451	,437	,471	,432	,420	,376	,402	,517	,479	,323	,515	,506	,489	,291	,253	,259	,352	,415	,326	,405	,349	,587	,515		
V15	,320	,373	,472	,291	,336	,389	,390	,293	,396	,595	,608	,620	,726	,741	1,000	,680	,418	,420	,479	,356	,456	,412	,395	,401	,340	,366	,413	,468	,466	,239	,479	,485	,490	,342	,245	,284	,329	,352	,355	,464	,410	,628	,523		
V16	,323	,285	,423	,269	,372	,422	,373	,280	,331	,655	,589	,727	,708	,713	,680	1,000	,462	,464	,550	,439	,528	,456	,411	,397	,412	,360	,369	,490	,468	,311	,481	,449	,362	,237	,272	,335	,300	,413	,391	,413	,369	,614	,536		
V17	,133	,253	,202	,216	,230	,225	,223	,204	,296	,510	,431	,447	,368	,417	,418	,462	1,000	,852	,569	,593	,504	,421	,318	,370	,279	,201	,269	,270	,336	,125	,313	,265	,237	,213	,147	,257	,142	,388	,236	,314	,296	,443	,446		
V18	,154	,237	,205	,194	,272	,177	,191	,161	,347	,509	,429	,445	,380	,384	,420	,464	,852	1,000	,600	,567	,472	,410	,295	,291	,239	,193	,223	,296	,326	,108	,318	,253	,229	,238	,149	,185	,141	,334	,235	,268	,264	,430	,479		
V19	,316	,320	,372	,382	,349	,323	,381	,257	,291	,544	,517	,561	,440	,446	,479	,550	,569	,600	1,000	,621	,545	,456	,410	,356	,411	,193	,271	,380	,461	,259	,434	,347	,340	,167	,159	,165	,166	,401	,284	,335	,278	,446	,462		
V20	,324	,289	,237	,226	,202	,164	,131	,132	,272	,418	,372	,471	,381	,373	,356	,439	,593	,567	,621	1,000	,581	,244	,335	,381	,361	,019	,179	,179	,218	,394	,190	,364	,294	,363	,101	,080	,080	,105	,303	,233	,280	,191	,399	,370	
V21	,302	,398	,315	,341	,321	,179	,214	,235	,215	,439	,434	,494	,425	,451	,456	,528	,504	,472	,545	,581	1,000	,292	,273	,216	,365	,193	,142	,258	,321	,205	,331	,278	,275	,108	,078	,207	,152	,328	,239	,333	,293	,489	,438		
V22	,315	,428	,417	,477	,461	,438	,404	,466	,358	,457	,381	,461	,440	,437	,412	,456	,421	,410	,456	,244	,292	1,000	,807	,534	,567	,403	,526	,634	,604	,428	,500	,500	,442	,276	,241	,330	,296	,416	,327	,292	,257	,433	,373		
V23	,294	,418	,433	,321	,343	,335	,283	,384	,396	,417	,232	,483	,432	,471	,395	,411	,318	,295	,410	,335	,273	,807	1,000	,550	,584	,340	,494	,569	,651	,439	,457	,479	,426	,214	,231	,262	,295	,409	,336	,298	,204	,394	,361		
V24	,366	,284	,402	,348	,286	,411	,399	,277	,467	,434	,357	,391	,421	,432	,401	,397	,370	,291	,356	,381	,216	,534	,550	1,000	,640	,448	,525	,514	,628	,477	,528	,476	,530	,240	,276	,404	,402	,376	,278	,356	,291	,519	,526		
V25	,417	,342	,427	,400	,402	,415	,409	,347	,377	,475	,519	,449	,415	,420	,340	,412	,279	,239	,411	,361	,365	,567	,584	,640	1,000	,398	,454	,573	,636	,521	,586	,601	,587	,187	,224	,302	,328	,353	,284	,356	,269	,479	,456		
V26	,083	,196	,248	,264	,404	,311	,340	,326	,226	,437	,404	,365	,324	,376	,366	,360	,201	,193	,193	,019	,193	,403	,340	,448	,398	1,000	,703	,638	,543	,646	,603	,590	,508	,320	,244	,417	,437	,352	,350	,331	,330	,462	,392		
V27	,222	,273	,296	,269	,350	,420	,416	,401	,282	,462	,400	,421	,377	,402	,413	,369	,289	,223	,271	,179	,142	,526	,494	,525	,454	,703	1,000	,632	,637	,511	,622	,619	,549	,353	,295	,430	,363	,431	,294	,396	,301	,478	,382		
V28	,264	,284	,389	,313	,390	,386	,410	,323	,346	,538	,523	,507	,492	,517	,468	,490	,270	,296	,360	,218	,258	,634	,589	,514	,573	,638	,632	1,000	,801	,587	,707	,663	,621	,406	,378	,319	,408	,484	,416	,430	,356	,542	,473		
V29	,270	,331	,396	,375	,372	,375	,421	,351	,368	,507	,484	,538	,486	,479	,466	,468	,336	,326	,461	,394	,321	,604	,651	,628	,636	,543	,637	,801	1,000	,633	,723	,644	,681	,326	,310	,342	,412	,512	,409	,492	,328	,546	,523		
V30	,193	,198	,269	,257	,332	,251	,260	,317	,230	,364	,395	,382	,298	,323	,239	,311	,125	,108	,259	,190	,205	,428	,439	,477	,521	,646	,511	,587	,633	1,000	,663	,618	,641	,242	,277	,340	,358	,373	,345	,328	,406	,352	,306		
V31	,230	,227	,327	,314	,380	,314	,337	,333	,382	,531	,555	,546	,556	,515	,479	,481	,313	,318	,434	,364	,331	,500	,457	,528	,586	,603	,622	,707	,723	,663	1,000	,818	,812	,382	,378	,356	,456	,528	,446	,443	,358	,593	,511		
V32	,217	,229	,329	,176	,356	,324	,342	,325	,312	,549	,575	,533	,530	,506	,485	,449	,265	,253	,347	,294	,278	,500	,479	,476	,601	,590	,619	,663	,644	,618	,818	1,000	,837	,406	,349	,385	,439	,389	,366	,383	,327	,528	,463		
V33	,199	,124	,290	,214	,282	,282	,333	,304	,329	,465	,542	,505	,525	,489	,490	,362	,237	,229	,340	,363	,275	,185	,165	,080	,207	,330	,282	,404	,430	,319	,342	,340	,356	,385	,341	,564	,549	1,000	,689	,444	,425	,323	,371	,436	,359
V34	,038	,187	,224	,133	,164	,279	,284	,240																																					

APÊNDICE I

Matriz anti-imagem de correlação

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13	V14	V15	V16	V17	V18	V19	V20	V21	V22	V23	V24	V25	V26	V27	V28	V29	V30	V31	V32	V33	V34	V35	V36	V37	V38	V39	V40	V41	V42	V43
V1	.846 ⁵	-0.29	-0.23	-0.16	-0.15	0.07	-0.03	0.10	-0.14	-0.01	-0.03	-0.13	-0.10	-0.04	0.01	0.07	0.17	-0.05	0.01	-0.15	-0.01	-0.08	0.21	-0.19	-0.15	0.19	-0.20	-0.09	0.16	-0.13	0.11	-0.01	0.04	0.19	-0.23	0.02	0.16	0.09	-0.11	-0.09	0.16	0.01	0.06
V2	-0.29	.867 ⁷	-0.19	-0.27	-0.22	-0.13	-0.07	0.01	-0.01	0.14	-0.15	0.14	-0.13	0.04	-0.14	0.23	-0.02	-0.01	0.17	-0.16	-0.20	0.02	-0.20	0.11	0.14	0.02	0.01	0.05	-0.08	-0.05	0.01	-0.21	0.34	-0.02	0.07	-0.12	0.00	-0.05	-0.03	0.02	-0.02	0.06	-0.03
V3	-0.23	-0.19	.949 ⁹	-0.12	-0.02	-0.04	0.03	0.05	-0.20	0.03	-0.07	-0.08	-0.01	0.02	-0.04	-0.08	0.00	0.07	-0.07	0.15	-0.01	0.06	-0.10	-0.09	0.01	-0.04	0.06	0.02	-0.02	0.01	0.11	-0.05	-0.04	-0.13	0.03	0.18	0.03	-0.11	0.08	0.05	-0.05	-0.07	0.03
V4	-0.16	-0.27	-0.12	.851 ¹	-0.18	0.19	0.02	-0.10	0.03	-0.08	0.06	0.03	0.08	-0.07	0.13	-0.02	-0.05	0.13	-0.24	0.09	0.02	-0.13	0.08	-0.04	-0.11	-0.07	0.05	0.05	-0.13	0.13	-0.24	0.35	-0.09	-0.15	0.16	-0.13	0.05	0.22	-0.03	-0.07	-0.16	-0.12	0.11
V5	-0.15	-0.22	-0.02	-0.18	.913 ³	-0.05	-0.11	-0.12	-0.06	-0.03	0.05	0.06	-0.09	0.19	-0.02	-0.16	0.03	-0.10	0.04	0.02	0.01	-0.09	0.08	0.15	-0.05	-0.20	0.06	0.03	0.08	-0.11	0.08	-0.09	-0.05	0.00	0.06	0.23	-0.18	-0.22	0.06	0.03	0.17	0.02	-0.05
V6	0.07	-0.13	-0.04	0.19	-0.05	.885 ⁵	-0.59	-0.09	-0.13	0.08	-0.02	-0.12	0.07	-0.05	0.01	-0.08	0.04	0.09	0.02	-0.17	0.19	-0.16	0.07	0.02	-0.11	-0.02	-0.02	0.00	0.02	0.07	-0.04	0.06	0.08	0.07	-0.09	-0.19	0.04	0.03	0.18	0.04	-0.16	-0.16	0.07
V7	-0.03	-0.07	0.03	0.02	-0.11	-0.59	.871 ¹	-0.35	0.04	-0.12	0.12	0.01	0.09	-0.19	0.05	0.05	-0.02	0.01	-0.28	0.21	-0.01	0.04	0.19	-0.10	-0.03	0.03	-0.01	-0.06	-0.11	0.07	0.06	0.04	-0.13	-0.03	-0.04	-0.02	0.01	0.15	-0.08	-0.15	0.10	0.10	-0.07
V8	0.10	0.01	0.05	-0.10	-0.12	-0.09	-0.35	.892 ²	-0.17	0.08	-0.15	0.05	-0.01	0.04	0.06	-0.03	0.00	0.06	0.14	-0.02	-0.12	-0.10	-0.14	0.10	0.05	0.01	-0.12	0.18	-0.02	-0.04	0.01	-0.02	-0.02	-0.10	0.13	0.15	-0.02	-0.16	0.03	0.22	-0.19	-0.13	0.12
V9	-0.14	-0.01	-0.20	0.03	-0.06	-0.13	0.04	-0.17	.898 ⁸	-0.07	0.08	-0.06	0.00	0.08	-0.12	0.03	0.00	-0.23	0.09	0.08	0.02	0.20	-0.16	-0.22	0.01	0.04	0.09	-0.08	0.10	0.05	-0.22	0.11	-0.06	-0.02	-0.01	-0.06	0.00	0.10	-0.09	-0.10	0.08	0.25	-0.07
V10	-0.01	0.14	0.03	-0.08	-0.03	0.08	-0.12	0.08	-0.07	.953 ¹	-0.45	-0.05	-0.07	-0.05	0.02	-0.04	-0.03	-0.04	-0.02	-0.07	0.04	0.04	-0.10	0.00	0.04	-0.02	-0.07	-0.03	0.03	-0.08	0.12	-0.16	0.17	-0.04	0.01	-0.06	0.08	-0.10	-0.03	0.11	0.09	-0.23	-0.06
V11	-0.03	-0.15	-0.07	0.06	0.05	-0.02	0.12	-0.15	0.08	-0.45	.914 ⁴	-0.41	0.05	-0.06	-0.14	0.12	-0.06	-0.01	-0.15	0.07	0.09	0.00	0.32	0.11	-0.35	0.00	0.08	-0.09	-0.03	0.05	-0.03	0.02	-0.10	-0.03	-0.07	-0.11	0.00	0.13	-0.05	0.04	-0.15	0.04	0.08
V12	-0.13	0.14	-0.08	0.03	0.06	-0.12	0.01	0.05	-0.06	-0.05	-0.41	.930 ⁰	-0.16	-0.02	0.10	-0.31	-0.05	0.03	-0.04	0.00	-0.13	0.09	-0.23	0.11	0.20	0.06	-0.10	0.05	-0.05	-0.11	0.01	0.02	-0.05	-0.08	0.27	0.08	-0.21	-0.10	-0.02	0.10	0.12	0.05	-0.08
V13	-0.10	-0.13	-0.01	0.08	-0.09	0.07	0.09	-0.01	0.00	-0.07	0.05	-0.16	.923 ³	-0.53	-0.01	-0.13	0.10	0.01	0.01	-0.02	0.17	-0.12	0.03	0.08	0.06	0.04	0.11	0.10	-0.10	0.21	-0.18	0.06	-0.12	0.04	-0.10	-0.11	0.02	0.15	0.15	-0.02	-0.24	-0.27	-0.07
V14	-0.04	0.04	0.02	-0.07	0.19	-0.05	-0.19	0.04	0.08	-0.05	-0.06	-0.02	-0.53	.907 ⁷	-0.27	-0.17	-0.14	0.03	0.15	0.06	-0.15	0.18	-0.22	-0.07	0.03	-0.07	0.02	-0.12	0.19	-0.11	0.07	-0.02	-0.04	-0.04	0.08	0.25	-0.13	-0.27	0.07	0.06	0.12	0.18	-0.01
V15	0.01	-0.14	-0.04	0.13	-0.02	0.01	0.05	0.06	-0.12	0.02	-0.14	0.10	-0.01	-0.27	.929 ⁹	-0.27	-0.03	0.03	-0.18	-0.16	-0.06	0.01	-0.08	-0.05	0.19	0.01	-0.10	0.04	-0.05	0.19	-0.01	0.10	-0.23	-0.17	0.19	0.05	-0.05	0.25	-0.06	-0.13	-0.11	-0.18	0.06
V16	0.07	0.23	-0.08	-0.02	-0.16	-0.08	0.05	-0.03	0.03	-0.04	0.12	-0.31	.917 ¹	0.08	-0.06	-0.03	-0.16	-0.09	-0.13	0.17	-0.03	0.17	-0.03	0.08	-0.02	0.05	-0.08	-0.02	-0.04	-0.03	-0.13	0.35	0.22	-0.21	-0.22	0.19	0.10	-0.14	0.11	0.03	0.03	0.02	
V17	0.17	-0.02	0.00	-0.05	0.03	0.04	-0.02	0.00	0.00	-0.03	-0.06	-0.05	0.10	-0.14	-0.03	0.08	.876 ⁶	-0.65	0.07	-0.22	-0.10	-0.17	0.11	-0.16	0.01	-0.03	-0.08	0.11	-0.01	0.07	0.04	-0.07	0.09	0.11	-0.13	-0.11	0.16	-0.11	0.10	-0.02	-0.03	-0.01	0.04
V18	-0.05	-0.01	0.07	0.13	-0.10	0.09	0.01	0.06	-0.23	-0.04	-0.01	0.03	0.01	0.03	0.03	-0.06	-0.65	.868 ⁸	-0.18	-0.11	0.07	-0.16	0.04	0.15	0.04	-0.10	0.10	-0.01	-0.07	0.10	-0.05	0.08	0.01	-0.16	0.09	0.05	-0.01	0.03	0.07	0.11	-0.16	-0.04	-0.17
V19	0.01	0.17	-0.07	-0.24	0.04	0.02	-0.28	0.14	0.09	-0.02	-0.15	-0.04	0.01	0.15	-0.18	-0.13	-0.17	-0.27	.917 ¹	0.08	-0.06	-0.03	-0.16	-0.09	-0.13	0.17	-0.03	0.08	-0.02	-0.04	-0.03	-0.13	0.35	0.22	-0.21	-0.22	0.19	0.10	-0.14	0.11	0.03	0.03	0.02
V20	-0.15	-0.16	0.15	0.09	0.02	-0.17	0.21	-0.02	0.08	-0.07	0.07	0.00	-0.02	0.06	0.16	-0.16	-0.22	-0.11	-0.32	.823 ³	-0.29	0.35	-0.16	-0.24	0.02	0.27	-0.09	0.01	-0.04	-0.04	-0.02	0.08	-0.26	-0.17	0.18	0.18	-0.09	0.06	-0.14	-0.03	0.07	-0.06	0.15
V21	-0.01	-0.20	-0.01	0.02	0.01	0.19	-0.01	-0.12	0.02	0.04	0.09	-0.13	0.17	-0.15	-0.06	-0.09	-0.10	0.07	-0.11	-0.29	.901 ¹	-0.07	0.10	0.25	-0.20	-0.14	0.21	0.00	0.01	0.04	-0.03	0.07	-0.03	0.07	-0.03	0.20	0.06	0.07	0.02	-0.06	-0.03	-0.16	-0.08
V22	-0.08	0.02	0.06	-0.13	-0.09	-0.16	0.04	-0.10	0.20	0.04	0.00	0.09	-0.12	0.18	0.01	-0.13	-0.17	-0.16	-0.12	0.35	-0.07	.888 ⁸	-0.61	-0.15	0.01	0.17	-0.07	-0.31	0.18	-0.04	-0.02	0.01	-0.11	-0.11	0.16	-0.02	-0.02	-0.01	-0.09	0.07	0.06	0.06	0.04
V23	0.21	-0.20	-0.10	0.08	0.08	0.07	0.19	-0.14	-0.16	-0.10	0.32	-0.23	0.03	-0.22	-0.08	0.17	0.11	0.04	-0.08	-0.16	0.10	-0.61	.861 ¹	-0.02	-0.28	0.02	-0.08	0.06	-0.23	-0.07	0.19	-0.10	0.10	0.14	-0.19	-0.01	0.04	0.01	-0.10	-0.02	0.09	0.00	0.03
V24	-0.19	0.11	-0.09	-0.04	0.15	0.02	-0.10	0.10	-0.22	0.00	0.11	0.11	0.08	-0.07	-0.05	-0.03	-0.16	0.15	0.07	-0.24	0.25	-0.15	-0.02	.920 ⁰	-0.24	-0.17	0.00	0.12	-0.16	-0.02	0.01	0.08	-0.06	0.06	0.02	-0.11	-0.14	-0.07	0.13	0.13	-0.13	-0.11	-0.19
V25	-0.15	0.14	0.01	-0.11	-0.05	-0.11	-0.03	0.05	0.01	0.04	-0.35	0.20	0.06	0.03	0.19	-0.08	0.01	0.04	0.05	0.02	-0.20	0.01	-0.28	-0.24	.936 ⁶	0.06	0.06	-0.02	-0.03	-0.01	-0.03	-0.16	-0.05	0.08	0.03	0.05	-0.08	-0.01	0.09	-0.08	0.01	0.00	-0.07
V26	0.19	0.02	-0.04	-0.07	-0.20	-0.02	0.03	0.01	0.04	-0.02	0.00	0.06	0.04	-0.07	0.01	-0.02	-0.03	-0.10	-0.02	0.27	-0.14	0.17	0.02	-0.17	0.06	.870 ⁰	-0.49	-0.28	0.15	-0.41	-0.04	-0.06	0.09	-0.06	0.21	-0.02	-0.17	0.18	-0.23	-0.01	0.08	-0.08	0.01
V27	-0.20	0.01	0.06	0.05	0.06	-0.02	-0.01	-0.12	0.09	-0.07	0.08	-0.10	0.11	0.02	-0.10	0.05	-0.08	0.10	0.06	-0.09	0.21	-0.07	-0.08	0.00	0.06	-0.49	.919 ⁹	0.03	-0.16	0.20	-0.13	-0.08	0.00	0.01	-0.09	-0.17	0.16	-0.09	-0.20	-0.08	-0.04	0.01	0.02
V28	-0.09	0.05	0.02	0.05	0.03	0.00	-0.06	0.18	-0.08	-0.03	-0.09	0.05	0.10	-0.12	0.04	-0.08	0.11	-0.01	0.12	0.01	0.00	-0.31	0.06	0.12	-0.02	-0.28	0.03	.931 ¹	-0.51	0.10	-0.08	-0.05	0.04	-0.10	-0.05	0.17	0.06	-0.11	0.08	0.10	-0.13	-0.07	0.00
V29	0.16	-0.08	-0.02	-0.13	0.08	0.02	-0.11	-0.02	0.10	0.03	-0.03	-0.05	-0.10	0.19	-0.05	-0.02	-0.01	-0.07	-0.03	-0.04	0.01	0.18	-0.23	-0.16	-0.03	0.15	-0.16	-0.51	.926 ⁶	-0.26	-0.04	0.10	-0.14	0.05	0.02	0.03	-0.07	0.00	-0.07	-0.22	0.27	0.05	-0.05
V30	-0.13	-0.05	0.01	0.13	-0.11	0.07	0.07	-0.04	0.05	-0.08	0.05	-0.11	0.21	-0.11	0.19	-0.04	0.07	0.10	-0.04	-0.04	0.04	-0.04	-0.07	-0.02	-0.01	-0.41	0																